

ELEICOES E PARTICIPACAO POLITICA NO BRASIL

MARIA DA GRAÇA MELLO

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Direito.

Orientador: Profº Dr. Nilson Borges Fº

Florianópolis - SC

1994

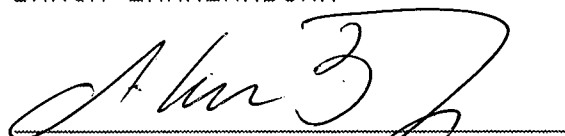
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

A Dissertação - Eleições e participação política no  
Brasil

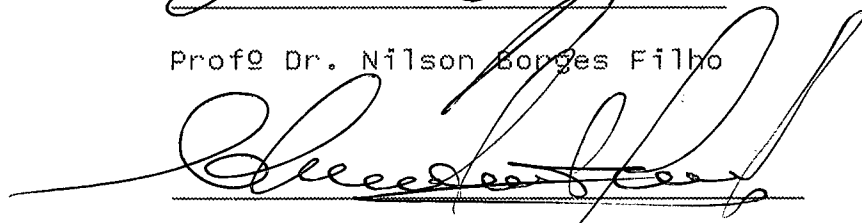
Elaborada por MARIA DA GRAÇA MELLO e aprovada por todos  
os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada  
para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Florianópolis, 17 de março de 1994.

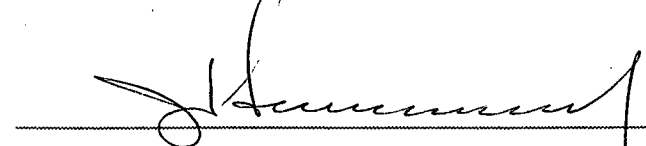
BANCA EXAMINADORA



Profº Dr. Nilson Borges Filho



Profº Dr. Clóvis de Souto Goulart



Profº Dr. Antônio Carlos Wolkmer

*Gracia*  
Prof. Dr. Leonel Severo Rocha  
Coordenador CPGD/CCJ/UFSC

Profº Orientador

O mesmo faz parte da Banca

Profº Dr. Nilson Borges Filho

" Para

Marcos, Beti, Flávia,

Thiago e Dani.

Espíritos iluminados

que hoje brilham no

infinito dos céus. "

" In Memoriam "

## AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão a todos que direta ou indiretamente, com apoio e compreensão, contribuíram para que este projeto se transformasse em realidade.

Em especial:

A coordenação do CPGD pela acolhida.

Ao Profº. Nilson Borges Filho pela orientação.

A Profª. Rosa de Lourdes Vieira e Silva pela presteza da revisão ortográfica.

A Anna e Alexandre, pelo serviço de datilografia, essencial no momento final do Trabalho.

Aos amigos da UNIVALI pela amizade sincera.

A toda minha família, pelo incentivo constante.

Ao meu marido Jair e aos nossos filhos Arthur, Luara e Nathália pelo contínuo estímulo e carinho.

Aos meus pais

Ruy e Edith

## ABSTRACT

The aim of the present work is to analyse elections as a democratic procedure, as well as its use by the dominant classes as a means of maintenance of power. For this, the inductive method was used, basing all of the work on bibliographic surveys and researches to newspapers and nationally circulated magazines, concerning electoral campaigns and the exercise of voting.

As a result, a considerably efficient sample was prepared about the general working of the elections, in the period since Brazil-Colony until 1989, when the last voting for presidency took place, finding the determining factors able to prove what elections really mean: an instrument of the dominant class for the defense of its interests.

This conclusion was reached, despite Brazil being considered as one of the most democratic nations in Latin America, at the moment that the surveys carried out detected that the democracy lived by Brazilian society is nothing but a lure, while it does not signify, as in the real democracies, improvement in the citizen's quality of life. In spite of the so called " free and sovereign " elections taking place in most periods of our history, a great part of the population still lives under sub-human survival conditions, that would be inadmissible in a system based on the real democracy.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivos analisar as eleições como procedimento democrático, bem como a sua utilização pelas classes dominantes como forma de manutenção do poder. Para tanto, utilizou-se o método indutivo, fundamentando todo o trabalho em pesquisas bibliográficas e consultas a jornais e revistas de circulação nacional, nos momentos voltados às campanhas eleitorais e ao exercício do VOTO.

Como resultado, elaborou-se uma amostra considerada eficaz, do funcionamento geral das eleições, no período que abrange do Brasil-Colônia até 1989, quando aconteceu o último pleito para a presidência, encontrando-se os fatores determinantes capazes de provar que as eleições no Brasil significam exatamente o que representam: UM INSTRUMENTO DA CLASSE DOMINANTE PARA A DEFESA DOS SEUS INTERESSES.

Chegou-se a esta conclusão, apesar de estar o Brasil cotado como uma das nações mais democráticas da América Latina, a partir do momento em que as pesquisas realizadas, detectaram que a democracia vivida pela sociedade brasileira não passa de um engodo, à medida que não significa, como nas reais democracias, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Apesar das eleições ditas "livres e soberanas" terem ocorrido na maioria dos períodos de nossa história, grande parcela da população ainda vive em condições subhumanas de sobrevivência, o que seria inadmissível

num sistema fundamentado na verdadeira democracia.



## SUMARIO

|  |     |
|--|-----|
| DEDICATÓRIA .....  | II  |
| AGRADECIMENTOS .....   | III |
| ABSTRACT .....   | IV  |
| RESUMO .....   | V   |
| INTRODUÇÃO .....   | 03  |
| 1 - A FORMAÇÃO POLITICA BRASILEIRA .....   | 11  |
| 1.1 - <u>Eleição. Conceito. A eleição como ins-</u><br><u>trumento da democracia</u> ..... | 11  |
| 1.2 - <u>A eleição como prática política brasi-</u><br><u>leira</u> .....                  | 13  |
| 1.2.1 - As eleições no Império .....   | 15  |
| 1.2.2 - As eleições na Primeira Repú-<br>blica .....                                       | 47  |
| 1.2.3 - As eleições após a Revolução de<br>30 até 1960 .....                               | 66  |
| 1.3 - <u>A eleição e a renúncia de Jânio Quadros.</u>                                      | 91  |
| 2 - AS LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO POLITICA .....  | 102 |
| 2.1 - <u>O "Golpe Militar" de 1964</u> .....   | 102 |
| 2.2 - <u>A suspensão das eleições diretas para a</u>                                       |     |

|   |     |
|---|-----|
| <u>presidência da República</u> .....                       | 110 |
| 2.3 - <u>O Bipartidarismo</u> .....                         | 129 |
| 2.3.1 - A extinção dos Partidos Políticos .....             | 132 |
| 2.3.2 - A criação da ARENA e do MDB ...                     | 135 |
| 2.3.3 - Os Senadores Biônicos .....                         | 140 |
| 3 - <u>A REDEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES</u> .....        | 144 |
| 3.1 - <u>A distensão e a Abertura</u> .....                 | 144 |
| 3.2 - <u>As eleições de 1982</u> .....                      | 166 |
| 3.3 - <u>A campanha das Diretas-Já</u> .....                | 170 |
| 3.3.1 - A vitória do Colégio Eleitoral .                    | 180 |
| 3.3.1.1 - Da sucessão de Figueiredo à posse de Sarney ..... | 183 |
| 3.3.2 - Constituinte e Constituição ....                    | 201 |
| 4 - <u>A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DIRETA</u> .....              | 215 |
| 4.1 - <u>As eleições presidenciais de 1989</u> .....        | 215 |
| 4.1.1 - Os candidatos à presidência ....                    | 221 |
| 4.1.2 - A campanha presidencial .....                       | 233 |
| 4.2 - <u>A disputa final: Collor X Lula</u> .....           | 243 |
| 4.2.1 - A vitória de Collor .....                           | 250 |
| CONCLUSÃO .....   | 257 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....                            | 266 |

## INTRODUÇÃO

No confronto entre um candidato operário, Luiz Inácio Lula da Silva, representante da classe trabalhadora, e um candidato das elites, Fernando Collor de Mello, o povo brasileiro, em 1989, depois de 29 anos, vai às urnas e, por via direta, escolhe, para governar o País, um membro da classe dominante.

Tal resultado suscitou inúmeros questionamentos, não só sobre o tipo de democracia que se vive no Brasil, como também sobre as condições efetivas de participação política do eleitorado brasileiro, uma vez que, apesar das várias justificativas para a vitória de Collor, tais como a tendência da mídia e o apoio econômico, foi, no mínimo interessante, ter a sociedade brasileira colocado no poder, justamente o representante da classe responsável pela sua contínua espolição, escravização e exploração, e que determinou a transformação do Estado Brasileiro em um verdadeiro caos econômico-político-social, representado hoje por um dos mais graves níveis de desigualdades sociais.

A origem da idéia central deste trabalho veio, pois, a partir destes questionamentos que procuraram respostas como: por que o povo brasileiro votou em um candidato das elites? Não havia condições ao eleitorado de discernir entre as opções qual seria a mais viável para o País? Pesaram, neste momento, as condições sociais, culturais, políticas e econômicas do eleitor? Houve, no decorrer da nossa HISTÓRIA, uma vivência política efetiva que

permitiu o crescimento da consciência política do homem brasileiro? ou o poder constituído sempre utilizou os instrumentos ditos democráticos, tais como as eleições, a fim de viabilizar sua manutenção no poder?

Assim, tendo por objetivo analisar a função das eleições, como instrumento democrático suas causas e conseqüências, bem como a participação política do eleitorado brasileiro, pretende esta dissertação como objeto ampliar os conhecimentos sobre o grau de democracia no País, uma vez que das condições da primeira resultam ou não a plenitude da segunda, ou seja, a DEMOCRACIA só existe de fato se as eleições forem plenamente livres, de maneira que, ao depositar seu voto na urna, o eleitor o faça sem quaisquer pressões, atendendo apenas a sua consciência e sua decisão.

Para que tal objetivo fosse atingido, procedeu-se a um levantamento sobre a forma, o tipo, a abrangência, enfim, o grau de participação política do eleitorado, desde as origens do Estado Brasileiro, até os dias atuais, possibilitando, a partir desta análise, chegar-se a efetivas conclusões sobre esta referida participação em determinado contexto histórico.

O trabalho em si, portanto, está dividido em quatro capítulos que acompanham, dentro do possível, os acontecimentos políticos marcantes que significaram, de uma forma ou de outra, momentos cruciais para o desenvolvimento do Estado Brasileiro, como nação livre, soberana e democrática.

O primeiro capítulo procura analisar o funcionamento da sociedade brasileira a partir do seu descobrimento até a eleição de Jânio Quadros, detectando os fatores determinantes para sua transformação num país de "terceiro mundo", dono de uma economia extremamente dependente. Essencial neste momento foram as obras de Raimundo Faoro - "Os donos do poder - Formação do Patronato Político Brasileiro, vol. I", de Leôncio Basbaum - "História Sincera da República, vol. I e II", de Olavo Brasil de Lima Junior - "O Balanço do Poder" de José Murilo de Carvalho "Os bestializados", que procuraram, entre outros autores, demonstrar que a preocupação das elites nesta época nada mais era do que a manutenção do poder. Faoro, inclusive, detecta, em parte do seu trabalho, a forma fraudulenta com que as eleições eram realizadas, destacando a famosa eleição "bico-de-pena", onde os mesários decidiam quem e quantos poderiam votar e qual seria o eleito.

A compreensão de parte desse período histórico, principalmente de fins do século XIX e início do século XX, é facilitada pela leitura de Victor Nunes Leal, que, em "Coronelismo, enxada e voto", retrata, de forma clara e precisa, a influência do poder econômico na hora do exercício do voto. O voto de cabresto e o voto de curral, marcantes nessa época, são provas cabais de que as falhas no sistema eleitoral do Brasil começaram e acompanharam toda a história da Velha República e se estenderam, praticamente, até a redemocratização de 1946.

No segundo capítulo, a abordagem principal fica por conta das causas do "Golpe Militar de 64", o "GOLPE", propriamente dito, e suas conseqüências para o exercício democrático, uma vez que veio o mesmo determinar a espoliação paulatina dos direitos políticos do cidadão brasileiro. Analisa o poder constituído, que, se utilizando dos famigerados "Atos Institucionais", foi cerceando o livre direito do voto. Primeiro suspenderam-se as eleições diretas para a presidência, depois as eleições diretas para Governos de Estado e, por fim, as das capitais e prefeituras consideradas de "Segurança Nacional". As eleições em si não foram suspensas, mas a forma com que passaram a ser realizadas estava aquém do exercício pleno e livre do VOTO.

Evaldo Vieira, em "A República Brasileira" e Edgard Luiz de Barros, em seu "Os Governos militares" relatam a forma abusiva com que os "donos do poder" limitaram a participação política do cidadão brasileiro, o mesmo ocorrendo com "Estado e Oposição no Brasil (1964-1984) de Maria Helena Moreira Alves, e "Eleições no Brasil pós-64", de Raimundo Pereira. Este último, na obra citada, ratifica a idéia de que as eleições, durante o período da "Ditadura Militar", nada mais foram do que uma verdadeira farsa, afirmando que "o regime corrompeu as leis corruptas", ou "os governos militares inovaram nas formas de corrupção dos resultados das urnas".

No terceiro capítulo, discorre-se sobre os fatores que levaram à distensão e à abertura, idealizados por Golberí do Couto e Silva e comandada por Ernesto Geisel, detectando-se a forma como a participação política era exercida na época. À análise deste período foram fundamentais as obras de Thomas Skidmore, "Brasil - de Castelo a Tancredo", de Alfred Stepan - "Democratizando o Brasil", de René Armand Dreifuss - "O jogo da Direita" e de Maria Helena Moreira Alves - "Estado e Oposição no Brasil (1964 a 1984)", que, entre outros, demonstraram o quanto o eleitorado brasileiro continuou, apesar da dita abertura, a ser aliado no seu direito fundamental de cidadão, ou seja, o de exercer, através do voto, a verdadeira democracia já que, principalmente durante a década de 70, o brasileiro viveu os mais negros dias de sua história, sofrendo com as perseguições, a tortura, o exílio.

Neste capítulo, abordam-se os primeiros "arroubos" de redemocratização que os ventos da abertura trouxeram. Vieram na forma da campanha das "Diretas-Já", que lutava em 1984 pela volta das eleições diretas para a presidência, considerada por muitos a única solução plausível para o retorno imediato do Brasil à condição de país democrático. Esta campanha, segundo a visão de Ricardo Kotscho, provocou a "explosão de um novo Brasil", explosão esta, entretanto, contida pela rejeição da emenda Dante de Oliveira e a manutenção da decisão da escolha pelo Colégio Eleitoral. Continuava o poder a utilizar-se dos variados instrumentos à sua disposição, como os Atos Institucionais, para manter a do-

minação sobre as decisões do Estado. Como paliativo à derrota das Diretas, veio a conciliação na forma da candidatura Tancredo Neves. Sua morte, logo em seguida, mais do que a ele próprio vitimou o País que, em decorrência de mais uma manobra dos bastidores políticos, passa a ter como presidente José Sarney, político aliado contínuo dos militares. Com Sarney, apesar do agravamento da crise econômica e conseqüentemente social, a democracia passa a ser a tônica, não correspondendo, no entanto, a um exercício livre e pleno. Prova disso é a forma como fora convocada a Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição que iria dizimar os resquícios autoritários representado pela Constituição de 1967 e Emenda Complementar de 1969.

O último capítulo, por sua vez, aborda as eleições presidenciais de 1989, momento marcante da nossa história, buscando avaliar o grau de participação política do eleitorado num contexto histórico diferente dos anteriores, já que, de maneira explícita, não havia mais os Atos Institucionais, o perigo das perseguições, da tortura e do exílio e, pelo menos aparentemente, a sociedade mostrava-se amadurecida para exercitar o direito do voto. Entretanto, outras formas de pressões se expressaram nas leituras feitas que detectaram que os fatores determinantes para a vitória de Collor, perpassaram não só pelas condições degradantes no que diz respeito aos direitos humanos exercitados no Brasil, com um dos mais altos níveis de miserabilidade dos últimos tempos, ou seja, 70% de sua população beirando o flagelo da fome, da falta de emprego, alijada do acesso à educação, à cultura, à saúde, como também pela falta de experiência política, de forma que



as falcatruas, os conchavos de bastidores, a manipulação dos instrumentos eleitorais, como a própria legislação, feita de última hora e a "toque de caixa", serviram, novamente, aos interesses da classe dominante que, por tradição, beneficiou-se com as condições adversas, á medida que a ignorância política do povo, aliada a estas adversidades, levaram ao Palácio do Planalto o candidato que lhes garantia a permanência no poder.

Neste momento do trabalho, a bibliografia já se tornou mais restrita, em razão da atualidade do tema, ou seja, poucas análises profundas haviam sido feitas, e a pesquisa ficou por conta dos jornais e revistas de circulação nacional que noticiaram o dia-a-dia da eleição. Foram utilizadas, mesmo assim, algumas obras de suma importância para a compreensão deste momento histórico, entre elas "Depois da Transição-Democracia e eleições no Governo Collor", "Partidos e Utopias - O Brasil no Limiar dos anos 90", ambas de Bolívar Lamounier, "A transição prolongada - o período pós-constitucional" de Florestan Fernandes, "Atrás do Palanque - os bastidores das eleições de 1989" de José Neumãne Pinto, "Quase Lá, Lula, o susto das elites" de Wladimir Pomar.

A partir de todas as observações levantadas no decorrer do trabalho sobre as reais condições em que a sociedade brasileira tem exercido o direito do VOTO durante sua história, teremos, com certeza, um conhecimento mais claro e amplo sobre o funcionamento das instituições democráticas no que diz respeito à participação política do eleitorado brasileiro. Este conhecimento permitirá uma avaliação das falhas existentes e, justamente com

elas, encontrar possíveis soluções que levem o Brasil ao encontro dos ventos da real democracia que sopram pelo mundo.

Para a realização desta dissertação, foi utilizado como método de abordagem o método indutivo, fundamentado basicamente em pesquisas bibliográficas e consultas a jornais e revistas de circulação nacional.

Método indutivo, segundo a argumentação de Lakatos & Marconi\*, é aquele método de abordagem "cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias".

Como método de procedimento, optou-se em razão das necessidades da pesquisa, pelo método histórico, que de acordo com as autoras acima citadas "consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje".

\* LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. S.P., Atlas, 1986, p. 79-80

## 1 - A FORMAÇÃO POLITICA BRASILEIRA

### 1.1 - Eleição. Conceito. A eleição como instrumento da democracia

Eleição significa, etimologicamente, o ato de ELEGER. Escolha, por meio de sufrágio ou votos de pessoa para ocupar um cargo ou desempenhar certas funções.

Pode, por sua peculiaridade, ser considerada talvez o fato mais importante de um regime democrático, uma vez que, na sociedade democrática, a legitimidade do governo é baseada no consentimento do povo, expresso através do voto, sendo que as funções devem emanar da coletividade, e exercidas em seu nome e em seu proveito.

Portanto, a eleição, representa a forma mais concreta de viabilizar a democracia, entendida como o governo do povo pelo povo e para o povo, porque diz, de maneira direta, como é feita a escolha e a quem o poder político é atribuído entre indivíduos e grupos.

Através dela é que se pode ter o retrato, o mais perfeito possível, das preferências de todo o corpo eleitoral, que determinara a continuidade ou mudanças dos quadros partidários, bem como a rotatividade das pessoas e dos partidos no poder.

Acima de tudo,<sup>11</sup> a eleição representa uma vigorosa afirmação de consciência política e de maturidade de um povo. Através de debates e discussões sobre os principais problemas de uma nação, e após ouvir possíveis soluções, propostas pelos vários partidos, que se inserem nos seus programas de governo, a sociedade manifesta-se pelo seu voto, seu pensamento e sua vontade.

Tal procedimento é respaldado pela " Declaração Universal dos Direitos do Homem ", quando se afirma - " A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Essa vontade será expressa por eleições periódicas e legítimas ".

Maurice Hauriou<sup>(1)</sup> assinala que " o poder eleitoral, sobretudo a partir do sufrágio universal, tem se tornado tão significativo, que será necessário incluí-lo, proximamente, como um dos poderes do governo, acomodando-o ao lado do executivo e do legislativo ", e isso se deve, basicamente, porque, através do voto, ocorre a possibilidade inegável da construção da verdadeira democracia.

(1) Hauriou, Maurice.. Principios de derecho publico y constitucional. Tradução de Carlos Ruiz del Castillo. 2. ed. Madrid, Instituto Editorial Reus p.237.

## 1.2 - A eleição como prática política brasileira

Historicamente, a sociedade brasileira tem lutado constantemente na busca de uma prática democrática, procurando, através dela, encontrar o seu desenvolvimento político e conseqüentemente, a justiça social.

Entretanto, essa prática tem-se demonstrado de difícil acesso, uma vez que permeia o seu exercício, o interesse das classes dominantes, ora representadas pela aristocracia agrária, ora pela burguesia industrial nascente, ora pelos grandes grupos empresariais, nacionais ou multinacionais.

Caracteriza-se, portanto, a democracia, em sua plenitude, pelo poder de representação, alcançado no momento em que o cidadão deposita seu voto na urna, optando, consciente e livremente, pelo candidato que julgar idôneo para representá-lo e defender seus interesses.

Infelizmente, podemos dizer, seguindo Sérgio Buarque de Holanda<sup>(2)</sup>, que a "democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido no Velho Mun-

(2) HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 17. ed. José Olimpio Editora S.A., 1984, p. 119.

do, o alvo da luta da burguesia contra as aristocracias". Assim, no Brasil, o voto nada mais tem representado do que um instrumento exclusivo das classes dominantes, como forma de manutenção do poder.

Mostra disso são as legislações eleitorais, que foram sendo criadas de acordo com a conveniência e interesses políticos, como forma de alijar do processo a base da sociedade brasileira.

Florestan Fernandes<sup>(3)</sup>, discorrendo sobre o assunto, dá-nos uma visão concisa ao declarar que "ainda no Brasil, a politização institucional e profissional das eleições concentra estratégias completamente estranhas aos problemas e dilemas reais da massa pobre e trabalhadora, maioria de nossa população". A luta eleitoral se abstém de discutir realmente os verdadeiros problemas, necessários à democratização do país. Voltando-se para a conquista do voto, não propiciam condições de representatividade que possibilite aos representados expressarem os seus desejos e necessidades, e, mais que isso, conseguir, através dela, mudanças efetivas que lhe propiciem condições de vida digna.

Afirma, ainda, o citado autor, que as eleições não chegaram a ser verdadeiramente politizadas e politizadas democraticamente de 1945 a 1964 ou sob a ditadura militar, que sempre con-

(3) FERNANDES, Florestan - Que Tipo de República? S.P., Braziliense, 1986, p. 141.

verteu as eleições em farsa política e as castrou em suas potencialidades criadoras.

### 1.2.1 - As Eleições no Império

Antes de iniciarmos a análise do sistema eleitoral no Império, faz-se mister que seja exposto, mesmo que sucintamente, os principais aspectos do Brasil-Colônia, para que se possa assim, entender os motivos e as justificativas que levaram à Independência.

Tem a história procurado, ao longo dos anos, apresentar as causas que fizeram do Brasil uma colônia com sérias dificuldades de desenvolvimento, se comparadas às outras colônias da América, descobertas quase em períodos semelhantes.

Isso, entretanto, é de fácil compreensão se simplesmente invocarmos os motivos pelos quais o Brasil foi colonizado, pois, dentro deles, já se mostrarão evidentes as causas de todo o atraso político, econômico e social do país.

Portugal, tendo por base de organização política o patrimonialismo, por suas próprias condições estruturais à época do descobrimento, vivendo sob um sistema econômico em que vigorava o mercantilismo, com a política de trânsito das mercadorias, sem a fixação interna de fontes de produção exportável, sofrendo, em

conseqüência, graves crises econômicas, não via o Brasil, por exemplo, com os mesmos olhos com que a Inglaterra via a América. Para os ingleses, as novas terras seriam colonizadas com o intuito de serem um novo mercado de consumo para seus produtos. Para Portugal, o Brasil era fonte de riquezas imediatas a serem exploradas da mesma forma como ocorrera com as Índias, buscando superar suas dificuldades econômicas, conseqüência de uma estrutura arcaica.

Com o perigo das invasões e para manter o território dentro das dimensões desejadas, Portugal sentiu a necessidade de colonizar o Brasil, viabilizando, dessa forma, sua dominação. Entretanto, não tinha efetivamente nenhum plano de como fazê-lo. Iniciou mandando fidalgos, aventureiros, desterrados. Como isso se mostrasse insuficiente, implantou o sistema das Capitanias Hereditárias, que se constituía dividir a Colônia em diversas áreas de terra que seriam deixadas sob a competência de homens da confiança do Rei. Tal sistema falhou, e somente duas delas, as capitanias de São Vicente e Pernambuco conseguiram alcançar seus objetivos e, na prática, basicamente a colonização se efetivou através das sesmarias, das entradas e bandeiras e dos currais de gado que possibilitaram a fixação do homem na terra.

O sistema de sesmarias, doação de faixas de terra, pode ser considerado como o originário do fenômeno dos latifúndios no país apesar de que, na realidade, em seu bojo, trazia uma idéia totalmente contrária, ou seja, o antilatifúndio, delimitando pequenas áreas para serem doadas.



Essa intenção, entretanto foi desvirtuada por diversos fatores que passaram pelos interesses dos fidalgos portugueses que não se dispunham a deixar suas terras e se arriscar num país estranho, para aqui receber áreas menores do que as que possuíam na Metrópole, pela solicitação feita por pessoas da mesma família para concessão de terras que, somando, formavam grandes propriedades e também, pela própria viabilização da cultura da época que era da cana-de-açúcar, em que esta, para compensar economicamente, exigia grandes extensões de terra. Pode-se acrescentar, ainda a essas justificativas para a formação dos latifúndios, as doações feitas pelo Rei aos seus servidores como forma de pagamento dos serviços prestados à Coroa.

Esse sistema de latifúndios, pela própria estrutura agrária originou o trabalho escravo, resultando relações de dependência completa entre o senhor e o negro.

Há que se destacar também que as primeiras relações de caráter semifeudal apareciam nos currais, onde os vaqueiros trabalhavam em troca de habitação e alimentação.

Igualmente nas sesmarias, muitas vezes apareciam moradores, imigrantes e filhos da terra, mestiços libertos ou livres, que fugindo da falta de perspectivas do litoral e impossibilitados de adquirir terras próprias, essas restritas aos que possuíam posses ou recebessem a proteção das altas esferas, tinham como única opção, abrigar-se em terras alheias. Com o aparecimento do dono acabavam transformando-se em trabalhadores da ter-

ra, originando categorias que ainda hoje caracterizam o campo - arrendatários, meeiros, caipiras ou colonos, todos eles em condições precárias, representada por uma situação econômica miserável, vivendo sob a proteção do fazendeiro, a quem obedeciam e, em muitos casos, idolatravam.

Com a apresentação desses fatos, podemos detectar que a causa fundamental da falta de mercado interno foi, primitivamente, o sistema de apropriação, divisão e distribuição da terra, representada pela grande propriedade e o sistema de relações de produção que daí se originou.

O sistema de latifúndios, a ausência de consumidores, já que os escravos e os servos, formas específicas da mão de obra da época, não recebiam salários, obrigaram a que os produtores procurassem o mercado externo, uma vez que, nem escravos nem os servos eram fontes de consumo, incapazes, pois, de criar um mercado interno e, portanto, uma indústria ativa.

Toda história futura do Brasil está essencialmente fundamentada nesses alicerces básicos. O latifúndio, o grande proprietário rural, senhor e dono de suas terras, das riquezas nela produzidas, das pessoas que nelas viviam e cuja riqueza só era possível devido à exploração da mão-de-obra escrava que nenhum gasto causava ao "senhor", sendo toda a produção destinada à exportação.

Esse quadro geral permaneceu idêntico quase três séculos. A nobreza feudal, formada pelos senhores de engenho, dominavam o país. Abaixo dela, tínhamos outras camadas sociais pouco numerosas, que não possuíam características econômico-específicas, constituídas de militares, do clero, dos funcionários. Tínhamos, ainda, nas cidades, uma pequena classe de comerciantes, a maioria deles portugueses e os moradores sem terra do interior. Sustentando toda essa estrutura, um milhão e meio de escravos, num total de mais ou menos três milhões de habitantes.

A situação só veio a se alterar em 1808, com a vinda para o Brasil de D. João que, atendendo a conselho do governo inglês, transferiu-se para a Colônia com toda a Corte, fugindo das tropas napoleônicas que invadiam a península ibérica.

Com a chegada da Corte, modificaram-se profundamente os costumes na vida social e econômica da Colônia, a começar com a derrogação do Alvará de 5 de janeiro de 1785, que ordenara o fechamento de todas as fábricas do Brasil. Em seguida, a abertura dos Portos a todas as nações, a localização da sede do governo no Rio de Janeiro e a elevação, em 1815, do Brasil à categoria de Reino Unido, sagrando-se D. João com o título de D. João VI, propiciando, ainda, uma série de medidas administrativas que darão à Colônia um "status" de Nação e a Capital uma aparência de cidade.

A partir de então, a aristocracia rural, antes restrita e isolada no campo, começa a buscar a cidade, despertada pelo brilho da Corte, ávida em igualar-se aos fidalgos em hábitos e títulos.

Enche-se a cidade de casas comerciais, perfumarias, joalheiros, casas de modas e, como apresenta Leôncio Basbaum (4) " as ruas que antes pertenciam somente aos escravos, passam a ser freqüentadas por senhores de terras e sinhazinhas, e a cidade começa a ter ares de Metrópole ".

Essa nova fase pode ser considerada como intensificado-  
ra dos conflitos entre os interesses portugueses e brasileiros.

Até a transferência da Corte para o Brasil, o comércio internacional português realizava-se, em sua maioria, com o Brasil. Portugal, além de consumidor, era o entreposto da distribuição de todo o comércio exterior da Colônia. Mantinha, pois, até essa data, o monopólio sobre todas as importações e exportações realizadas, ganhando os comissários portugueses com o armazenamento e a revenda dos produtos. A renda das alfândegas constituíam as principais receitas, além de a renda dos capitais lusitanos, investidos no comércio colonial, oferecerem ampla base de tributação.

(4) BASBAUN. Leôncio. História Sincera da República. Das origens à 1889. 1. v., S.P., Alfa Omega, 1975, p. 103.

Com a abertura dos portos, todo esse esquema lucrativo desmoronou, sendo que os " Tratados de Comércio " firmado por Portugal com a Inglaterra, concedendo-lhe uma tarifa preferencial mais favorável que a outorgada a Metrópole, levou ao descontentamento geral.

As contradi es entre os interesses metropolitanos e dos grupos coloniais passaram, então, a se manifestar de forma mais efetiva, e os movimentos se intensificaram de ambos os lados, procurando demonstrar situa es inversas.

Aos portugueses, os movimentos procuravam demonstrar as desvantagens que significara para Portugal a eleva o do Brasil a Reino Unido, buscando provar, por todas as formas, a conveniência do restabelecimento do Pacto Colonial. Frisavam seus defensores que a abertura dos Portos estava levando   destrui o do artesanato e do comércio local, da navega o nacional e provocando o empobrecimento das popula es locais em benefício dos estrangeiros, principalmente dos ingleses.

No âmbito brasileiro, ao mesmo tempo, outros movimentos procuravam alertar sobre os benefícios do comércio livre que emanciparia o país dos limites impostos pela Metrópole. O impulso dado pela abertura dos portos mostrava o quanto eram obsoletas as institui es coloniais e o quanto as mesmas representavam de atraso para o desenvolvimento e a livre expansão da economia.

Foi se tornando cada vez mais claro que as restrições à livre circulação, criadas pelas barreiras ao tráfico interprovincial, a exploração das populações, favorecidas pela exigência fiscal, a preponderância dos funcionários portugueses, os privilégios que esses gozavam na sociedade, prejudicavam, em muito, o desenvolvimento do Brasil, levando a um atraso e a uma dependência circunstancial que estimulavam o descontentamento geral, criando, nas facções mais radicais, as idéias da Independência.

Note-se que, no decorrer de sua estada, D. João VI até que tentara amenizar a situação, garantindo alguns privilégios para os portugueses, outros para os brasileiros, não conseguindo, entretanto, com sua política satisfazer plenamente a nenhum dos grupos.

Com o término da invasão napoleônica, os portugueses passaram a exigir o retorno do Rei a Portugal, primeiro porque temiam, seriamente, que Portugal acabasse por se tornar colônia do Brasil, e além disso, julgavam que todos os males que acometiam a sociedade portuguesa advinham da permanência da Corte no Brasil e da autonomia concedida à Colônia.

Esperavam que a volta de D. João VI a Portugal anulasse todas as regalias concedidas ao Brasil e que se restabelecesse o Pacto Colonial, então rompido. Não contavam, contudo, com a oposição da Colônia e principalmente da Inglaterra, maior beneficiária da transferência e da permanência da Corte no Brasil, com quem passara a ter o privilégio de comercializar com exclusivida-

de, o que lhe garantia grande fonte de divisas.

Após sérias pressões e a absorção da idéia gerada por seus aliados de que, para ser rei do Brasil precisava primeiro ser rei de Portugal, resolveu D. João VI retornar à Metrópole, deixando seu filho Pedro como Regente e "lugar-tenente de el Rei".

O conflito, no entanto, já estava gerado e em limites insustentáveis, agravados com a demonstração efetiva dos propósitos recolonizadores das Cortes, representados por medidas que, entre outras, estabeleciam a extinção no Brasil do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência, da Ordem do Conselho da Fazenda, da Junta do Comércio, da Casa de Suplicação, além de voltarem a considerar as Costas brasileiras como cabotagem, ou seja, dava-se novamente aos navios portugueses o privilégio do transporte marítimo.

Tais iniciativas acabaram por abalar a composição das classes dominantes que queriam a manutenção da Monarquia dual, permanecendo, entretanto, a autonomia já alcançada pelo Brasil. Quando essa intenção foi inviabilizada pela suspensão da autonomia administrativa e comercial, a Independência passou a ser o único caminho viável e ela acabou sendo proclamada a sete de setembro de 1822.

Na realidade, o processo de emancipação política já se iniciara bem antes, quando as divergências entre a forma como o Brasil era administrado pela Metrópole foram se acentuando de maneira a estabelecer conflitos gravíssimos de identidade por parte daqueles que se consideravam verdadeiramente brasileiros e tinham dentro de si o espírito da nacionalidade. Não admitiam que o país continuasse a ser explorado pelo fisco, não admitiam que os portugueses fossem a maioria dos funcionários, não aceitavam que as exportações continuassem a ser controladas pela alfândega portuguesa, que estipulava os preços de acordo com os seus interesses particularizados. Os fatos foram se sucedendo de tal forma que possibilitou a junção dos liberais mais radicais aos próprios senhores de engenho, membros da classe dominante, que viam no retorno do Pacto Colonial, o retorno a condição de sujeição e, conseqüentemente, a diminuição em grande monta dos seus lucros.

Assim, numa sequência de fatos, a prática da Independência viabilizou-se quando, em 9 de janeiro de 1822, o Príncipe Regente, D. Pedro, rebelando-se contra as ordens de retornar a Lisboa, proferiu o "Fico", convocando em junho do mesmo ano uma Assembléia Constituinte. A partir de então, o processo não tinha mais volta e consumou-se com sua proclamação.

Representava o movimento da Independência a união de classes diferentes com interesses divergentes. Para o povo composto de negros e mestiços, a Independência era a luta contra os brancos e seus privilégios. Significava, sobretudo, a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor-



das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso à universidade, ao clero superior. Abolir as diferenças de cor branca, parda, negra, oferecer iguais oportunidades a todos sem restrições de qualquer natureza era o principal ideal das massas mestiças, que viam no movimento revolucionário a oportunidade de viverem em igualdade. A independência implicava na eliminação total das barreiras de cor, na realização da igualdade econômica e social, na subversão da ordem.

Para as categorias superiores, como fazendeiros e comerciantes, a independência era condicionada à manutenção do "status quo", da garantia da ordem e dos seus privilégios. Liberavam-se dos inconvenientes que significavam a intervenção da Metrópole nos seus negócios, mantinham o sistema de produção baseado na escravidão e tudo permanecia igual.

A união de ideais tão distintos só foi possível graças à abstração dos programas apresentados pelos revolucionários que, após a independência, clarificou-se na manutenção dos interesses das elites que não tinham a mínima intenção em reformar a estrutura de produção, nem ao menos a estrutura da sociedade. Por isso, a escravidão foi mantida assim como a economia de exportação. Pôde, por esses motivos, ser o movimento da Independência considerado mais anticolonial do que antimonárquico e antimetropolitano.. E, assim mesmo, levando-se em conta que a idéia da separação só concretizou após se demonstrar impossível, a permanência ao mesmo tempo, da dualidade de coroas e a preservação da liberdade de comércio, uma vez que uma correspondia à abdicação da ou-

tra.

Três grupos disputaram a liderança dos acontecimentos que culminaram com a Independência. Um, formado predominantemente por portugueses que queriam recompor seus privilégios, dispostos a defender a política da Corte a todo o custo. O segundo partido, misto de portugueses e brasileiros pertencentes às categorias dominantes: altos funcionários, fazendeiros, comerciantes. Aceitavam a ruptura com Portugal por não haver condições de manter, se ligados a ele, as regalias já alcançadas. Finalmente, o terceiro, representado pelo Partido Republicano, interessado igualmente na Independência e composto de elementos mais radicais e democratas, ligados às atividades urbanas: farmacêuticos, jornalistas, médicos, professores, pequenos comerciantes, padres. Era um partido da longa tradição, que se viu enfraquecido com a possibilidade da Independência, mas que, de certa forma, aceitaram-na pacificamente, apesar de ser a mesma uma revolução de cima para baixo, que manteve longe qualquer participação popular.

Conforme Emília Viotti da Costa<sup>(5)</sup>, no Jornal de Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo, considerados republicanos e democratas, quando ainda sob a emoção do "Fico", publicaram um artigo que sintetizava: "o Brasil, adotando o príncipe, adotou o partido mais seguro, vai gozar dos bens da liberdade, sem as

(5) COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República-momentos decisivos. S.P., Braziliense. 1984, p.44.

comogões da democracia e sem as violências da Arbitrariedade". Por declarações próprias, aprovavam a exclusão das massas do processo político.

A elite brasileira que tomou o poder em 1822 era formada por fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção, cuja base era o sistema do trabalho escravo e a grande propriedade.

Após a Independência, mantiveram a tradição agrícola e se opuseram a qualquer iniciativa que viesse significar o desenvolvimento industrial; resistiram, até o último momento, as pressões da Inglaterra que visavam abolir o tráfico de escravos. Sua ideologia pode ser considerada como essencialmente conservadora e antidemocrática, eliminando o pensamento liberal de feições mais radicais.

Organizaram um sistema político fortemente centralizado, que colocava os municípios na dependência do governo provincial e as províncias na dependências do governo central. Continuando a tradição, subordinaram a Igreja ao Estado e mantiveram o catolicismo como religião oficial, fazendo algumas concessões ao culto privado de outras religiões. Adotaram um sistema de eleições indiretas, excluindo a maior parte da população do processo eleitoral. Criaram ainda o Poder Moderador, o Conselho de Estado, além do princípio da Vitaliciedade para o Senado, o que garantiu a continuidade das elites políticas que se perpetuaram

no poder graças ao sistema de clientelismo e da patronagem, vindo a construir verdadeiras oligarquias.

Assim, apesar de em 1822 terem as classes dominantes optado por um regime monárquico, uma vez conquistada a Independência, competiram com o Imperador pelo controle da Nação.

Entrando exatamente no tema proposto, ou seja, análise do processo eleitoral da época, podemos dividir o período em dois momentos: o Primeiro e o Segundo Império.

O primeiro Império pode ser localizado historicamente entre 1822, ano da Independência, até 1831, momento em que D. Pedro I abdicou do Trono, deixando em seu lugar o filho.

Visava organizar um Estado Monárquico Constitucional, de representação limitada, pelo critério censitário e eleições indiretas em dois graus, bem como pela intenção de manter escravizada 1/3 da população, composta de negros e mulatos.

Apesar de pregar o liberalismo, na Constituinte convocada por D. Pedro em junho de 1822 ficou evidenciado que todos os que se diziam liberais na realidade distinguiam claramente esse liberalismo das reivindicações democratizantes. Confessavam-se antidemocratas e antirevolucionários, uma vez que as idéias revolucionárias provocavam o desagrado geral entre os constituintes. A conciliação da liberdade com a ordem seria o preceito desses liberais, e isso significava manter a estrutura escravista de

produção e cercear as pretensões democratizantes. Havia uma desconfiança exarcebada em relação às camadas populares por parte da Assembléia, que tinha verdadeiro pavor da idéia de uma revolta dos escravos.

Democracia e liberalismo pois, estavam dissociados nesse período em que se procede à organização do país independente. As divergências políticas eram deixadas de lado quando todos os constituintes concordavam na manutenção da estrutura de produção e do trabalho escravo.

A idéia de emancipação gradual dos escravos, proposta por José Bonifácio, um dos articuladores da Independência, seguindo tendências de alguns políticos europeizados, era rejeitada por todos, bem como permaneciam excluídas do poder as camadas populares. O próprio José Bonifácio ao mesmo tempo em que lutava pela emancipação dos escravos não via com entusiasmo a convocação por parte de D. Pedro de uma Assembléia Constituinte, pois " não confiava na capacidade deliberativa de uma assembléia democraticamente eleita ". Aspirava a um governo de sábios e honrados e não acreditava que o voto não qualificado desse bons resultados.

Já Gonçalves Ledo, político respeitado e que participara também, ativamente dos movimentos pela Independência, pertencente ao grupo liberal mais radical, tentara, sem sucesso, fazer adotar um sistema de eleições diretas que, em seu entendimento, era a única forma realmente democrática de eleição. Na disputa, prevaleceu a proposta de José Bonifácio em favor de um sistema de

eleição indireta, mais de acordo com a opinião da maioria, haja vista que não eram poucos os ilustres que possuíam a idéia de que os brasileiros não estavam aptos a participarem de uma eleição direta, e que esse sistema seria propício somente para países que detinham maior grau de evolução social, o que naturalmente não seria o nosso caso.

Assim, a decisão de 16.06.1822 estabelecendo as condições de recrutamento do eleitorado já revelava a intenção classista que a fundamentava, uma vez que só concedia direito de voto a todo cidadão casado ou solteiro, maior de vinte anos. Ficavam excluídos os que recebessem salários ou soldadas, com exceção dos caixeiros de casas comerciais, os criados da Casa Real, os administradores das fazendas rurais e fábricas. Impedidos de votar ficavam também os religiosos regulares e os estrangeiros não naturalizados, bem como os criminosos. Os índios e os escravos eram excluídos do conceito de cidadão.

Essas disposições, apesar de discriminatórias eram claramente mais democráticas que as adotadas mais tarde depois que a Independência se concretizou, quando o critério para seleção de votantes, eleitores e elegíveis foi baseado na renda crescente. Além de estipulada a eleição em dois graus, excluídos os índios e os escravos do conceito de cidadão, os votantes, eleitores e elegíveis, foram selecionados conforme critérios censitários, estando impedido de votar nas eleições primárias os menores de 25 anos, com exceção dos casados e oficiais militares maiores de 21

anos; os bacharéis formados e clérigos de ordem sacra. Eram impedidos de votar ainda os religiosos e quaisquer que vivessem em comunidades claustral e os que não tivessem renda líquida de RS 100,000\$ ao ano para os votantes nas eleições de primeiro grau.

Não podiam, por outro lado, participar como eleitor nem votar nas eleições secundárias para a escolha de deputados, senadores e Conselho de Províncias, os que não tivessem renda líquida anual de RS 200,000\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, os libertos, os criminosos pronunciados em querela ou devassa. Para ser deputado, a pessoa indicada precisava de renda, no mínimo, RS 400,000 \$, fosse brasileiro e professasse a religião do Estado.

Todas essas imposições levaram a que o corpo eleitoral ficasse extremamente reduzido, tendo, em 1822, sido eleitos deputados com bem pouco mais de uma centena de votos. As massas, portanto, em razão de todo o cerceamento exercido pela legislação, continuaram a permanecer fora das esferas do poder de decisão, frustrando todas as suas aspirações de uma participação efetiva.

Realizada a Independência, as divergências entre os grupos radicais (liberais) e os conservadores tornou-se evidente, e o governo da Nação ficava nas mãos de um grupo de elite: fazendeiros, comerciantes, burocratas, pessoas que ocupavam cargos especiais na administração e que, com a Independência, conseguiram atingir os seus objetivos fundamentais, ou seja, libertar o país das restrições impostas pelo Estatuto Colonial, assegurar a

liberdade de comércio e garantir a autonomia administrativa. A organização do país independente refletia os anseios desses grupos sociais que assumiram o Poder no Primeiro Império.

A concentração do poder nas mãos dessa minoria que disputaria junto ao Imperador o privilégio de dirigir a Nação explica a sobrevivência das estruturas tradicionais de produção e das formas de controle político, caracterizado, pela manipulação do poder local pelos grandes proprietários, a marginalização e a apatia da maioria da população.

Essa discriminação quanto à participação popular nas decisões do país foi observada por Saint-Hilaire<sup>(6)</sup> que, após ter percorrido grandes regiões e avaliar os acontecimentos políticos do início de 1822, concluiu que " o povo nada ganhou com a mudança operada, e que os homens que fizeram a Independência pensaram, exclusivamente, em seus privilégios, não se preocupando, de forma alguma, com as classes inferiores ".

As leis que passaram a vigir a partir do Império estavam longe de representar a realidade. Havia uma distância muito grande entre o Brasil legal e Brasil real. A Constituição que veio a ser elaborada e outorgada em 1824 trazia um série de garantias ao indivíduo, mas esses direitos estavam longe de ser exercidos. Em todas as relações prevalecia o critério da amizade e do compadrio, típico do sistema de clientelismo que se tornou

(6) Viotti, op. Cit. P. 53



vigente. Toda a máquina do Estado, seja a da Justiça, seja a da Administração, permanecia à disposição dos senhores de engenho, o proprietário da terra que, através de sua utilização, possibilitava a perpetuação no poder.

A perpetuação no poder pode, portanto, ser considerada como o objetivo maior das classes dominantes. Ao limitar a representação, adotando o critério censitário e a eleição indireta, buscou-se a instrumentalização adequada para o controle dos órgãos e das camadas populares. A supremacia da Coroa, fundamentada no Poder Moderador, no Senado vitalício e no Conselho de Estado, representava o legal, enquanto a Câmara dos Deputados, órgão dependente de eleição, ficava mais próximo do Brasil real, pois estava longe de realmente filtrar a vontade das massas, uma vez que as articulações buscavam, em síntese, reduzir a importância, o peso e a densidade do elo popular e representativo. Eram eleitos somente aqueles que usufruíam do apoio dos estamentos burocráticos ou dos senhores das terras a quem cabia, em última instância, decidir os candidatos que conseguiriam a vitória, e eles estavam sempre dentro dos círculos do poder.

Basicamente, pois, podemos afirmar que o poder vinha do interior, onde os latifundiários, donos do domínio econômico e social, possuíam todas as condições para exercer o poder político numa projeção nacional.

O próprio Imperador D. Pedro I procura fortalecer-se unindo às pessoas que reconhecia deterem o poder, pois sabia que,

somente através delas conseguiria consagrar seu domínio, passando a distribuir-lhes títulos de honra e de nobreza.

Paralelamente, procura o Imperador o apoio em portugueses naturalizados e elementos ligados à antiga elite metropolitana, esforçando-se em compor com eles os gabinetes, deixando de fora os brasileiros, provocando, assim, uma dissonância generalizada do sistema político, o que veio a agravar as relações entre o legislativo e o executivo, melindradas desde a suspensão da Assembleia Constituinte em 1823, uma vez que, após a dissolução da Câmara dos Deputados em novembro de 1823, a mesma só foi convocada em 1826. Esse conflito que é central no Primeiro Império, é agravado por um fato novo: por várias razões, o setor militar que avançara no sentido da "nacionalização", acabou patrocinando a exigência liberal da derrubada do chamado "Gabinete dos Medalhões", acusado de portuguesaria e de ser altamente autocrático.

Essa circunstância selou o destino do ministério, e D. Pedro I, sem condições reais de continuar a governar, decidiu-se, em 1831, pela abdicação. Fimava-se o Primeiro Império.

Não se pode dizer que a Abdicação e a Regência vieram trazer mudanças significativas para a Nação. Apesar da entrada de pessoas novas ao governo, houve a manutenção de outros elementos pertencentes ao período anterior e, na realidade, a política que passou a ser exercida não diferia, em muito, da forma como vinha sendo realizada até então, com grande grau de conservadorismo.

Assim, ao estudarmos as eleições e o funcionamento dos partidos políticos no Segundo Império, nos deparamos com um número infindável de leis e propostas que num plano democrático, buscavam trazer à participação uma maior parcela da população nacional, construindo-se uma organização que pudesse significar, em termos eleitorais, o desejo da Nação.

Entretanto, o sistema era frágil e todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo. O processo eleitoral "não passava de uma comédia, em que a opressão às classes miseráveis do interior e a violência das autoridades levavam para o Imperador números e nomes, todos tão falsos quanto o ato de depor nas urnas cativas, o voto escravizado"<sup>(7)</sup>. Havia um total controle sobre o sistema político por parte do estamento burocrático e dos senhores da terra que, efetivamente, eram os que exerciam a dominação junto à população.

Apesar das várias legislações criadas, o eleitorado, com raras exceções, permanecia obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que era o poder que nomeava, que possuía as armas e o pão.

O eleitor, dessa forma, votava em quem lhe fosse determinado. Recebia a cédula mascarada e caso essa cédula não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo momento.

(7) FAORO, Raimundo, os donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. 1. v., S.P., Ed. Globo S/A, 1989, p. 343.

Perdia a moradia, o trabalho, o pão. O deputado, por sua vez, dentro desse círculo de ferro, nada mais era do que o resultado das combinações da cúpula, marcada nos salões dos poderosos. Assim, além de precisar ser o mais votado, em muitos casos o deputado precisava do apoio político para que sua vitória fosse reconhecida, o que nem sempre ocorria, pois os resultados eram facilmente manipulados a favor do candidato "oficial".

Conforme destaca Raimundo Faoro<sup>(8)</sup>, as instruções de 26 de março de 1824, estatuto eleitoral outorgado pelo governo e que vigorou até 1842, foi a legislação que fixou as bases do sistema que dominou, com modificações secundárias, quase todo o Império. A mesa eleitoral e paroquial foi o fundamento de toda a vida partidária e eixo maior da máquina de compressão. Aperfeiçoado, mais tarde, esse núcleo determinará o reduto das manipulações, da fraude e da violência eleitoreira. De acordo com a forma do duplo grau, a massa dos cidadãos ativos, que não são muitos, elege os eleitores da província, aos quais cabe designar os representantes da Nação e das províncias. A eleição primária paroquial sucedia a eleição secundária, com distinção dos votantes dos eleitores. A mesa eleitoral fazia a eleição primária, com o recebimento do sufrágio dos votantes, com poder e arbítrio sem limites.

No dia da eleição - reunida a assembléia paroquial, constitucionalmente criada - seu presidente, o juiz de fora ou

(8) FAORO, op. Cit. p. 367.

ordinário, ou quem tivesse em seu lugar na freguesia, em combinação com o paróco, propunha dois cidadãos para secretários e dois para escrutinadores que, "aprovados ou rejeitados por aclamação do povo", com o presidente e o paróco constituíam a mesa. Não havia qualificação prévia dos votantes, aceitando a mesa os votos de quem queria e recusando os outros, a pretexto de julgar as exclusões constitucionais à participação no sufrágio. A eleição começava e terminava quando a mesa queria, sem a formalidade da chamada dos votantes. Se os circunstantes alegavam suborno ou conluio "os votos não eram recebidos, negado também aos caluniadores". Os números de eleitores da paróquia era arbítrio da mesa, havendo casos em que a freguesia suplantava os votos da província. Com essas dificuldades, pode-se compreender a importância que adquiria a nomeação da mesa eleitoral. Era, entretanto, entregue à aclamação do povo que aceitava ou rejeitava as pessoas indicadas pelo presidente. Em muitos casos, o que mandava na hora da formação era a violência que, por muitas vezes, fora a "responsável" por sua "correta" formação. Após a determinação dos membros que participariam da mesa eleitoral, nada mais restava ao opositor a não ser ir embora, uma vez que seu destino já estava firmado, pois que, na elaboração da ata eleitoral, valia o que a mesa afirmava e nada mais. Eram elas as responsáveis para organizar as listas dos votantes, a qual poderia conter, por exemplo, caso fosse o interesse de seus correlegionários e na quantidade necessária, além dos dependentes, inúmeros nomes de pessoas fictícias bem como de pessoas já falecidas, ou seja, defuntos, excluindo, ao mesmo tempo, na quantidade possível, os adeptos dos chefes concorrentes, quando não estes próprios.

A qualificação do eleitorado não era permanente. Na Lei do Terço, por exemplo, ela seria feita de dois em dois anos, e, em quase todo o Império inexistiu um eleitorado estável sendo que tal situação só se reverteu com a criação, pela Lei Saraiva, do título de eleitor. Ter o controle das juntas qualificadoras significava pois, conquistar a vitória de antemão, sendo que esse estado de coisas era forçado pelo fato de que os eleitores tendiam a votar, em segundo grau, nos candidatos da mesma linha do gabinete, e, portanto, aquele que, a princípio, teria sido o responsável pela formação das juntas. Essa tendência, em alguns casos não ocorria em razão de pressões exercidas pelo poder local, mas devido ao interesse pessoal do eleitor em receber favores do governo, nada impedindo, entretanto, que ocorressem ambos os fatores.

A luta eleitoral não se resumia somente as dificuldades da eleições de primeiro grau e se estendiam às eleições secundárias, abrindo um outro capítulo em que a barganha designava o deputado vitorioso. As nomeações e as promessas indicavam o eleito, não sendo raro a remessa das atas em branco para que o presidente da província as preenchesse de acordo com os interesses políticos em jogo. A obrigatoriedade do registro das atas nos tabeliões públicos e que se esperava fosse resolver o problema, nada mais fez do que introduzir um novo expediente que propiciará as fraudes, e isso era possível, pois, toda a estrutura de base estava comprometida, haja vista serem os próprios coronéis, chefes das oligarquias locais, quem detinham o poder de nomeação do tabelião, do juiz, do delegado, do intendente, do pároco, formando, em con-

junto, o alicerce do domínio político, comandado por ele.

Ainda se pode acrescentar outros aspectos que venham a corroborar com a idéia de que as eleições não passavam de um belo ato circense. Basta, para tanto, analisar os aspectos que dizem respeito as incompatibilidades para se candidatar. Até 1855 podiam se eleger os presidentes de províncias e seus secretários, os comandantes de armas e generais em chefe, os inspetores da Fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados de polícia e os juizes de direito e municipais para os cargos de deputados gerais e senadores nos colégios eleitorais dos distritos em que atuavam, não sofrendo, suas candidaturas, o mínimo risco de não saírem vitoriosas. Somente o decreto legislativo nº 872 de 19.9.1855 que implantou a Lei dos Círculos declarou esses agentes incompatíveis para tais eleições, estendendo o Decreto 2675 de 20.10.1875 as incompatibilidades aos desembargadores, bispos e vigários. Esses impedimentos realmente funcionaram, apesar de se limitarem apenas a metade do problema, uma vez que ainda era necessário buscar mecanismos que neutralizassem a interferência do governo nos atos dos representantes eleitos que, muitas vezes, eram subornados com honrarias e a concessão de missões importantes.

Apesar de toda a distância entre as normas e a prática eleitoral, durante todo o Segundo Império foram editadas um conjunto razoável de normas, com a finalidade de aprimorar a participação democrática e, conseqüentemente, a representatividade. Tivemos, pois, numa sequência: o Decreto Legislativo nº 842, de

19.9.1855, conhecido como a Lei dos Círculos, que introduziu o sistema distrital no Brasil; o Decreto Legislativo nº 1.082, de 18.8.1860, que alargou a Lei dos Círculos, passando os distritos eleitorais para três deputados; o Decreto Legislativo nº 2.675, de 20.10.1875, conhecido como a Lei do Terço, que aboliu o sistema distrital; o Decreto Legislativo nº 3.092, de 09.1.1881, conhecida como Lei Saraiva, ou ainda, Lei do Censo, que restabeleceu o sistema distrital e, que, entre outras inovações, marcou uma autêntica revolução em nosso sistema eleitoral, criando a eleição direta e o título de eleitor.

Nenhuma delas, entretanto, apesar do espírito, conseguiu aumentar a participação popular, concluindo-se que, conforme o pensamento de José Murilo de Carvalho<sup>(9)</sup>, desde a Constituição de 1825, as normas eleitorais nada mais fizeram do que restringir a possibilidade do cidadão exercer seu direito ao voto.

O poder ficava restrito às áreas próximas a províncias e pouco ou nada o poder central podia fazer para reverter essa situação, uma vez que a maioria da assembléia provincial estava ligada ao município e as forças locais a ela se atrelava. Lá estavam o juiz de paz, e as câmaras municipais. No caso das eleições, essas autoridades apuravam os jurados, nomeavam indiretamente, por propostas, os juizes municipais e de órfãos e os promotores. Qualquer ato do governo central que viesse a contrariar os interesses provinciais era recebido com vigorosa resistência,

(9) LINA JUNIOR, Olavo Brasil de (Org.). O Balanço do Poder. R.S., Rio Fundo Editora, 1990, p. 12.



tudo com aparência de legalidade insuperável.

A teia constitucional aplicada nesse período revela bem a distância entre as instituições legalizadas e a realidade política. Um senhor, fechado em seu reduto territorial, o latifúndio, mantém uma força intransponível, articulada através da troca de favores que afasta para o nível do irreal as bases legais, aprovadas pela Constituição. É essa força que fundamenta toda a prática eleitoral do Segundo Império, em que há o controle institucional do homem pelo homem, do poderoso sobre o fraco.

O mecanismo político implantado durante o segundo reinado é o parlamentarismo monárquico, não estando ele, entretanto, consignado nem na Constituição nem no Ato Adicional de 1834, sendo que somente em 1847 se criava por decreto o cargo de Presidente do Conselho de Ministro que recebia do Imperador o direito de escolher livremente seus colaboradores no ministério, permanecendo esse sistema por, aproximadamente, cinquenta anos consecutivos, vigorando no campo neutro das dissensões provinciais, abrindo dentro do possível o absolutismo do chefe de Estado e, abrindo ao povo, ao menos nominalmente, o processo de circulação das vocações políticas.

Entretanto, o regime, amplo e flexível, não buscará a força de baixo para cima; ele se prende aos elementos autônomos da representação, um círculo restrito, presidido pelo Imperador.

Carvalho<sup>(10)</sup>, avaliando esse período, afirma que o parlamento será "o polichinelo eleitoral dançando segundo a fantasia de ministérios, nomeados pelo Imperador", ficando o povo reduzido a uma ficção mínima, sem densidade, que vota em eleições fantasmas, em que poucos são chamados ao voto e, menos ainda, os elegíveis.

Raimundo Faoro<sup>(11)</sup>, tratando do assunto, apresenta que, em 1872, em uma população de 10 milhões de habitantes calcula-se que existiam, dentro de uma projeção otimista, de 100 a 300 mil pessoas aptas aos comícios eleitorais, e que é certo que, em 1886, a eleição para a terceira legislatura da eleição direta, apenas 177.671 eleitores dentro de uma população de 14 milhões de habitantes, participaram do processo. Portanto, somente 1% a 3% do eleitorado participavam da formação da tão decantada vontade popular, responsável pela sustentação política das câmaras.

Assim, o parlamentarismo, iniciado em 1840, foi um parlamentarismo sem povo, fundamentado em partidos políticos formados pelas camadas economicamente dominantes, que tinham como hábito o de aliciar, manipular, coagir o eleitorado, e não o de traduzir-lhes a vontade, os interesses, os sentimentos, as inquietações. Conseqüentemente, não passavam as eleições de atos fraudulentos e ferozes, em que as forças em confronto se perdem na falta de equilíbrio.

(10) LINA JUNIOR, *OP. cit.*, p. 26

(11) FAORO, *op. cit.*, p. 375.

Marca esse período, de certa forma iniciado com a Independência, a disputa pelo poder entre dois partidos: os liberais e os conservadores. O partido conservador era o resultante da aliança da burocracia com o grande comércio e a grande lavoura de exportação; o Partido Liberal a aliança de profissionais liberais com a agricultura do mercado interno e de áreas recentes de colonização. Num primeiro momento, a luta é vencida pelos conservadores que, com a Lei de Interpretação de 1840, buscam podar o provincialismo, as assembleias provinciais, centro do poder local, cedendo-o em favor do poder legislativo geral. A política e o emprego voltam à Corte. A liberdade vigiada, a descentralização consentida, a tutela do alto ensaiam os primeiros golpes, enunciando o quadro fechado da organização política que será implantado.

Renasce o Poder Moderador, o Conselho de Estado e o Senado Vitalício, aniquilando qualquer perspectiva liberal. Ocorre ainda, a reforma do Código de Processo, consagrada na Lei de 3 de dezembro de 1841. Dos conflitos entre os conservadores no poder e os liberais resultaram a revolta armada dos liberais do sul em 1842. A derrota no campo de batalha seguiu-se quase que imediatamente da anistia e da volta dos liberais do norte o que provocou o retorno dos conservadores cujo domínio total durou de 1848 até 1862. Seguiu-se um período de realinhamento que originou em 1870 a divisão do partido liberal, quando os mais radicais formaram o Partido Republicano. Esse jogo político permaneceu idêntico até o final do Império: dois partidos dominantes se revezavam no poder enquanto um terceiro, minoritário, com pouca capacidade de compe-

tição corria por fora.

Vale a pena ressaltar que, nesta época não havia ainda regulamentação alguma sobre os partidos, no entanto eles eram altamente valorizados como instrumentos essenciais para a boa prática do regime parlamentarista, sendo severamente criticadas certas políticas e certas ações do Monarca que pareciam enfraquecer os partidos. Alguns políticos acusavam o Poder Moderador exercido pelo Monarca, a quem atribuíam, inclusive, dificuldades de conciliação dos partidos. Acusava-se o Rei de manipular os partidos, de arbitrariamente chamá-los ao poder e dele apeá-los, de desprezitar seus programas políticos, atribuindo, por exemplo, aos conservadores a tarefa de votar reformas liberais, de aproximá-los e separá-los para confundí-los. A própria idéia de conciliação foi atribuída ao Imperador, que desse modo buscava desmoralizar os partidos e enfraquecê-los.

Carvalho<sup>(12)</sup>, por sua vez, alega que, em contrapartida, nas condições brasileiras da época, pelo modo com se faziam as eleições, e elas eram feitas sob a direção dos partidos, o exercício do Poder Moderador alternando as situações políticas era a garantia não só da competição partidária, mas também da sobrevivência dos partidos nacionais e seu enraizamento na população, além de difundir o valor das regras da competição democrática. Continua, mais, afirmando que o drama do Império foi que a legalidade exercida através do Poder Moderador do Monarca

(12) LINA JR. op., cit, p. 33.

foi combatida como ilegítima pelas elites e pelos partidos, mas o foi por meios que acabavam por tornar os partidos e as elites ilegítimos do ponto de vista da Nação. A tentativa de transformar em realidade a ficção parlamentar acabou por transformar em ficção a representatividade dos partidos. E assim a redução do arbítrio do Poder Moderador imposto pelas leis eleitorais e pelo fortalecimento dos partidos, redundou em maior conservadorismo político e em maior afastamento entre o poder e a Nação.

Através de todas essas observações, pode-se concluir que as eleições no Império foram regulamentadas de forma que o sistema político pudesse propiciar a manutenção do "status quo" das classes dominantes, não permitindo que outras camadas da população viessem participar, efetivamente, do processo político.

Toda legislação eleitoral durante a Monarquia, sustentada por três preocupações básicas que iam da definição de cidadania, excluindo dela as mulheres, os negros, os escravos e analfabetos; da delimitação de quem podia votar e ser votado, pelo critério censitário e a garantia de representação das minorias, esta nunca alcançada, nada mais foi do que instrumento utilizado para reduzir, ao máximo, os participantes no jogo político, que acabaram restritos às camadas dominantes.

As aberturas posteriores, concedidas pela própria lei, ampliando a participação, eram constantemente julgadas inadequadas, pois vigorava o pensamento elitista de que as classes mais baixas eram incompetentes para se expressarem, e as únicas causa-

doras da corrupção eleitoral, faltando condições de entendimento e independência para exercer, adequadamente, a função do voto, resultando, daí, as manipulações e as fraudes eleitorais.

Procuravam deixar de fora o aspecto mais claro de todo o processo, que era justamente o quanto os que detinham o poder, utilizavam-se da ignorância das massas para manipulá-las de acordo com seus interesses pessoais, e isso vinha das duas fontes detentoras do poder: o estamento burocrático, representado pelo estado e todo seu aparato administrativo, detentor do poder político, e o poder das classes territoriais, esta podendo ser denominadas oligarquias provinciais ou, ainda, "coronelismo", embora tal termo somente tenha se tornado vulgar, a partir da República.

Portanto, o que pesava não era somente a ignorância do povo, mas uma série de condições adversas que faziam com que as leis "bem intencionadas" se revelassem utópicas diante de uma realidade sócio-cultural completamente desfavorável à democratização. As leis eleitorais mostravam-se ou imediatamente inaplicáveis ou apenas surtiam efeitos temporários, até que se lhes descobrissem pontos fracos após o que, conforme salienta Cavalcanti<sup>(13)</sup>, "utilizada por todos, entrava em ação a arte de burlá-las".

(13) CAVALCANTI, Themístoles Brandão e outros. O voto distrital no Brasil. R.J., Editora Fundação Getúlio Vargas, 1975, p. 69.

### 1.2.2 - As eleições na Primeira República

A Proclamação da República pode ser considerada como a resultante de profundas transformações vividas pelo Brasil no final do século XIX. A decadência das oligarquias tradicionais ligadas à terra, a abolição da escravatura, o processo de industrialização e urbanização, a campanha pela federação e a incapacidade do Regime Monárquico de adaptar-se à situação, contribuíram para a queda do Império.

Eliminando o trabalho escravo e assumindo as relações capitalistas de produção, os setores mais progressistas aliados às classes médias, ávidas por maior participação política, opuseram-se à Monarquia - retrógrada e atrasada. Querendo monopolizar o aparelho do Estado, deram acolhida a todas as novas idéias, representadas pela abolição, pela reforma eleitoral, pela federação e, finalmente, pela República.

Assim, independentemente das mais variadas versões históricas, pode-se concluir que a República ocorreu em razão da aliança firmada entre grupos ativos da classe média e os representantes mais dinâmicos da classe senhorial que viam, no movimento republicano, a possibilidade de ocuparem o poder. Para tanto, utilizaram-se do Exército, força capaz de derrubar a Monarquia, especialmente levando-se em conta sua insatisfação com o governo desde a guerra do Paraguai.

Veio a República a 15 de novembro de 1889, e ela pode ser considerada como a primeira grande mudança do regime político após a Independência. Tratava-se da implantação de uma forma de governo que se propunha a trazer o povo para o centro da atividade política.

Entretanto, se a Proclamação da República não chegou, nem de longe, a significar um movimento popular, amparado pelas bases, dando margem a famosa frase de Aristides Lobo, citado por José Murilo de Carvalho<sup>(14)</sup>, em que o mesmo afirma ter "a multidão a tudo assistido bestializada" a República em si não realizou nenhum dos princípios elementares do liberalismo e do republicanism, consagrados pelas revoluções norte-americana e francesa, e constantes no Manifesto Republicano de 1870, continuando o Brasil a ser um país onde as esferas públicas e privadas se confundem, delimitada sua extensão pelo clientelismo e o arbítrio, já existentes no Império.

As mudanças iniciais da República vieram através de sua Constituição, que como inovações legais, trouxe o federalismo, o regime presidencial, o governo dos três poderes independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário, o senado temporário, o "habeas corpus", o voto universal para maiores de 21 anos, excluindo-se as mulheres, os analfabetos, os pragas de pré e religiosos de ordem monásticas.

(14) CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. S.P., Companhia das Letras, 1987, p.9



Elaborada, entretanto, ao sabor das circunstâncias momentâneas, não apresentava posições coerentes e ajustada com os propósitos republicanos. Era mais o conjunto de opiniões ocasionais, que não traduziam conhecimento da realidade nacional. Tal condição levou a que fosse muito pouco cumprida, largada, portanto, ao esquecimento. Dessa forma, as ações eram comandadas de acordo com o interesse dos grupos dominantes que se utilizavam do poder para se manter nele. Assim, apesar da República pregar "o governo de todos", a política eleitoral foi elaborada exclusivamente para atender os donos do poder, possibilitando que os mesmos interceptassem a ascensão e o crescimento de novas alternativas políticas.

Se o voto universal, estipulado pela Constituição, era um avanço se comparado com as normas políticas monárquicas, onde o voto se baseava no censo econômico, o novo regime pouco significou em termos de ampliação da participação popular. Na realidade, ele nada mais representou do que a substituição dos grupos dominantes: saiu a oligarquia açucareira, já velha, arcaica e desestruturada economicamente pela abolição, e entrou a oligarquia do café, classe em ascensão, que teve seu poder consolidado graças ao fortalecimento das oligarquias estaduais, sustentadas, por sua vez, pela figura do chefe local - o coronel.

Tem-se, nesse momento, dois instrumentos bem claros: a lei e o cabresto. A lei, como instrumento preciso para manter longe do jogo político as facções alternativas das oligarquias e das camadas urbanas em ascensão política e econômica.

Através das legislações eleitorais, proíbe-se a eleição de cidadãos que tiverem empresas privilegiadas, gozarem de subvenções, garantias de juros ou benefícios do Estado; dos presidentes ou diretores de bancos, companhias ou empresas que gozavam dos seguintes favores do governo: garantia, juros, subsídios, privilégios de emissão de notas ao portador, isenção de impostos, privilégios de zona de navegação, ou seja, os empresários, classe economicamente em ascensão, que viria, inevitavelmente, fazer frente às elites agrárias, então no poder. Serviam-se, assim, os oligarcas da Primeira República da norma legal, visando resguardar os fundamentos oligárquicos do próprio Estado.

Conforme descreve Aurélio Wander Bastos<sup>(15)</sup>, as "leis eleitorais da Primeira República têm por intenção inviabilizar a elegibilidade dos empresários, sendo a mesma extremamente incisiva nesse aspecto". Nem mesmo a Constituição, continua ele, omitiu-se a respeito da incompatibilidade entre a atividade empresarial apoiada pelo Estado e o exercício do mandato legislativo. Estas leis foram se tornando tão sérias que, de uma proibição de serem votados, os cidadãos que tivessem empresas ou subvenções, chegou-se à obrigação da renúncia e até o impedimento do exercício do cargo. Serviram-se os oligarcas, dessa forma, da legislação eleitoral para impedir a convivência parlamentar com os empresários, cerceando seu acesso ao fórum dos pactos e acordos que era o Congresso. Igualou, conseqüentemente, de certa forma, os

(15) LINA JR. op. cit. p. 44

empresários às mulheres e aos analfabetos que estavam impossibilitados de exercerem sua cidadania. Essa situação só se reverteu a partir de 1932, quando foi criado o Código Eleitoral.

Também a Lei nº 1269, de 15.11.1904, conhecida como Lei Rosa e Silva, apesar de definir que a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República seria secreta, por sufrágio direto e por maioria absoluta, introduziu a obrigatoriedade de que as comissões especiais de alistamento que também tinham o poder de dividir o município em secções, cuja presidência era do juiz de direito, fosse composta das quatro maiores contribuintes domiciliados nos municípios, sendo dois do imposto predial, e dois sobre propriedades rurais, mecanismo esse que traduziu, com clareza, a influência do poder econômico no processo eleitoral, delimitando a possibilidade de interferência do mesmo nos resultados do pleito.

Igualmente, seguem a mesma direção as normas que, intimamente ligadas ao Poder Executivo, estabelecem a composição das mesas e comissões eleitorais, seja para qualificação, seja para apuração de votos. Estas contêm a interferência direta do Executivo, haja vista que, já originariamente, sofre a influência do juiz de paz e dos subdelegados de paróquia, nas comissões distritais e, nas comissões municipais, do juiz municipal, do intendente municipal e do delegado de polícia. Uma maior inclusão da burocracia eleitoral é imposta pela Lei nº 35, de 25.01.1892, quando constitui comissões municipais formadas pelo intendente e membros nomeados pelo executivo, com competência para criar secções

de qualificação e processamento eleitoral.

Todos esses instrumentos, que a princípio podem simplesmente significar a organização do sistema eleitoral, trazem, no entanto, em seu bojo, as condições adequadas para que os grupos dominantes possam viabilizar, infinitamente, vitórias eleitorais absolutas, de forma que, em toda a história das eleições presidenciais da Primeira República, jamais se elegeu um presidente com percentual inferior a 85% dos votos, sendo insignificante a rotatividade da Câmara Federal.

O outro instrumento, comumente utilizado na República Velha para manipular as eleições foram o voto de "cabresto". O cabresto, como prática eleitoral paralela, baseava-se no poder de mando dos coronéis. Coronel, como bem descreve Leal<sup>(16)</sup>, foi uma patente concedida inicialmente à Guarda Nacional, e correspondia a um comando municipal ou regional, dado às pessoas que detinham algum prestígio econômico ou social - comumente os grandes proprietários de terra. Após a extinção da Guarda Nacional e o fim do Império, passou a denominar todos os senhores de terra, detentores do poder local.

A inadequada estrutura econômica e social vigente, onde a maior parte da terra se dividia em grandes propriedades, o latifúndio, concentrado nas mãos de poucos proprietários, fez com

(16) LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil. S.P., Alfa Omega, 1975, p. 21.

que a maioria da população rural, constituída por colonos, meeiros e posseiros vivesse sob a mais completa dependência do coronel, tendo, com ele, um compromisso de vida e morte, estendido a todos os níveis, seja econômico, político ou social. Cabe ao coronel a garantia da alimentação, da moradia, do tratamento médico, a possibilidade de plantar e, até a capacidade de escrever o próprio nome.

Todos esses "benefícios" são trocados por votos, ou seja, o homem do campo, o trabalhador da terra, pouco entendia das questões que envolviam a representatividade, e estava longe de apreciar qualquer participação no processo político, em razão, não só de suas condições culturais, mas até mesmo por condições econômicas. Leal<sup>(17)</sup> apresenta que "o roceiro, sem dinheiro e interesse direto, pouco sacrifício faria para participar de uma eleição". No entanto, era conduzido pelo coronel que, através de seu capataz, providenciava-lhe os documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdido, tudo pagando, empenhado em sua qualificação e comparecimento.

A situação então, se cristaliza: o eleitor, na realidade, nada mais é do que um instrumento utilizado pelo velho comandante local, seu senhor e beneficiário. Aquele a quem deve a casa, o pão, a vida. Compreensível, portanto, que obedeça a sua orientação, votando em quem o mesmo determinasse. Aí está o voto de cabresto, ou voto de curral. Ou seja, o chefe local alicia o

(17) LEAL, op. cit. p.

eleitor, paga-lhe todas as despesas e recebe o voto, previamente marcado, acompanhando, geralmente, o partido da situação, isso, porque, em tese, todo o prestígio dos coronéis depende também do prestígio que o próprio poder público lhe outorga - São ambos mutuamente dependentes, já que pouco o coronel poderia fazer sem o "apoio" do Estado e vice-versa. O poder de um está intimamente ligado ao poder do outro.

Assim, o coronelismo pode ser descrito como sistema de reciprocidade. De um lado temos os coronéis, responsáveis pelo domínio do eleitorado das províncias, e, por sua alienação na prática eleitoral, cabresteando-os de forma a fazê-los atender interesses alheios aos seus. Do outro lado, temos toda a estrutura do Estado, pronta a dispor das verbas, dos cargos, dos favores e da força policial. A troca entre essas duas esferas é que dá sustentação política aos grupos dominantes. O coronel garante o voto através de um processo de dependência dos que vivem sob sua custódia, e, em troca dos votos dados aos candidatos da oligarquia dominante no Estado, consegue dinheiro para fazer obras no município. Em troca dos votos dados aos candidatos que dominavam o governo federal, as oligarquias estaduais, formadas pela união de vários coronéis, conseguem dinheiro para realizar obras no Estado. A estrutura funcionava de tal forma que os grupos formados pelos principais coronéis regionais e suas famílias formavam as oligarquias estaduais que dominavam o governo do Estado.

No momento em que dominavam os governos municipais e estaduais, as oligarquias trocavam favores com o governo federal que, geralmente, era representante de uma oligarquia estadual. Exemplo dessa situação está em que nove entre os onze presidentes eleitos até 1930, foram representantes ou da oligarquia paulista, ou da oligarquia mineira, resultando na conhecida República do café-com-leite.

Outro fator que facilitou a dominação dos coronéis foi a implantação do voto distrital no Império, oferecendo um eficiente mecanismo de controle e delimitação dos currais eleitorais. Distrito eleitoral, ou círculo, é um espaço geosociopolítico em que se dividia o Estado ou província para fins de determinado tipo de eleição, segundo critérios variáveis fixados em lei. Os votos eram atribuídos aos candidatos a uma ou mais vagas existentes no distrito, e apenas aos candidatos desse distrito. Num mesmo estado poderia coexistir mais de uma divisão distrital para diferentes níveis ou tipos de eleições, ou seja, se se tratava de eleição para deputado geral ou deputado provincial. Voto distrital era o ato de votar no distrito. Tinha por finalidade colocar o eleitor em contato direto com o eleito, possibilitando diminuir a influência do governo e das fraudes eleitorais, dando lugar a que pudessem ser consultados os interesses locais, impedindo que as maiorias locais fossem esmagadas e anuladas pelas províncias, de modo a que chegassem ao parlamento todas as opiniões políticas.

Tal artifício, entretanto, não conseguiu atingir eficazmente seu objetivo, uma vez que os homens públicos passaram a ficar, qualquer que fosse sua importância, quase que completamente dependente dos senhores locais, isto é, o coronel. Ainda há que se considerar que, geralmente a disputa pelos municípios era resolvida pelos vários coronéis com base nas armas. Se os outros instrumentos, como a lei e o cabresto não resolviam, partia-se para a luta, e vencida aquela que tivesse mais jagunços, mais armas e mais disposição para lutar.

Outro aspecto interessante a se observar é que em alguns casos, o colono, o meeiro, o cabloco, chegavam a votar no candidato do coronel sem ter sofrido nenhum tipo de pressão. Fazia-o porque tinha o coronel em bom tom. Muitas vezes era seu compadre, batizara um de seus filhos, casara uma de sua filhas, mantinha com ele laços de amizade e admiração, fruto de um convívio de anos. Além do mais devido à desorganização das administrações municipais, era o coronel quem acabava resolvendo os problemas locais. Através do prestígio que possuía junto ao poder central, conseguia prestar os serviços que acabavam por lhe valer muitos votos. Era ele o responsável pela reforma da igreja, pela construção das linhas de trem, do telégrafo, da escola. Por intermédio dele conseguiam-se empréstimos, créditos, que os cartórios fossem criados. Providenciavam-se médicos e hospitalizações, quando necessário, influenciavam-se juizes e preparavam-se jurados. Detinha, ainda, o poder de nomeação para todos os cargos gerados no município e muito além, nas províncias. Com todo esse cabedal de fontes de poder, o coronel exercia pois, muitas vezes



sem fazer força, sua dominação, haja vista que o caboclo o admirava e o seguia em razão desse sentimento pessoal.

No amplíssimo leque das legislações eleitorais que foram sendo compostas após a Proclamação da República, nenhuma delas, de imediato, alterou os distritos ou propiciou condições para que as eleições viessem a refletir, realmente, o desejo da Nação. Os problemas estruturais da sociedade brasileira, baseados no latifúndio, no poder de mando de uma classe restrita e na dependência econômica e, conseqüentemente, social da maioria, fizeram com que a norma continuasse a fazer parte de um país legal, enquanto a prática se baseava no país real.

O domínio das oligarquias estava presente no dia-a-dia e pode muito bem ser demonstrado, quando se fala nas falsificações que ocorriam durante o decorrer do processo eleitoral: "tínhamos o bico-de-pena e a degola ou depuração". A primeira forma de fraude era praticada já pelas próprias mesas eleitorais, com função de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados mortos, e os ausentes compareciam. Na hora de lavrar as atas, as mesmas eram rasuradas, alteradas e emendas eram feitas até a ponta de canivete e raspões de lixa. As penas - das canetas - realizavam, pois, verdadeiros milagres, contemplando com a vitória, justamente o candidato da "situação".

Havia, ainda, a falsificação de assinaturas, que se evidenciavam também por uma série de nomes rasurados, por erro de grafia ou com ortografia diferente, sugerindo que os eleitores

não soubessem ao menos escrever o próprio nome. O fato revela, portanto, um despreparo dos cabos eleitorais ou mesários, incubidos do "bico-de-pena", ou então a pouca importância atribuída a tais detalhes de verossimilhança, como uma consequência da própria impunidade em voga.

Outra modalidade do "bico-de-pena" era aquela em que, após o conhecimento parcial dos resultados do distrito eleitoral, livros de atas eram substituídos para que, num malabarismo aritmético, fossem registrados os resultados que favoreciam um candidato, através da "conta-de-chegar", ou seja, novas atas conteriam os números necessários, explicando, assim, o motivo para que todos os livros fossem novos, contando é claro, na totalidade dos atos, com o conluio do pessoal do fórum, no reconhecimento de firmas, manifestamente diferentes das originais.

O segundo instrumento comum, a nível de manipulação das eleições, era obra da Câmara e do Senado que detinham como função explícita o reconhecimento de poderes, ou seja, quando o eleito conseguia superar todas as dificuldades preliminares, ainda tinha que ser efetivamente reconhecido como vitorioso, de forma a poder exercer seus direitos legais. Assim após a vitória nas urnas, necessitavam vencer a batalha do reconhecimento de poderes, feito em conjunto pela Câmara e pelo Senado, para apurar a "legalidade" da eleição, examinar as atas eleitorais e somar tudo de novo. Em muitos casos, o mais votado por não ser o candidato "oficial", era rejeitado em favor de um menos votado que recebia o reconhecimento. Eram eleitos, diplomados e reconhecidos os candidatos

que as comissões executivas dos partidos houvessem indicado em seus boletins, ou que os livros municipais manipulados nas casas dos coronéis delimitassem como vencedor. Tais fatos revelam que o número de votos depositados nas urnas eram de pouca significação no reconhecimento, desde que houvesse, ou não, o interesse político em conservar ou afastar seu representante.

Por todos esses fatos, a eleição nos distritos, independentemente do reconhecimento, pode ser considerada de autenticidade duvidosa na maioria das regiões rurais e até mesmo nas regiões urbanas do país, dado ao predomínio das relações clientelísticas naturais do coronelismo, decorrentes como visto, principalmente, do subdesenvolvimento e dependência dos extratos excluídos da ordem política, principalmente os trabalhadores da terra.

Situação diferente ocorria em relação às eleições na zona urbana, então em franco crescimento. Nela havia a concentração dos eleitores alfabetizados, com certa conscientização política, e, conseqüentemente, mais exigentes na escolha dos candidatos, não podendo os políticos tratá-los pelo cabresto, sendo necessário conquistar suas preferências.

Pesava, nas cidades, para se decidir pela escolha a imprensa favorável e o prestígio pessoal do candidato. Nas camadas letradas, esta de pouca proporção, o discurso convincente e inflamado do candidato por vezes já bastava para decidir sua preferência, o que não ocorria, entretanto, em relação às camadas mais

baixas, pobres e atrasadas, em que, obrigatoriamente, entrava em ação, o cabo eleitoral, figura responsável pela conquista do eleitorado, através da propaganda do candidato, feita de boca em boca.

Foi o cabo eleitoral elemento decisivo das eleições praticamente até 1930. Seu papel era angariar votos para o político ou candidato, a cujo serviço se encontrava temporariamente, e, em algumas vezes, até permanentemente. Essa conquista dos votos como esclarece Basbaun<sup>(18)</sup>, não era feita através da exposição de doutrinas políticas ou programas de governo, mas "única e exclusivamente à base de distribuição de empregos e favores pessoais".

Eram esses cabos eleitorais, geralmente pessoas bem quistas em seus bairros, e que, depois de alistar seus eleitores, na posse dos títulos eleitorais, negociavam com o político, o prego dos votos. A eleição, instrumento sagrado da democracia, novamente aparecia como prática de barganha e do aliciamento. Não tínhamos mais a figura do coronel, centralizando seu poder no domínio da terra. Tínhamos agora o político utilizando, através dos seus mecanismos próprios, a força que o estamento burocrático lhe concedia: distribuía benefícios a todos, desde cargos públicos até caixões para enterrar os mortos.

(18) BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República. De 1889 à 1930. 2. v. 5. ed. S.P. Ed. Alfa Omega, 1986. p.191

Além disso, nas cidades, apesar de não haver os coronéis como fontes geradoras de violência, havia a capangagem, os capoeiras, responsáveis pela garantia dos resultados e a vitória de determinado candidato, sendo, portanto, as eleições decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e que alugavam seus serviços aos políticos.

O conjunto de todas essas determinantes vieram a estabelecer um altíssimo índice de abstenção. Se a República, por sua Constituição, pregava a participação do povo através do voto direto e universal, os instrumentos utilizados para inviabilizar tal participação conseguiram, quase que continuamente, zera-la.

Buscando-se, como exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país à época, dados estatísticos mostram que, de uma população de 100 mil pessoas aptas a votar, apenas 10 a 12 mil estariam aptas a manter a cidadania, permanecendo a exclusão de 80 % da população do direito político do voto, o que é um indicador de que pouco significou o novo regime no que diz respeito à participação de todas as camadas nas ações que determinariam os destinos do País. Esses índices, de certa forma, permaneceram. No Rio de Janeiro, para a eleição da Constituinte de 1890, foram alistados 28.585 eleitores, ou seja, 28 % do eleitorado potencial, 9,5 % da população adulta e 5,5 % da população total. Nas primeiras eleições diretas para Presidente em 1894, votaram apenas 7.857 pessoas, ou seja, 7 % do eleitorado potencial e 1,3 % da população. Para o Congresso, nessas mesmas eleições, votaram cerca de 13.000 eleitores, o que significava 2,5 % da população

total.

O pior de tudo é que as coisas não se alteraram com o decorrer dos tempos. Já em 1910, para as eleições presidenciais, passados 21 anos da Proclamação da República, de toda a população, apenas 2,7 % da população calculada compareceram às urnas, totalizando 3 % de eleitores, o que correspondia a 0,9 % da população.

Em decorrência desta estatística, pode-se afirmar que a República, nessa primeira fase, quase eliminou a figura do eleitor, e, portanto, o direito de participação política, chegando o voto a níveis baixíssimos.

Vale ressaltar, conforme destaca José Murilo de Carvalho<sup>(19)</sup>, que o mais grave é que os índices mais altos de abstenção se verificavam na capital, o mais baixo em relação aos outros estados, destacando-se, ainda, que, dentro desse pequeno eleitorado, a maioria era funcionário público, portanto, votava sob pressão do governo.

Assim, tínhamos a exclusão legal, que era aquela fundamentada nas leis ( proibição da participação das mulheres, analfabetos, empresários ) e a pior de todas elas a autoexclusão. Esta fundamentada no descrédito popular, em razão do conhecimento

(19) CARVALHO, O Rio de Janeiro e a República que não foi. cit. p.86

das constantes fraudes eleitorais que a República não tomou nenhuma providência efetiva para eliminar, ou ao menos, controlar.

O exercício da cidadania política tornara-se uma caricatura. O cidadão republicano era o marginal combinado com os políticos. Os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da cidade e do país. O representante do povo não representava ninguém, os representados não existiam e o ato de votar era uma operação de capangagem.

Conseqüentemente, dentre uma população de um milhão de pessoas, um deputado conseguia se eleger com um ou dois mil votos. Destes, a maioria era falso. Votavam defuntos e ausentes e as atas eram forjadas. No edital da Revista "Caretta", de 1915, intitulado "A Ficção da Soberania Popular", o autor finaliza seu artigo refletindo: "o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma a sério. O Congresso, assim formado, não merece a confiança do povo que por isso se desinteressa na sua escolha e composição".(20)

Em decorrência e como conseqüência da ausência popular ocorria a ausência dos partidos políticos. Com a queda do regime monárquico, os dois tradicionais partidos do Império que deram sustentação ao parlamentarismo, o Conservador e o Liberal desapareceram, e, ao nascer da República, restaram apenas o Partido Re-

(20) CARVALHO, op. cit. p.89

publicano Paulista constituindo uma unidade consciente e os pequenos Clubes Republicanos.

O início da República pode ser marcado pelo esforço de criação de partidos, particularmente entre os operários, sendo que, entretanto, nenhum deles conseguiu permanecer. Nem mesmo os partidos ditos da "classe alta" conseguiram sobreviver, e o Partido Republicano, fundado em 1870, pelos liberais históricos e os progressivos, corrente mais radical do Partido Liberal, não resistiu à República, uma vez que divergências internas, após a vitória, inviabilizaram sua manutenção. Iniciativas para se criarem novos partidos foram feitas sem sucesso. A república, ao contrário da Monarquia, não via com bons olhos os partidos, a não ser que fossem únicos, como o Partido Republicano Mineiro ou Partido Republicano Paulista. Como os partidos únicos tinham dificuldades em congregar as massas, o sistema político mostrava-se vazio, sem partidos e sem eleitores.

Para a sucessão do Marechal Floriano Peixoto, em 1893, convocou-se um Partido Republicano Federal que, em convenção, escolheu Prudente de Moraes, porém, após a eleição, esse partido se dissolveu, sobrando apenas os Partidos Republicanos Estaduais, estes praticamente baseados no poderio dos coronéis e das oligarquias estaduais mais fortes que decidiam basicamente todos os entevos referentes à prática política, organizavam a lista dos candidatos a cargos eletivos, elaboravam as atas e empossavam os eleitos de suas listas.



A inexistência de partidos políticos nacionais e a divisão dos grupos políticos dos estados, levou a que se fundamentasse todo jogo na " política dos governadores ", estabelecida em 1900 por Campos Sales e que se resumia em se apoiar no grupo estadual mais forte, ou seja, o do governo no poder. " A presunção, dizia Campos Sales, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante do respectivo Estado " Ocorria, com essa política, a exclusão total das minorias e, em vez de auxiliar na administração, acirrava os ânimos e as lutas entre os diferentes grupos oligárquicos que não hesitavam ante qualquer violência para se apossarem do poder. Esse procedimento fortaleceu o espírito caudilhesco, a corrupção política e contribuiu para que o governo se afastasse, cada vez mais do povo e daqueles que sonharam com a República ideal e a democracia real, com debates de opiniões e disputas doutrinárias.

Assim, na análise conclusiva desse período histórico, pode-se observar que nem as legislações eleitorais nem os partidos políticos conseguiram atender plenamente às demandas sociais, sendo considerados como instrumentos das camadas dominantes para a permanência no poder. E isso era uma questão de sobrevivência. Em todas as incursões pela estrutura política da Primeira República, constata-se a confirmação desse objetivo, seja se utilizando da lei, seja aproveitando-se dos mecanismos criados pelas próprias condições sociais e econômicas, resultantes de uma política protecionista, arcaica e antidemocrática, que impossibilitava ouvir-se a verdadeira voz do Brasil.

### 1.2.3 - As eleições após a Revolução de 30 até 1960

A prática política da Primeira República, é o revezamento no poder a cargo dos interesses das camadas dominantes, estas, como já visto, fundamentadas nas oligarquias estaduais que possibilitavam a política do "café-com-leite". Este estado de coisas permaneceu inalterado até 1930, quando das eleições presidenciais para substituição de Washington Luís que, desobedecendo ao rodízio dos candidatos Minas/São Paulo e atendendo aos interesses de fazendeiros paulistas, inclinou-se para a candidatura de outro paulista - Júlio Prestes, quando, em tese, a vez seria de um mineiro, quebrando, assim, a ordem natural da política do revezamento.

Os mineiros, profundamente descontentes, por iniciativa de seu presidente, Antônio Costa, e através do Partido Republicano Mineiro, uniram-se a João Pessoa, presidente da Paraíba, formaram a Aliança Liberal e lançaram a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, à Presidência da República.

A Aliança Liberal nasceu, inicialmente, da união do Partido Republicano Mineiro com o Partido Democrático de São Paulo, e foi um partido que bem conseguiu demonstrar a fragilidade da situação política e social do Brasil à época, uma vez que, por trás dele, estavam os mais diversos agrupamentos políticos, juntando interesses divergentes. Nele se encontravam grande parte da burguesia industrial; os grupos econômicos e financeiros contrá-

rios à política do Partido Republicano Paulista; as classes médias em luta contra a proletarização; os grupos intelectuais desiludidos com a República; parcela das forças armadas, representada pelos participantes do movimento "tenentista"-jovens oficiais que, desde 1922, lutavam contra a República Velha e cujas origens e destino estavam cada vez mais ligados à classe média; líderes como Miguel Costa, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Siqueira Campos, membros da " Coluna Prestes " que haviam agitado o país em 1924 e 1925, significando a possibilidade de renovação e também parte do proletariado, cujas condições de existência beiravam a miserabilidade e que viam, no novo partido, possibilidades de mudanças que lhes favorecessem. Na realidade, a Aliança Liberal conseguiu reunir em seu redor as esperanças de todas as classes sociais, que já conscientes de si, desejavam, conforme destaca Basbaun<sup>(21)</sup> "impor sua existência, exigindo melhorias e reformas ".

Contando, já na largada, com todo esse apoio, a Aliança Liberal para as eleições de março de 1930, promoveu uma campanha altamente demagógica, sendo ele, por certo, o primeiro partido após a República a atingir as massas, utilizando, para reforçar seu apelo popular, o nome de Luís Carlos Prestes, o "cavaleiro da esperança". Apresentou um programa que atendia às reivindicações de todas as classes, como se isso pudesse tornar-se viável. Pregava a "Plataforma da Esplanada" de Getúlio Vargas, a anistia, o loteamento de terra, aumento do funcionalismo, obras contra a se-

(21) BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República. De 1960. 3. v., 5. ed. S.P., Ed. Alfa Omega, 1985 p.

ca, a proteção ao café, ao açúcar, à pecuária. Prometia resolver o problema dos nordestinos com a criação de colônias agrícolas e com a distribuição de instrumentos de trabalho, de transporte fácil. Levantando a bandeira da regeneração dos bons costumes e da volta da moralidade, pregava, ainda, o voto secreto e universal e a implantação de leis sociais procurando, desta forma, ganhar os comunistas, e prometendo tudo aquilo que o povo sonhara. Conquistou, assim, o apoio das grandes massas urbanizadas mais politizadas.

Júlio Prestes, candidato conservador, trazia na sua plataforma de trabalho, um programa ultrapassado que acompanhava, em tese, toda a política iniciada por Washington Luís. Era um programa conservador para atender aos interesses das classes conservadoras. Tanto para ele, quanto para seu antecessor a questão social era "caso de polícia" e a ela competia resolvê-lo. Estava longe, portanto, de atender a qualquer das aspirações sociais, políticas e econômicas da quase totalidade da população que vivenciava uma grave crise interna, em que, só em 1929, aproximadamente 2 milhões de pessoas estavam desempregadas.

A campanha que se seguiu até as eleições de março foi acirrada e ocorreu dentro dos parâmetros considerados "comuns", ou seja, não faltaram toques de violência de ambos os concorrentes, e isto era de parte a parte, dependendo exclusivamente do Estado em que as campanhas eram realizadas.

Vieram as eleições de 19 de março de 1930. Concorreram, pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas e João Pessoa. Pelo Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes e Vidal Soares, e pelo Partido Comunista, Minervino de Oliveira, operário, pertencente ao Bloco Operário Camponês.

As eleições, como de praxe foram permeadas de fraudes, vícios, coações e violências, não fugindo, de forma alguma, à prática eleitoreira da época e, apesar da campanha retrógrada de Julio Prestes que estava aquém dos desejos da maioria da população brasileira, a máquina eleitoral aperfeiçoada pelo Partido Republicano durante trinta anos, não se destruiu facilmente com discursos e promessas.

O coronelismo, fenômeno social característico de nossa estrutura agrária semi-feudal, e detentor do poder de manipular os votos de, praticamente, 70 % da nossa população residente na zona rural, garantiu a continuação do domínio nas mãos da burguesia agrária e dos latifundiários do Partido Republicano Paulista, dando, assim, nessa eleição, mais uma vez a vitória a um candidato situacionista, no caso Júlio Prestes, que recebeu um total de 1.100.000 votos contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. O resultado final demonstrava que, novamente, saíra vitoriosa a máquina eleitoral, e isso só era possível porque as massas rurais, responsáveis pela grande maioria dos votos era uma população amorfa, ignorante e, dependente economicamente dos chefes locais, não tendo as mínimas condições de livre expressão. O voto a descoberto e a apuração imediata não ofereciam garantias suficientes para

a manifestação do eleitor, e a vantagem, obviamente, pendia para o governo, detentor, quase único, dos instrumentos de pressão.

Com a perda da batalha dos votos, plenamente aceita como fruto da fraude eleitoral, partiu-se para a luta armada, vista como a única forma de alcançar o poder. Liderados militarmente pelo General Góes de Monteiro, contando com o apoio das Forças Armadas, os tenentes convenceram Getúlio Vargas a aceitar a liderança do movimento que se acelerou com o assassinato de João Pessoa, candidato a vice na chapa da Aliança Liberal.

Estava assim armado o movimento, estourando a Revolução em 3 de Outubro, em Porto Alegre, sendo que, em vinte dias, quase sem derramamento de sangue, a mesma já era vitoriosa. A 29 de outubro de 1930, Washington Luís entrega o poder a uma junta governativa, formada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías Noronha que, a 3 de novembro do mesmo ano, o transfere a Getúlio Dornelles Vargas, chefe do Movimento Revolucionário, e que assume "temporariamente" o poder, com o título de Delegado da Revolução.

Apesar de haver sido saudado nas ruas, o movimento dito "revolucionário" na realidade mostrou-se quase que imediatamente muito distante das promessas feitas durante a campanha eleitoral e nos discursos de seus partidários. Enquanto buscava, segundo seus pregadores, quebrar a hegemonia das forças que cultuavam a política do café com leite, onde os destinos do país eram decididos no eixo Minas/São Paulo, o que ocorreu, precisamente, foi a

pura e simples troca de uma classe dominante por outra classe dominante, passando o poder para as mãos dos banqueiros e da burguesia industrial nascente. O povo, a massa, esta permanecia longe do poder de decisão. Tardiamente se descobriu que nada mais se havia feito do que atender às orientações de Antonio Costa, presidente de Minas, que, vislumbrando a séria situação político-econômica do país, havia dito: "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

Desta forma, Nelson Piletti<sup>(22)</sup> declara ter sido a Revolução nada mais que um movimento bancado por uma parte da oligarquia brasileira, insatisfeita com o predomínio dos latifundiários do café, com o apoio de muitos setores da sociedade cansados da velha história de um país essencialmente agrícola. A pretensão dessa parte da oligarquia era acabar com o domínio da oligarquia cafeeira mineira e paulista, ou ao menos, compor-se com ela. Pretendia, ao mesmo tempo, impedir que o poder fugisse de suas mãos e fosse parar nas mãos dos tenentes ou de qualquer outro grupo revolucionário, como, por exemplo, os operários.

O que se viu a seguir, com Getúlio Vargas no poder, foi a permanência da mesma política voltada para as classes dominantes, e as autoridades, sob a liderança do comandante revolucionário, nada mais fizeram do que aprimorar os instrumentos de controle sobre o movimento operário, criando, para tanto o Ministé-

(22) PILETTI, Nelson. História do Brasil. Da pré-história aos dias atuais 12. ed. S.P., Ed. Atica, 1991, p. 146.

rio do Trabalho, da Indústria e do Comércio, buscando eliminar os focos de profundas agitações.

Dissolveu Getúlio Vargas o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais, nomeando interventores para os Estados, todos eles delegados do presidente, a quem deveriam prestar contas e obediência, até ser promulgada a nova Constituição, que estabelecería as condições para as eleições. Estava em vigor o Governo Provisório que, com o passar do tempo, não se mostrava tão provisório assim. Getúlio parecia estar gostando do poder e se negava a convocar uma Assembleia Constituinte que possibilitaria a elaboração da nova constituição.

A irritação pela demora na constitucionalização espalhou-se logo, sendo mais crítica no Estado de São Paulo, local em que mais se sofria pela perda do poder, uma vez que os fazendeiros do café, grupos oligárquicos conservadores, ficaram longe dos blocos decisórios, sujeitos ao comando da nova classe dominante, tendo seus interesses relegados a um segundo plano.

Esta insatisfação, somada a imposição de um interventor contrário ao desejo dos paulistas, gerou a Revolução Constitucionalista que estourou em São Paulo, a 9 de Julho de 1932, tendo como líderes o general Isidoro Dias Lopes, auxiliado pelo general Euclides Figueiredo, e que se estendeu por mais de sessenta dias de batalha armada, quando foi controlada por forças do governo, sendo seus líderes presos e exilados.



Atendendo às pressões, Getúlio Vargas acabou convocando as eleições para a Assembléia Constituinte, a serem realizadas em 3 de maio de 1933, obedecendo, já, à lei eleitoral em vigor, aprovada pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

Esta legislação, considerada um marco no que diz respeito à regulamentação do exercício do voto, instituiu o voto feminino, baixou para 18 anos o limite de idade para ser eleitor e deu segurança efetiva ao sigilo do sufrágio. Entre suas principais inovações está em confiar o alistamento, a apuração de votos, o reconhecimento e proclamação dos eleitos à justiça eleitoral. Como sistema de representação, adotou o código de dois turnos simultâneos, proporcional no primeiro, através do quociente eleitoral e partidário no primeiro turno e majoritário no segundo.

A Justiça Eleitoral competia, pois, expedir, por seus órgãos superiores, instruções complementares da legislação, todo o trabalho de alistamento, apuração e reconhecimento e ainda a divisão dos municípios em seções eleitorais, a distribuição dos eleitores pelas diversas seções e a formação das mesas receptoras, sendo estas compostas, uma para cada seção, de um presidente, um primeiro e um segundo suplentes, todos nomeados pelo juiz eleitoral, e de dois secretários, escolhidos pelo presidente da mesa. Discriminava a lei, as incompatibilidades e preferências no exercício da função de mesário, e permitia que os trabalhos das mesas fossem inspecionados pelos fiscais e delegados dos partidos.

Apesar de todas as reformas da legislação para as eleições de 3 de maio de 1933, o que se viu foi a vitória em peso de candidatos situacionistas, e a Constituinte de 1933/1934 foi eleita com os mesmos vícios essenciais e pelos mesmos elementos que elegeram o Congresso da República passada. A influência do coronelismo era acentuada à medida que a maioria do eleitorado pertencia ao meio rural, onde se vivia sob o comando do senhor latifundiário, grande proprietário das terras, todo o mecanismo aperfeiçoado do Código Eleitoral de 1932, não conseguiu impedir a vitória dos partidos dos governos estaduais, haja vista haver a mesma ocorrido por obra pura e simples dos chefes locais.

A verdade formal das eleições é que, novamente, houve a separação do país real para o país legal, uma vez que nenhuma das normas eleitorais e constitucional implantadas, foram capazes de superar o predomínio governista, cujos fatores não podem ser considerados exclusiva ou preponderantemente políticos.

Finalmente, a 3 de maio de 1933, foi eleita a nova Assembléia Constituinte, formada por 250 deputados e 50 representantes de classe. Instalada a 10 de novembro de 1933, passou a analisar o anteprojeto de Constituição elaborada por uma comissão especial nomeada pelo governo. Assim, em 16 de julho de 1934, foi promulgada a terceira Constituição Brasileira, contendo entre seus dispositivos, normas que delimitavam eleições diretas para a presidência da República, com exceção de Getúlio Vargas, já eleito pela Assembléia para exercer o cargo até 3 de maio de 1938, e mandato presidencial de quatro anos.

Após a aprovação da Constituição, foi elaborado um novo Código Eleitoral, atendendo a várias críticas que haviam sido feitas à legislação anterior. Era a lei nº 48, de 4 de maio de 1935, que, na realidade, trouxe poucas inovações, vigorando até 1937, quando da implantação do Estado Novo.

Após a eleição para a Assembléia Constituinte em 1933 e as de outubro de 1934, o Brasil só foi realizar novas eleições em 1945, quando da retomada da democracia.

Isto se deve ao fato de que, com a proximidade das eleições marcadas para 3 de janeiro de 1938, Vargas, vendo-se na iminência de perder o poder, usando como pretexto o combate aos comunistas, embora estes já estivessem presos desde a tentativa de golpe proposta pela Aliança Nacional Libertadora em 1935, e utilizando-se de um plano falso - o Plano Cohen - em que se planejava a implantação de um governo comunista no Brasil e o assassinato de centenas de políticos brasileiros, decreta o estado de guerra, que permitia prender qualquer pessoa sem ordem judicial.

Apoiado pelas Forças Armadas e contando com os governadores, Getúlio Vargas desfecha o golpe a 10 de novembro de 1937, sem maiores dificuldades e resistências. Fecham-se os edifícios da Câmara e do Senado, suspendem-se as eleições e, no mesmo dia, é apresentada à Nação a nova Constituição, redigida pelo então Ministro da Justiça, Francisco Campos. Estava instaurado o Estado Novo, detendo Getúlio Vargas poderes de ditador, centralizando em suas mãos todas as decisões. O mandato presidencial é prorrogado

até a realização de um plebiscito, passando os Estados a serem governados por interventores nomeados por Getúlio.

Através do Decreto Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, são extintos os partidos políticos, ficando proibido, até a promulgação da lei eleitoral, a organização de novos partidos políticos, fosse qual fosse a forma de que se revestia.

Analisando este momento histórico, Leôncio Basbaun<sup>(23)</sup> declara que o Golpe de Estado só foi possível em decorrência de uma conjunto de circunstância que se haviam acumulado no processo histórico nacional e internacional, onde vigoravam as tendências totalitárias de governo, além de que a própria burguesia brasileira se aterrorizava com a idéia do comunismo e das frentes populares, fragilizando-se diante da imposição de uma ditadura que veio engolir os últimos sopros de liberdade democrática que existiam.

Por conta do Golpe de Estado de Getúlio Vargas, o Brasil ficou praticamente quinze anos sem exercer livremente o seu direito de participar dos processos decisórios, relegado ao plano de mero espectador. Aceitou-se o golpe como se ele fosse a única solução para os problemas nacionais. Com exceção de poucos governadores, todos aceitavam a nova Constituição, declarando que nada mais se podia fazer. Com efeito, chegava-se ao momento espe-

(23) BASBAUN, op. cit. p. 100

rado pelas classes dominantes: o estabelecimento de um governo forte, fundamentado na repressão que possibilitaria, com certeza, a exploração do povo e o gozo decorrentes dessa exploração. A Revolução de 30, finalmente, começava a dar certo.

A Constituição imposta por Getúlio Vargas entre os seus desmazelos, dispensava o Congresso, o sistema representativo, enquadrando-se no sistema ditatorial facista que enfeixava em suas mãos os poderes Executivo e Legislativo, uma vez que concedia ao Presidente o poder de editar decretos-leis. Além do mais, utilizou-se também do Judiciário, ao comandar, mais tarde, o Tribunal de Segurança. Getúlio ainda aumentou sua capacidade de controle ao criar o Departamento de Imprensa e Propaganda que ao lado da polícia, foi um dos principais instrumentos de sustentação do Estado Novo e do seu regime ditatorial facista. Tudo o que era publicado passava previamente pelo controle do DIP, e aos jornais era proibido, obviamente, criticar o governo, ou publicar qualquer artigo que fosse contrário aos interesses do Estado Novo.

A partir desse momento, muitos dos direitos individuais do cidadão deixaram de ser respeitados, e a prática da repressão tornou-se comum. Tinha-se uma Constituição imposta, mas quem realmente mandava era Getúlio Vargas e sua polícia política.

A situação permaneceu idêntica até praticamente o final da Segunda Guerra Mundial, quando o espírito democrático saudado em todo mundo, retornou à mente dos brasileiros, que, paulatinamente, foram se manifestando pelo fim do regime ditatorial. Não se podia manter no Brasil um governo imposto pela força, quando muitos tinham morrido justamente em prol da liberdade e da democracia.

As pressões passaram a ser constantes, exigindo-se a elaboração de uma nova Constituição que viesse a atender os anseios populares. Estava na hora de acabar com o Estado Novo, e até mesmo os membros do governo, incluindo os militares, compreenderam que chegara a hora de mudar.

Assim é que, em 28 de fevereiro de 1945, Getúlio Vargas promoveu uma reforma constitucional que regulamentou o alistamento para as eleições à presidência, aos governos estaduais, ao Congresso Nacional e às Assembleias Legislativas. Decretou, a seguir, a anistia de todos os presos políticos, favorecendo o debate público e a organização partidária. Destaque-se que, mesmo antes dessa "abertura" legal, as oposições já estavam se agrupando em partidos políticos, e já surgira o Partido Trabalhista, a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático. Apareceram, também, o Partido Republicano Progressista de Ademar de Barros, o Partido Republicano e o Partido Libertador.

Apesar de todas essas medidas, Getúlio Vargas não conseguiu manter junto de si os vários setores que lhe haviam dado sustentação, e aproveitando a nomeação de Benjamin Vargas, irmão do presidente, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, a 29 de outubro de 1945, aqueles mesmos chefes militares que colocaram Getúlio no poder, obrigaram-no a renunciar ao governo.

Estava de volta a democracia, e de 1945 até 1962 estabeleceram-se eleições diretas como forma de preencher as cadeiras legislativas e todos os cargos executivos, nos níveis: municipal, estadual e federal.

As eleições foram marcadas para 2 de dezembro de 1945, e para regulamentar o funcionamento partidário e das eleições, fora criada a Lei Eleitoral de 1945 que estabelecia a criação da Justiça Eleitoral, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais em todo o país; o estabelecimento de sufrágio compulsório e universal e secreto a todos os cidadãos alfabetizados, maiores de 18 anos; apresentação de duas fórmulas eleitorais: o princípio majoritário para as eleições para presidente, governador, senador e prefeito, e o princípio proporcional para a Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais; autorização para a criação de partidos nacionais, capazes de colher dez mil assinaturas de eleitores distribuídos em, no mínimo, cinco estados. Pelo novo Código Eleitoral, ficavam isentos do registro de eleitor, os inválidos, as pessoas maiores de setenta anos, os cidadãos que estivessem vivendo fora do país e as mulheres sem ocupação que lhes possibilitasse rendas. O voto, apesar dessas isen-

gões, era obrigatório, uma vez que o seu não exercício resultava em sanções. A primeira dela correspondia ao pagamento de multa, e a segunda, se fundamentava na exigência da apresentação do título de eleitor " em dia " para se obterem documentos públicos e até a possibilidade de participar de cargos administrativos através de concursos.

A nova Lei Eleitoral estabeleceu também as condições para os registros e o funcionamento dos partidos políticos que, além do recolhimento das assinaturas, já especificado, determinou as condições para o cancelamento dos registros, estes fundamentados primeiro na própria decisão do partido de extinguí-lo; segundo, a obrigatoriedade de eger, no mínimo, um representante para o Congresso Nacional, ou um total de cinquenta mil votos e, finalmente, os princípios do partido não poderiam ir contra os princípios democráticos da Constituição Brasileira, nem contra os direitos fundamentais do homem. Conforme destaca Olavo Brasil<sup>(24)</sup>, esta condição final impediu que houvesse o registro permanente de 16 partidos que já haviam conseguido o registro temporário, e criou, a longo prazo, dificuldades para a organização de partidos mais radicais, possibilitando, inclusive, a extinção do Partido Comunista Brasileiro, em 1947, ato baseado em novo Decreto promulgado pelo governo, que proibia a qualquer partido o recebimento de contribuição financeira do exterior.

(24) LINA JR. Olavo Brasil de. Partidos Políticos Brasileiros. A experiência federal e regional - 1945-1964. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983, p.39



A legislação estabelecia, ainda, a necessidade de os candidatos contarem com o apoio de partidos, alianças e coligações partidárias, podendo, nos pleitos majoritários, inscrever-se por mais de um legenda, concorrendo simultaneamente para os cargos de presidente, senador e deputado federal, por quantos estados quisesse.

Para as eleições presidenciais de 1945, os partidos recém-agrupados passaram a indicar seus candidatos. A UDN lançava o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, o PSD do General Eurico Gaspar Dutra que, na reta final, passa a contar com o apoio do PTB de Getúlio Vargas. PCB lança, com o aval de Luis Carlos Prestes, o nome de Yedo Fiúza. Estava iniciada a disputa pela presidência da República, depois de um período conturbado politicamente em que se ficou quinze anos sem eleições diretas para o posto máximo da Nação. Nessa época, o eleitorado brasileiro era constituído de 7.459.849 cidadãos, maiores de 18 anos, o que correspondia à cerca de 16 % da população.

Dentre os candidatos, o General Dutra era o representante das facções mais conservadoras e tradicionais. Contava não só com o apoio dos "coronéis" detentores do voto de "cabresto", como também com todos os que viam no continuismo da política de Vargas a possibilidade de permanecer dentro das esferas de poder. Recebeu, além destes grupos, o apoio da Igreja Católica e, com o do próprio Getúlio Vargas, que, no último momento, ordenou que seus correligionários despejassem seus votos no General Dutra, apesar de ter sido o mesmo um dos responsáveis diretos por sua

deposição. O candidato do PSD contava também com a máquina estatal, montada por Getúlio, uma vez que aqueles que detinham o poder de manipular, sabiam que o General Dutra representava o continuísmo e que os mesmos, através dele, conservariam todos os privilégios e as riquezas que adquiriram na era getuliana.

Representando a grande massa da classe média, os descontentes indefinidos e da oposição que não simpatizavam ou até pior, temiam os comunistas, estava o Brigadeiro Eduardo Gomes. Apoiava ainda seu nome a grande burguesia industrial e financeira que, nos anos 20, constituía o Partido Democrático Paulista, e participara da Revolução de Trinta. Esses eleitores confiavam em Eduardo Gomes e viam nele a possibilidade de retomarem o poder.

O candidato do PCB era o mais intrigante dos concorrentes. Seu nome fora anunciado por Luís Carlos Prestes, quinze dias antes das eleições, e constituía uma surpresa para todos, pois era um ilustre desconhecido. Engenheiro, ex-prefeito de Petrópolis, não tinha passado político que pudesse justificar a indicação do seu nome por Luís Carlos Prestes. Aceitara a oferta como forma, talvez, de se projetar nacionalmente.

A campanha para as eleições presidenciais transcorreu normalmente, e todos os mecanismos foram utilizados para a conquista do eleitorado. Há que se destacar a campanha do PCD, que, sob a condução de Luís Carlos Prestes, conseguiu arrebanhar uma grande massa, projetando-se nacionalmente.

As eleições que finalmente ocorreram a 2 de dezembro, trouxeram duas grandes surpresas. A primeira delas foi o número de votos recebidos pelo candidato do PCB - 600.000 mil, o que era significativo, à medida em que, na maioria de sua existência, vivera o partido na clandestinidade. Era uma vitória surpreendente, ainda mais que se estendia aos nível do Legislativo, onde o PCB elegeu 15 deputados federais, eleitos por São Paulo, Pernambuco e Rio, além de ter feito um senador, Luís Carlos Prestes, eleito pelo Rio de Janeiro. A outra surpresa foi a vitória, se bem que apertada, de apenas 1200 mil votos do candidato do PSD sobre a UDN. Isto porque a campanha de Eduardo Gomes havia sido muito mais empolgante, e levando-se em conta, ainda, que o General Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente da República, participara do golpe de 10 de novembro. Contava-se como certa a eleição de Eduardo Gomes, tido como um verdadeiro herói, principalmente por sua participação nos movimentos revolucionários.

Pode-se ver, mais uma vez, que a vitória ficou longe de ter sido um feito dos candidatos. Ela passou, obviamente pelos mesmos caminhos anteriores, comuns à política brasileira, no que dizia respeito à participação democrática, através do voto. As eleições de 1945, apesar de serem feitas dentro de normas deliberadamente especificadas, através do novo Código Eleitoral, ainda assim tiveram como ponto de referência dois mecanismos bem claros, a máquina estatal, montada por Getúlio Vargas e que ainda não fora desmontada, e a máquina eleitoral, sustentada na figura dos "coronéis", tendo como elementos o homem do campo, incapaz de expressar livremente o seu voto e a burguesia agrária conservado-

ra que via, em Dutra, a possibilidade da manutenção da política dos governadores que constituía trocar votos por favores.

Constatou-se, com a vitória do General Dutra, que a máquina eleitoral constituída após a Proclamação da República, não havia sido extinta após o movimento de 30. Permanecera adormecida, pois, sem possibilidade de utilização em decorrência da suspensão das eleições. Mas, no momento em que é necessário, é acionada e rende bons frutos.

Justificativas existem muitas, sendo a mais expressiva delas a de que, ainda em 1945, grande parcela da população - mais ou menos 70% - viviam no campo, eram menos esclarecidas, senão analfabetas, e, em razão sobretudo da dependência econômica, não tinham a mínima condição de participar como cidadão ativo nos destinos do seu país. O voto continuava a ser manipulado, seja pelos coronéis, seja pela máquina administrativa do Estado que, a partir da concessão de favores, recebia a quantidade de votos necessários para, mais uma vez, manter-se no poder. Dados significativos são aqueles que mostram haver Dutra vencido as eleições em toda a zona rural, perdendo em todas as grandes cidades, locais onde a conscientização política atingia níveis mais elevados.

Ministro da Guerra do Governo Vargas ao longo de nove anos, tendo participado posteriormente da derrubada do Estado Novo, a que dera sustentação militar, Eurico Gaspar Dutra governou o Brasil durante cinco anos. Assumiu o poder em 31.01.1946 e con-

duziu, até o final de seu mandato, de forma bastante conservadora, toda a política nacional, de modo que não ocorressem grandes mudanças estruturais. Foi um governo que fugiu, em parte, às liberdades democráticas, garantidas na Constituição promulgada em 16 de setembro de 1946. Sob seu comando foi extinto o Partido Comunista Brasileiro, que, após grandes vitórias, transformara-se num "perigo para as instituições brasileiras", além de terem sido cometidos atos considerados reacionários e antidemocráticos, como a prisão e espancamento de cidadãos livres, e a censura de alguns jornais que tiveram suas portas fechadas.

O General Eurico Gaspar Dutra encerra seu mandato em 31.01.1951, quando transmite a faixa presidencial para Getúlio Vargas, agora eleito presidente através do voto popular.

Desde 1949 articulações eram realizadas com o intuito de escolher o sucessor para Dutra. Na falta de novos líderes, o nome de Getúlio Vargas passou a fazer parte dos blocos que se preparavam para as eleições. Alguns partidos já lançavam seus candidatos. A UDN mantinha o Brigadeiro Eduardo Gomes; o PSD escolheu um mineiro - Cristiano Machado - para representá-lo. Em São Paulo, Ademar de Barros se lançava candidato, assim como Plínio Salgado. O PTB, embora independente, encostara-se no PSD e a derrota deste seria, indiretamente a sua. Desta forma é que, após sucessivas conversações, sendo Getúlio visto como o único possível de vencer a UDN, articulou-se sua candidatura apoiada pelo adversário Ademar de Barros e seu PSP. Assim, saíram Getúlio Vargas para Presidente e um membro do PSP, Café Filho, para a Vice-

Presidência, e, com eles, o compromisso de que, caso eleitos, todos os cargos de nomeação do presidente seriam indicados pelo PSP, ou seja, Ademar de Barros que assim, abria mão de sua candidatura com a promessa que esta mesma coligação o apoiaria (Ademar de Barros) nas eleições presidenciais de 1955.

A Candidatura de Getúlio teve uma aceitação junto às massas além da expectativa esperada. O "pai dos pobres" ainda conseguia, em seus comícios, arrastar milhares de pessoas, principalmente das classes médias e pobres. Em seus discursos, culpava os americanos por sua deposição, bem como se colocava como protetor do petróleo brasileiro. Esta postura nacionalista auxiliou, em muito, o aumento de sua popularidade, e fez com que, no momento decisivo, grande número de comunistas acabassem votando nele, apesar das instruções do PCB para que seus filiados votassem em branco e nulo.

As coisas caminharam de tal forma que, próximo as eleições, já contava Getúlio Vargas com o apoio do PTB, do PSP e também do PSD que, com receio de perder as posições alcançadas quando do governo Dutra, viam na candidatura Vargas a possibilidade da manutenção do "status quo". Assim, colocou sua máquina eleitoral para trabalhar pelo candidato do PTB, mobilizando as bases no sentido de que votassem em Getúlio Vargas. O próprio Getúlio, conhecedor de toda a estrutura eleitoral, manteve as conversações necessárias, junto aos governos dos Estados, permutando apoio aos candidatos a cargos de vereador a governador, em troca dos votos para presidente e vice-presidente.

Com todas essas formas de articulações e apoio conseguiu Getúlio Vargas sair vitorioso do embate eleitoral, e, a 3 de outubro de 1950, foi eleito Presidente do Brasil, ocupando o poder a partir de 31 de janeiro de 1951. Conforme destaca Basbaun<sup>(25)</sup>, com a eleição de Getúlio todos os partidos ficaram satisfeitos, com exceção da UDN, que novamente amargava a derrota do candidato Eduardo Gomes, que, apegando-se ao fato de ter sido Getúlio eleito com apenas um terço dos votos, levantou a questão da maioria absoluta para impedir a posse do mesmo. Não conseguiu, entretanto, a UDN, o apoio militar necessário para evitar que Getúlio assumisse seu posto de chefe da Nação, sendo que os movimentos apenas contribuíram para que o país vivesse sob a intransigência da certeza de seu destino.

Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil viveu a sua maior crise político-institucional. A aproximação com as massas, a política populista, procurando apoio nas bases, a instituição do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo foram medidas que, entre outras, contribuíram para a formação de uma frente anti-Getúlio, comandada pela UDN, através de seu maior expoente, o jornalista Carlos Lacerda, bem como os grandes grupos empresariais, principalmente os ligados às multinacionais que defendiam, em primeiro plano, o interesse dos americanos. Esses grupos passaram a pressionar as Forças Armadas, justificando que Getúlio Vargas pretendia implantar no Brasil uma "República Sin-

(25) BASBAUN, 3. v., op. cit. p. 202.

dicalista", apoiada pela ala "nacionalista" dos militares. Exigiam a deposição de Getúlio, como a única forma de salvar o Brasil. A situação foi agravada a partir de um atentado contra Carlos Lacerda, ocorrido a 4 de agosto de 1954, em que o mesmo saiu ileso, mas o seu "guarda-costas", um oficial da Aeronáutica, Major Rubens Vaz, foi morto, sendo descoberto, posteriormente, que os causadores do atentado agiram sob o comando do chefe da Guarda Particular do Presidente. Era a gota d'água. Ante a pressão dos militares para que renunciasse, Getúlio Vargas preferiu o suicídio. Na manhã de 24 de agosto de 1954, com um tiro no coração, Vargas pôs fim à sua vida, deixando uma Carta-testamento, onde declara que se tornara impossível continuar a governar o país, em virtude "das forças e dos interesses contra o povo brasileiro".

Com a morte de Vargas, assume a presidência o vice João Café Filho e, junto com ele, a UDN, partido que por vários anos perseguira o poder, sem sucesso, uma vez que reiteradas vezes fora derrotado nas urnas. Com a posse de Café Filho, os membros da UDN vislumbraram a possibilidade de se manterem no poder e passaram a articular nesse sentido.

Dessa forma, as eleições para a Presidência da República a serem realizadas em 3 de outubro de 1955, aconteceram dentro de um clima de instabilidade e golpismo. Isto porque pretendiam os membros da UDN impedir, num primeiro momento, a sua realização, e, após a confirmação de que elas realmente seriam realizadas, passaram as articulações que possibilitassem o lançamento de um



candidato Único, capaz de atender às aspirações de uma determinada elite, desejosa de se manter no poder. O candidato seria de consenso de todos os partidos políticos, evitando assim uma disputa.

Entretanto, Juscelino Kubitschek de Oliveira, do PSD mineiro, já se apresentava candidato natural do seu partido, trazendo como vice-presidente João Goulart, ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, e não demonstrava a mínima intenção em desistir da sua candidatura à presidência. Com isto, a UDN teve de voltar atrás, lançando candidato próprio, Juarez Távora e como vice, Milton Campos.

O partido de Representação Popular ( PRP ) lançou como candidato Plínio Salgado. Ademar de Barros foi lançado candidato oficial do PSP. As forças estavam acomodadas: PTB e PSP, coligados na junção Kubitschek-Goulart, a UDN com Juarez Távora; o PSP com Ademar de Barros e o PRP com Plínio Salgado.

Juscelino Kubitschek contava, em suas pretensões com parcelas significativas da burguesia que acreditavam nos planos de empreendimentos públicos e privados de grande porte, prometidos pelo candidato. Contava o mesmo, ainda, com o apoio da imprensa e da Igreja. Após o início da campanha passou a receber manifestos favoráveis de estudantes, intelectuais e empresários. Dos candidatos era o que manifestava consenso, consenso este que se reverteu em votos, proporcionando sua vitória. Recebeu, em 3 de outubro, 36 % dos votos nacionais, correspondentes a 3.077.411

votos contra 30 % de Juarez Távora, 26 % de Ademar de Barros e 8 % de Plínio Salgado. Foi eleito vice-presidente João Goulart sendo interessante destacar que o mesmo recebeu um número de votos superior ao recebido pelo candidato vitorioso à presidência: 3.413.651.

A vitória de Juscelino nas urnas, entretanto, não foi de início suficiente para garantir-lhe a posse. Como sempre a expressão do povo não foi aceita de imediato por determinados grupos que seriam aliados do poder. Assim é que após o pleito, novas articulações foram feitas para tentar impedir a posse do Presidente eleito. As pressões, agora, vinham mais diretamente por parte de facções militares que, pregando o anticomunismo, buscavam evitar que JK assumisse a presidência. Contavam, para isso, com o apoio dos grupos mais radicais da UND, como Carlos Lacerda, que propugnava o caráter comunista do sufrágio do presidente eleito. Conspira-se, assim, um golpe militar, contando com a colaboração de jovens oficiais anti-getulistas e da direita, influenciados em extremos por Carlos Lacerda. O golpe em questão só não chegou a efeito graças à intervenção do General Henrique Teixeira Lott, que, num contragolpe, coloca as Forças Armadas na rua e impede a manobra golpista, a 11 de novembro de 1954.

Deste momento em diante, estava garantida a posse de Juscelino Kubistchek e de João Goulart que permaneceram no comando do país até 1961, quando assumiu o cargo, Jânio Quadros.

O governo de JK pode ser considerado um governo estável, onde grandes empreendimentos econômicos foram realizados e onde também se viveu um período de grande liberdade política e de expressão. Enfrentou, entretanto, oposições constantes, principalmente em razão dos altos índices de inflação que foram se manifestando. Durante seu mandato, Juscelino Kubitschek sofreu pressões também de parte dos efetivos das Forças Armadas que mantiveram posições de hostilidades em razão, principalmente, da presença de João Goulart, considerado por eles como "comunista".

Pode, assim, o final dos anos 50 ser caracterizado como anos pacíficos, porém não calmos. As manobras políticas estiveram sempre como pano de fundo, visualizando a possibilidade da manutenção no poder das classes dominantes, sendo estas manobras intensificadas com o final do governo de Juscelino, preparando-se o pleito presidencial de 1960.

### 1.3 - A eleição e a renúncia de Jânio Quadros

Ao aproximar-se o término do mandato de Juscelino Kubitschek de Oliveira, os partidos foram se articulando no sentido de apresentar seus candidatos à sucessão presidencial, marcada para 3 de outubro de 1960.

Pela aliança PSD/PTB foi indicado o Marechal Henrique Teixeira Lott, apresentado como candidato natural das forças nacionalistas do Exército e de toda a esquerda, uma vez que era tido como o responsável pelo contra-golpe que possibilitara a posse, em 1955, de Juscelino Kubitschek. Contava o Marechal Lott com o apoio, além de alguns comunistas, dos nacionalistas extremados e de grupos de direita.

O segundo candidato foi Ademar de Barros que concorreu como candidato independente, apoiado por seu partido o PSP - Partido Social Progressista.

O terceiro candidato à presidência foi Jânio de Oliveira Quadros, ex-governador de São Paulo, que recebeu o apoio da maior pluralidade de partidos na história da República. Contava com o apoio da UDN - maior partido de oposição ao governo na época -, com o PTN; o PDC; com a Frente Democrática Gaúcha, formada pela UDN, PSD e PL ; com setores do Partido Socialista e alas dissidentes do PR, do PTB e do PSD.

Vieram as eleições, e, pela primeira vez no Brasil independente, um candidato de oposição - Jânio de Oliveira Quadros, ganhou o controle do órgão executivo.

Jânio Quadros era considerado um político muito controverso, e muitos quiseram considerá-lo um sucessor de Getúlio Vargas, no que diz respeito ao seu populismo.

Sua carreira foi considerada como meteórica, à medida que, em muito pouco tempo, saíra da posição de simples vereador suplente, eleito em 1945 e só exercendo o mandato graças a cassação dos representantes do PCB em 1947, quando o partido foi colocado na ilegalidade, passando em 1948 pela Assembléia Legislativa de São Paulo, apoiado por dois pequenos partidos, o PDC e o PSB, onde recebeu mais votos que todos os seus adversários juntos. Sua campanha, nessa época, trazia o "slogan" do "tostão contra o milhão". Em 1953, chega à condição de prefeito da maior cidade do país, onde, um ano após tomar posse, demitiu-se para candidatar-se a governador do Estado. Nesta eleição, Jânio Quadros derrotou os partidos mais importantes, tendo como adversários Ademar de Barros e Francisco Prestes Maia. Em 1958, venceu a eleição de deputado federal, apoiado pelo PTN - Partido Trabalhista Nacional, representando o Estado do Paraná. Seu próximo passo foi a Presidência da República, onde chegou aos 44 anos de idade.

Apesar de todo esse sucesso eleitoral, a conduta de Jânio Quadros sempre foi marcada pela ambigüidade, e talvez se possa, em razão dela, explicar todas as vitórias eleitorais obtidas por ele. Ao mesmo tempo, em seus discursos, defendia a iniciativa privada e condenava o abuso do poder econômico; num mesmo momento era getulista e anti-getulista; passava, com a maior naturalidade, do PTB para a UDN. Em suas campanhas, eram sensíveis as contradições entre desenvolvimento e atraso, autoritarismo, progressismo e reacinarismo. O Público e o Privado foram largamente manipulados de forma a não deixar vácuo algum entre o eleitorado. O que

importava e, através de seu discurso ele o conseguia, era atingir todos os cidadãos, saindo ele próprio como o único vitorioso.

Assim é que, na campanha eleitoral para a presidência, Jânio atacava o governo anterior, a inflação, o alto custo de vida, o desperdício com as obras faraônicas de Brasília e a irresponsabilidade do "presidente voador".

Passou a imagem do candidato ideal que conseguia efetuar o encontro entre o desespero e a esperança, possibilitando a solução efetiva dos problemas nacionais, mesmo que estes estivessem em lados opostos. Na realidade, conforme afirma Benevides<sup>(26)</sup>, a ascensão de Jânio Quadros, candidato ao mesmo tempo do povo e da elite, "evidencia a falência do sistema partidário brasileiro já que, ao final do governo de Juscelino Kubitschek, era clara a transformação por que passava o sistema partidário, tendo como tendência a decadência dos partidos conservadores - PSD e UDN, e a ascensão do PTB, partido envolvido com outros agrupamentos interpartidários, que buscavam um realinhamento de forças, comprometidos com as camadas populares, que passaram a exigir uma maior participação, seja à nível político, econômico ou social.

(26) BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O governo Jânio Quadros. S.P., Brasiliense, 1981, p.18

Paulo Singer<sup>(27)</sup> ao analisar as eleições de 1960, comentou que "toda a campanha foi uma comédia de equívocos". Lott, apoiado pela esquerda, pautou seus pronunciamentos por um anticomunismo extremado que lhe garantia as simpatias das massas urbanas, sem lhe grangear apoio nas áreas conservadoras. Jânio, candidato da direita, introduziu no debate eleitoral, a política externa, solidarizando-se com Cuba e propondo uma atitude independente face aos dois blocos. No final, ganhou o melhor orador, capaz de entusiasmar as massas operárias com tiradas esquerdistas e, ao mesmo tempo, inspirar confiança à burguesia, com apelo à austeridade e promessas de sobriedade no trato do dinheiro público. Com a famosa "vassourinha" prometia limpar o governo da corrupção e da burocracia exarcebada.

Na campanha presidencial, Jânio contava com a simpatia dos militares, identificados com os candidatos derrotados Eduardo Gomes e Juarez Távora, pertencentes à Cruzada Democrática, de setores influentes da Escola Superior de Guerra, dos jovens oficiais vinculados à Aeronáutica, fiéis ao discurso de Carlos Lacerda, um dos grandes expoentes políticos da época e, que apoiava incondicionalmente o candidato da UDN. Dispunha, ainda, do apoio de grandes grupos empresariais, como o Matarazzo e o Votorantim, além de associações de abrangência nacional, como a FIESP, a FA-RESP e a Associação Comercial Paulista. Recebeu, igualmente, o apoio da CONCLAP.

(27) SINGER, Paulo. Política e Revolução Social no Brasil.

Apoiado por uma diversidade tão grande de partidos, de ideais e de interesses, Jânio conseguia em seu discurso atender todos e de forma tão convincente, que reuniu, em torno de si, ao mesmo tempo, grupos sociais completamente antagônicos. Atacando a inércia dos políticos, o abandono da causa pública, os desmandos do governo, e prometendo a recuperação moral e administrativa, bem como o equilíbrio entre os direitos e os deveres do cidadão e do Estado, convence e recebe o apoio das esquerdas, o mesmo ocorrendo com os partidos conservadores.

Já o programa do Marechal Lott expressava em toda sua essência, a ideologia da ala nacionalista que fazia a política no Clube Militar. Não tinha muita força a nível das camadas mais populares, voltando-se mais para o atendimento de interesses das elites, mesmo que apresentando-se como candidato da aliança PTB/PSD, seu discurso, como visto, circulava em torno do anticomunismo.

Desta forma é que, a 3 de outubro de 1960, na data marcada para se processar as eleições presidenciais, ou seja, a escolha do sucessor de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o candidato eleito foi Jânio de Oliveira Quadros, que recebeu 5.636.623 votos, correspondentes a 48 % do total. Seu adversário direto, o Marechal Lott ficou com 3.846.625 votos, o que significou 32 %. Ademar de Barros, obteve o terceiro lugar, alcançando a totalidade de 2.195.709 votos, equivalente a 20 % do total.



A vice-presidência, disputada entre João Goulart pela coligação PSD/PTB formando chapa com o Marechal Lott, Milton Campos pela UDN de Jânio Quadros e Fernando Ferrari do Movimento Trabalhista Renovador, formado por dissidentes do PTB gaúcho, com o apoio do PDC, ficou com o primeiro, Goulart, que recebeu 4.547.010 votos. O candidato da UDN garantiu o 2º lugar, totalizando 4.237.719 votos e Fernando Ferrari o terceiro lugar com 2.137.382 votos.

Vale ressaltar que esta eleição teve, em relação às eleições anteriores, um aumento significativo no número de eleitores e também do comparecimento dos cidadãos. Enquanto em 1955 apenas 60 % dos eleitores comparecem as urnas, em 1960 esse número aumenta para 80 %, sendo que do total de votos obtidos por Jânio Quadros, 78 % foram provenientes do Estado da Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Para se ter uma idéia do aumento global dos eleitores em 1919 havia mais de 100 brasileiros para cada voto obtido pelo candidato eleito presidente. Em 1960 essa proporção caiu para menos de 13 brasileiros para cada voto colocado na urna.

Jânio Quadros, por sua vez, obteve votos de todas as camadas sociais, com uma projeção, entretanto, para as camadas economicamente mais elevadas, medidas em razão da instrução e da ocupação.

No final das eleições, com a vitória de Jânio Quadros para Presidente da República e de João Goulart para ocupar a Vice-Presidência, visualizou-se um quadro crítico para o futuro, decorrente da visível hostilização sofrida por Goulart por parte de facções das Forças Armadas e das classes mais conservadoras, que viam, em sua pessoa, um "perigo eminente à segurança nacional". Para essas pessoas, tratava-se de saber como agir, caso algum impedimento viesse a atingir Jânio Quadros, por sua vez tido como um político notoriamente temperamental, instável e autoritário.

Jânio Quadros foi o primeiro presidente a ocupar o Palácio da Alvorada, em Brasília, e, após sua posse, passou a executar uma política ambígua que se traduzia numa independência a nível externo, o que lhe garantia profundas críticas por sua aproximação com os países socialistas e do terceiro-mundo, e quase que completamente dependente a nível interno, onde a base de seu ministério era formada por pessoas ligadas ao capital nacional e estrangeiro, submetendo-se ao interesse das camadas dominantes. Essa política pode ser representada, entre outros atos, pela Instrução nº 20 que pretendia restabelecer a chamada "verdade cambial", ou seja, extinguir as taxas múltiplas de câmbio, desvalorizar o cruzeiro em 100%, beneficiando, principalmente, os interesses da burguesia agrário-exportadora e dos grupos estrangeiros, prejudicando a maioria da população brasileira, pois se refletia no aumento dos preços dos alimentos, transportes, além de implantar medidas que incidiam sobre o congelamento parcial dos salários. Seu objetivo final, se-

gundo Benevides<sup>(20)</sup>, foi alcançado, à medida que "conseguiu vender ao FMI, uma imagem de 'estabilização ortodoxa' - refletindo-se no empréstimo de 2 milhões de dólares". Essa postura leva para longe a idéia do governo independente externamente, pregada por Quadros, não passando, pois, de atitude completamente falsa.

Também o projeto de Lei Antitruste e da Lei sobre Remessa de Lucros foram atos que geraram polêmicas e desconforto entre os próprios membros do governo e as esferas políticas, uma vez que, em razão delas, entraram em choque os interesses dos "nacionalistas" - liderados pelo Ministro João Agripino, e dos "entreguistas", comandados pelo Ministro Clemente Mariani, ambos membros da UDN, mas com pontos de vistas diferentes, e, em razão da própria complexidade do problema, acabaram tumultuando, de forma arrasadora, a gestão de Quadros, agravada pela falta de capacidade de planejamento do Presidente em questão. Todo esse descompasso resultou em forte oposição por parte do Congresso Nacional, onde o sistema partidário se encontrava em processo de deteriorização, "inviabilizando" seu governo de tal forma que, no dia 25 de agosto de 1961, aproximadamente sete meses após assumir a presidência da República, Jânio Quadros joga no lixo quase seis milhões de votos, livres e diretos, ao encaminhar ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, sua carta de renúncia ao cargo máximo do executivo nacional.

(20) BENEVIDES, op. cit. p. 56.

A Presidência da República ficou vaga das 10 horas, quando Jânio entregou a carta de renúncia, até às 17 horas, quando o deputado Ranieri Mazzili tomou posse na Presidência. A renúncia, segundo Moniz Bandeira<sup>(29)</sup> "era um fato consumado". Daí para frente, passou-se para a palavra de ordem, que era "posse a João Goulart".

Justificativas para a renúncia existem muitas. Mas o próprio Quadros, no decorrer de sua existência, nunca tratou de elucidá-la devidamente. Com certeza, entretanto, seu gesto passa por sua própria postura de político, preocupado "em gerir" com liberdade o negócio público, em administrar sozinho, sem as amarras do Legislativo. Com a renúncia, Jânio esperava conseguir o apoio popular, como ocorrera com Fidel Castro e Juan Peron, retornando ao governo nos braços do povo, condicionando sua volta ao fechamento do Congresso, e com poderes altamente discricionários. É Benevides<sup>(30)</sup> que, ao analisar esse momento histórico, trás o depoimento do secretário de imprensa de Jânio, Carlos Castello Branco, que na Revista "Realidade" de novembro de 1967, teria atribuído ao presidente as seguintes declarações - "Não farei nada para voltar, mas considero minha volta inevitável. Dentro de três meses, se tanto, estará na rua, espontaneamente, o clamor pela implantação do nosso governo. O Brasil no momento, precisa de três coisas: autoridade, capacidade de trabalho e coragem e rapidez nas decisões. Atrás de mim não fica ninguém que reúna esses três requisitos".

(29) BANDEIRA, Moniz. A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. S.P., Ed. Braziliense, p. 57.

(30) BENEVIDES. O Governo Jânio Quadros, cit. p. 77.

Segundo Moniz Bandeira<sup>(31)</sup> também teria declarado, referindo-se ao Congresso Nacional: "Não gostam de recesso remunerado? Pois terão o recesso permanente".

Sua estratégia, no entanto, parece que esteve longe de atingir ao objetivo proposto, uma vez que não houve a esperada comoção nacional, e após pressões pela legalidade, João Goulart foi empossado Presidente do Brasil.

(31) BANDEIRA, op. cit. p. 56.

## 2 - AS LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### 2.1 - O "Golpe Militar" de 1964

A partir da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, iniciou-se um dos períodos mais críticos da história política do Brasil, que culminou com o golpe militar de 1964.

Isso se deveu, ao fato de que as Forças Armadas e os grandes grupos econômicos e políticos, representando a alta burguesia financeira, banqueiros e industriais associados, de uma forma ou outra, ao capital estrangeiro, não admitiam a posse de João Goulart, vice-presidente, e que se encontrava em visita oficial à China, pois temiam perder o controle do País. Para estes grupos Goulart significava um perigo à "segurança nacional". Sua posse à presidência implicaria na entrega do Brasil aos inconformados e comunistas.

Decidiram, pois, os ministros militares, impedir a todo custo que Goulart assumisse a chefia da Nação. Conforme relata Nelson Werneck Sodré<sup>(32)</sup>, "os ministros ameaçaram prender o vice-presidente caso ele regressasse, concedendo-lhe este direito, somente se o mesmo renunciasse ou se o Congresso votasse seu impedimento; se o Congresso se furtasse a isso, seria fechado". Estava preparado um golpe branco.

(32) SODRÉ, Nelson Werneck. Do Estado Novo à Ditadura Militar. Memórias de um soldado. R.J. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 242

Entretanto, a reação não se fez esperar, e as manifestações populares, unidas aos políticos democráticos e militares nacionalistas enganaram-se no Movimento pela Legalidade, comandado pelo então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, Leonel Brizola, que exigia o cumprimento da Constituição e a posse imediata do vice-presidente.

O movimento estendeu-se a nível nacional, obrigando a que se buscasse uma solução de consenso, que veio na forma da implantação do parlamentarismo no Brasil. João Goulart assumiria a Presidência, mas dentro de um novo sistema de governo que limitasse seus atos, reduzindo seu poder. Para tanto, foi elaborado um ato adicional à Constituição de 1946, implantando o Sistema Parlamentar de Governo. Para ocupar o cargo de 19 Ministro, foi indicado o nome do político mineiro, Tancredo Neves. Viveu o País sob este sistema, até janeiro de 1963, quando foi realizado plebiscito retornando o Brasil ao presidencialismo.

Entretanto, a simples aprovação do retorno ao sistema presidencialista de Governo não foi o suficiente para que João Goulart pudesse realmente governar como desejava. A situação econômica brasileira era grave, necessitando de várias medidas que viessem ao menos minimizar a crise. A inflação crescente fazia com que aumentasse o número dos descontentes, e as greves se tornassem uma constante, principalmente para reaver a perda salarial que era diária. Além de tudo, o país precisava de reformas urgentes. Estas reformas estavam contidas na proposta da Reforma de Base, na qual Goulart pretendia solucionar pelo menos parte dos

grandes problemas nacionais.

Ocorre, que tais medidas atingiam em cheio o interesse das classes detentoras do capital, principalmente o capital estrangeiro. Faziam parte delas, medidas que pretendiam estender o voto ao analfabeto; a reforma universitária; o monopólio estatal sobre a importação de petróleo e derivados; a regulamentação sobre a remessa de lucros ao Exterior, bem como a assinatura de outro decreto nacionalizando as refinarias de petróleo e seus derivados, a desapropriação para fins de reforma agrária e distribuição de terras de propriedade da União aos trabalhadores rurais.

Tais medidas levaram, como era de se esperar, as forças de oposição ao desespero, principalmente os militares que as consideravam um "perigo à própria segurança nacional". Com o decorrer do mandato e o agravamento da crise, a situação foi se tornando insustentável, e a necessidade da queda de Goulart, uma realidade para seus opositores. Acrescente-se a toda problemática econômica que envolvia o governo de Jango os problemas políticos patrocinados principalmente pela fragmentação do sistema partidário, desgastados desde a eleição de Jânio Quadros. Para se ter uma idéia, o PTB, partido que elegera Goulart, agonizava frente à gravidade de problemas que assolavam a classe trabalhadora, onde o aumento de salários, dados para compensar o aumento dos preços, gerava um círculo vicioso, pois se refletia no aumento imediato das mercadorias, o que levava a desvalorização diária dos salários recebidos. Não conseguia, assim, atender aos anseios popula-



res e acabara se transformando, também, em fonte de oposição ao Governo.

Por outro lado, as coisas igualmente não iam bem com os dois grandes partidos. O PSD, como afirma Basbaun<sup>(33)</sup>, "que estava em plena decomposição, pela penetração insidiosa do capital americano, em ação semelhante a que acontecera com a UDN que, gradualmente, havia se transformado num partido que defendia, no Brasil, os interesses americanos".

O sistema partidário, em suas grandes bases, portanto, passava a não mais existir, a medida que a luta entre o PSD e a UDN deixou de ter um propósito, pois ambos estavam ligados pelo mesmo interesse. Já o PTB, pelas dificuldades próprias por que passava, apoiou Jango enquanto lhe foi possível, mas sofria internamente o mesmo "processo de decomposição" do PSD, de tal sorte que, no momento decisivo na hora do "golpe", não tinha as mínimas condições para garantir sustentação ao Governo, acabando por, simplesmente, aderir ao golpe.

Consequência de todos esses fatos é que a agitação política pela queda de Goulart tornou-se intensa. No espaço político, como afirma Piletti<sup>(34)</sup>, "os diversos partidos brigavam entre si, ou para conquistar o poder ou para permanecer nele". Ocorria, desta forma, uma "forte intervenção das organizações populares,

(33) BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República. De 1961 a 1967. 4. v. 4. ed. S.P. Ed. Alfa Omega, 1986, p. 83-84.

(34) PILETTI, op. cit. p. 166.

estas das mais diversas origens - estudantes, camponeses, trabalhadores, parte da Igreja Católica, que lutavam e exigiam a Reforma de Base, reforma prometida, mas que acontecia vagarosamente". Do outro lado, a implantação, mesmo cautelosa e lenta, das medidas reformistas provocavam reações de grande parte dos setores mais conservadores da sociedade que passaram a denunciar o processo de "subversão" porque passava o País. Os setores conservacionistas eram representados, num primeiro plano, pela Frente Patriótica Civil-Militar, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais-IPES, a Sociedade para a Tradição, Família e Propriedade-FTP e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-IBAD. Este último, sustentado pelo capitalismo estrangeiro e o grande capital nacional, procurava viabilizar a candidatura de políticos, com a única exigência de que os mesmos fossem antijanguistas e anticomunistas, propiciando a formação de uma base parlamentar, viabilizando a derrubada de Goulart.

Todas estas instituições acusavam Goulart pela desestabilização política, econômica e social do país, e não cansavam de proclamar que Jango promoveria uma "República Sindicalista", entregando o Brasil aos comunistas.

O conflito entre esses dois grupos culminou com gigantescas passeatas. A primeira grande delas ocorreu no Rio de Janeiro, em 13.03.64 e foi promovida e apoiada pelas organizações populares que exigiam as reformas de base. A ela se sobrepôs uma outra, realizada logo a seguir, em 19.03, em São Paulo, onde os antijanguistas, com o tema "Marcha da Família com Deus pela Li-

berdade", protestavam veementemente contra o Governo, pedindo a deposição do Presidente.

A situação agravou-se a partir de 26 de março, com a crise de desobediência e de indisciplina de fuzileiros e marinheiros que, sob o comando do cabo Anselmo, posteriormente identificado como agente da polícia, infiltrado para promover tumultos, resultou no enfraquecimento das forças militares governistas, possibilitando o contragolpe mortal dos oposicionistas. Acrescenta-se a esse episódio o rompimento do Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, com o Governo Goulart, que abriu caminho para novas dissidências, gerando adesões ao movimento militar de forças políticas consideráveis, como os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

A partir desse momento, não detinha mais Goulart condições de manter-se no poder. O golpe estava praticamente armado e se consolidou com a saída de Goulart de Brasília rumo a Porto Alegre, onde esperava contar com forças populares que revertessem o quadro, através da resistência. No entanto, era tarde demais. No dia 31 de março, o Exército, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, avança em direção ao Rio de Janeiro, saindo de Juíz de Fora. Em ato contínuo, em sessão extraordinária do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vago o cargo de Presidente da República, dando posse imediata a Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara, como Presidente da República, ato permeado de inconstitucionalidade, pois Goulart ainda se encontrava em território nacional. Na sequência, João Goulart,

procurando, segundo ele, evitar que fosse deflagrada uma guerra civil no Brasil, retira-se do País, em 04 de abril, exilando-se no Uruguai.

Entrava o Brasil para o rol dos países em que o comando da Nação passa para as mãos dos militares, retirando-se do povo qualquer poder de participar diretamente e conscientemente das decisões democráticas. Era o fim do ciclo civil iniciado em 1894, com a posse de Prudente de Moraes para o cargo mais alto do Executivo.

Podemos, pois, afirmar que, com a renúncia de Jânio Quadros, principiou-se no Brasil uma crise governamental profunda que culminou, após o parlamentarismo de João Goulart e sua breve permanência como Chefe Executivo do País, com o golpe de Estado de 1964, deixando para trás o último exercício direto do povo brasileiro, no que diz respeito à prática democrática de escolher o representante máximo de uma Nação: o seu Presidente da República.

O que veio a seguir pasmou pela perplexidade. A sociedade que havia marchado por Deus, pela Família e pela Propriedade, não conseguia entender muito bem o que se passava quando os tanques foram às ruas, uma vez que logo se fez notar o controle dos militares sobre a vida política brasileira, em que o governo provisório de Ranieri Mazzili nada mais representava do que uma simples fachada, sendo o poder exercido, de fato, pelo Alto Comando das Forças Armadas, auto intitulado Supremo Comando Revolu-

cionário, formado pelos então ministros nomeados: Tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, ocupando o Ministério da Aeronáutica; o vice-almirante Augusto Hanemann Rademaker Grunewald, o Ministério da Marinha e o general Artur da Costa e Silva, como Ministro da Guerra.

Estes, de imediato, negaram qualquer tendência conciliatória com a sociedade civil, ao assinarem, logo nos primeiros dias de abril (precisamente no dia 09), o Ato Institucional nº 1, onde proclamavam seus direitos de vencedores. Por este ato, garantem cumprir a Constituição de 1946, legitimam, como concessão, a existência do Congresso Nacional, estabelecendo poderes ao Executivo para decretar o "Estado de Sítio" e a eleição indireta para a Presidência da República, podendo, suspender as garantias constitucionais e suprimir direitos políticos por dez anos. Criam, ainda, a possibilidade de o Presidente da República editar emendas constitucionais, limitando a 30 dias o prazo para debate no Congresso, além da figura legislativa do decurso de prazo, outorgando, ao executivo, a competência para legislar sobre matéria financeira e orçamentária.

O Ato Institucional nº 1 permitiu, por seus dispositivos, uma verdadeira caça às bruxas, numa operação limpeza, onde são suspensos e cassados os direitos políticos de centenas de pessoas, entre elas os ex-presidentes Juscelino, Jânio e Goulart, que vieram encabeçar a lista. Nesse primeiro momento, foram cassados, ainda, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional, além da demissão de aproximadamente 10.000

funcionários e a instauração de 5.000 processos envolvendo mais de 40.000 pessoas.

A este ato se sucederam outros, de acordo com a conveniência do momento e do interesse dos comandos militares, de tal forma que se teve, ligados diretamente ao exercício da democracia, o Ato nº 2 que extinguiu os Partidos Políticos, criando o bipartidarismo, e o nº 5 que, praticamente, eliminou qualquer resquício de liberdade democrática, se é que ela, em, 1968, ano de sua edição, ainda existia.

## 2.2 - A suspensão das eleições diretas para a Presidência da República

Na sucessão de fatos que ocorreram após o "golpe" de março de 1964, destaca-se, como já especificado, o Ato Institucional nº 1 que, entre outras providências, determinou que o próximo presidente seria eleito pelo Congresso Nacional, suspendendo, desta forma, as eleições diretas para o referido cargo.

Assim sendo, podemos afirmar que o golpe militar na realidade foi dirigido e atingiu os setores mais populares, democráticos e progressistas de nossa sociedade, uma vez que a luta pelas reformas sociais haviam crescido sobremaneira, principalmente a partir do exercício de Juscelino Kubitscheck, em que a liberdade de expressão foi a tônica do seu Governo, possibilitan-

do a criação de um espírito reivindicatório que foi crescendo, à proporção que cresciam as dificuldades econômicas decorrentes de uma política inflacionária que corroía o salário das classes trabalhadoras.

Ocorre que esta crise inflacionária não atingia a casta considerada privilegiada, que era justamente aquela formada pelos empresários nacionais e internacionais, a quem os baixos salários interessavam, pois possibilitavam os grandes lucros. Esse estado de coisas foi repassado, com sérias agravantes para o governo de Goulart, que, além de todas as adversidades, ainda tinha contra si a rejeição de uma parte considerável das classes dominantes que viam nele um perigo, em razão, principalmente, de sua postura socializante, embora não se possa esquecer que Goulart permaneceu, por muito tempo, talvez, excessivamente, em cima do muro, e isto pode lhe ter custado a cabeça, pois sua política não satisfazia, nem as classes trabalhadoras e progressistas ávidas por reformas, nem as classes conservadoras, temerosas dessas reformas que, quando passaram a acontecer, vieram a "conta gota".

Há que se destacar também que, no decorrer do governo Goulart, a movimentação democrática cresceu quase ilimitadamente, graças, principalmente, à politização de uma grande parcela da população, representada pelos estudantes, pelos sindicalistas e parte da Igreja, denominada progressista. Toda essa movimentação, de forma alguma, era bem vista pelos militares que a consideravam um "perigo à segurança nacional".

Moreira Alves<sup>(35)</sup> esclarece que "grupos cada vez melhor organizados exigiam participação e uma reforma da altamente distorcida estrutura social brasileira. A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a fazer concessões em questões como salário, condição de trabalho ou mesmo organização sindical".

Assim é que todas essas movimentações levavam à busca de uma nova sociedade rejeitada, principalmente, pelos militares, em que a teorização da Doutrina de Segurança Nacional criara a idéia fixa da subversão e do domínio dos comunistas, a partir do momento em que qualquer um desses "anseios populares" se transformasse em realidade. Temerosos de largarem a Nação à sua "comunização", lançaram mão dos poderes, segundo eles adquiridos pela vitoriosa "revolução" e trataram de retirar, já num primeiro momento, aquela prática que significava realmente o exercício da cidadania: a escolha do Presidente da República.

Desta forma, o Ato Institucional nº 1, de 09.04.64 estipulava que a eleição do novo Presidente e do Vice-Presidente deveria ser realizada dois dias após a promulgação do referido Ato, de forma indireta, pelo Congresso Nacional. Para proporcionar uma fachada de legalidade, principalmente a nível internacional, foi efetuada uma emenda constitucional, data de 10 de abril de 64, determinando que o mandato do presidente eleito terminaria

(35) MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil 1964 - 1984. R.J., Vozes, 1984, p. 22.



no dia 31 de março de 1966. Também no Ato nº 1 foi cancelada a ineligibilidade dos militares, possibilitando a candidatura dos mesmos.

Em decorrência desses dispositivos, Humberto de Alencar Castelo Branco, General e Chefe do Estado Maior do Exército, coordenador da conspiração contra João Goulart, foi eleito Presidente da República em 11 de abril de 1964, pelo Congresso Nacional - já "enxugado" dos subversivos, todos cassados e com seus direitos políticos suspensos - recebendo um total de 361 votos, contra 03 dados a Juarez Távora, 02 ao Marechal Dutra e 72 ausências. Para o cargo fictício de vice-presidente, foi eleito um civil, José Maria Alkimim, do PSD mineiro, como forma de quebrar a imagem de um governo de caráter estritamente militar. Sua posse ocorreu quatro dias após, e seus primeiros atos foram no sentido de tornar nulo todas as medidas do governo anterior.

Entretanto, Castelo Branco pode ser considerado, como afirma Skidmore<sup>(36)</sup> um presidente que se posicionou numa postura de mediador entre os militares da linha-dura e os pré-constitucionalistas, uma vez que, no decorrer de seu governo, apesar de estar sob pressão dos primeiros, primou por agir dentro do que considerava a "constitucionalidade", não se esquecendo, porém, que esta constitucionalidade era por muitas vezes construída, visando atender aos interesses imediatos do poder dito "revolucionário".

(36) SKIDMORE, Thomas. Brasil. De Getúlio à Castelo (1930-1964) 7. ed. R.J., Ed. Paz e Terra, 1982 p.

Apesar da determinação legal de que o mandato de Castelo Branco se encerrava em 31.06.66, por sugestões de alguns políticos e com a aquiescência de grupos econômicos, principalmente o fundamentado no capital estrangeiro, a 08 de junho de 1965 a Comissão Mista de Parlamentares aprova uma sub-emenda do deputado João Agripino que prorroga o mandato do presidente para mais um ano, extinguindo-se em 15 de março de 1967.

Em 27 de outubro de 1965, como resposta do governo à derrota nas eleições de 03 de outubro, vencidas pela oposição nos estados-chave, Castelo Branco assina o Ato Institucional nº 2, elaborado pelo udenista baiano Juracy Magalhães. Este ato tem como principal determinação a extinção dos partidos políticos, autorizando a criação da ARENA - Aliança Renovadora Nacional e do M.D.B. - Movimento Democrático Brasileiro, implantando o bipartidarismo no país.

Entre outras medidas, o ato concedia maiores poderes ao Presidente da República quanto à apresentação de projetos de lei; atribuía como competência da Justiça Militar o julgamento dos civis enquadrados em crimes contra a segurança nacional; estabelecia a suspensão das garantias constitucionais da vitaliciedade, imovibilidade e estabilidade; autorizava a cassação dos mandatos e a suspensão dos direitos políticos por dez anos e, acima de tudo, mantinha a eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente da República, eleitos estes indiretamente pelo Colégio Eleitoral composto da maioria absoluta de membros do Congresso Nacional, sendo que a eleição seria em sessão pública com votação nominal,

eliminando-se o voto secreto, o que permitia um melhor controle dos votos por parte do poder Executivo.

Em razão da edição deste Ato e a manutenção das eleições indiretas para a presidência, estavam fora do páreo todos os candidatos civis em perspectiva, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros, aliados do "governo revolucionário" e que tinham participado, direta ou indiretamente, da queda de João Goulart, com a pretensão de se tornarem os próximos presidentes, gerando um mal-estar imenso entre os mesmos, ou seja, ao determinar que a eleição seria feita pelo Congresso Nacional e levando-se em consideração que o Congresso era efetivamente manipulado pelo governo militar, ficava inviável aos civis o sonho mágico de alcançarem o cargo de presidente o que era, público e notoriamente, um sonho acalentado por eles a muitos anos.

A partir de então, os ditos "candidatáveis" passaram a fazer uma oposição ostensiva, sendo que, em decorrência desta atitude, Ademar de Barros, um dos grandes aliados de Castelo Branco, teve seu mandato de governador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

A esta altura é bom se destacar que poucos mantinham uma oposição acirrada contra o governo. Estes se resumiam a alguns oficiais da linha dura que formavam o grupo Liga Democrática da Revolução, conhecida como LIDER, aos estudantes e parte da Igreja. O Congresso, momentaneamente, se achava acomodado, uma vez que os políticos ditos "subversivos, corruptos e comunistas"

havia todos sido cassados, expurgados do seu direito a representatividade. Os sindicatos, a partir da implantação do regime militar, e em decorrência de estarem sob intervenção federal, assumiram uma postura de órgão estatal, cumprindo um papel de instituição auxiliadora do Estado, tendo seus principais líderes ou sido presos e torturados, ou ainda exilados, como forma de fugir à repressão. Os trabalhadores em geral e a classe média comum encontravam-se em estado de pavor com a onda de tortura que assolava o País, mantendo-se, por este motivo, completamente inerte diante do poder ditatorial. Também as Ligas Camponesas, que atingiam antes do Golpe de 64 uma postura positivamente reivindicatória, tiveram o mesmo destino das demais instituições representativas de classes, recebendo seus líderes o mesmo tratamento: ou estavam desaparecidos, deixando seus organismos sem direção, ou haviam sido presos, torturados, exilados.

Sobravam os estudantes e a Igreja. Os primeiros mantiveram, de início, uma postura contestatória que foi sendo pouco a pouco minada pelo medo e pelo controle dos órgãos repressivos sobre seus atos, até que, para sobreviverem, a solução era cair na clandestinidade. A Igreja que por sua vez apoiara a "Revolução Redentora", a partir do momento que percebeu a real intenção dos seus agentes, bem como a constante agressão aos direitos humanos por parte dos mesmos, posicionou-se, pelo menos a parte mais progressista, contra os atos arbitrários e anti-democráticos do Governo, auxiliando, dentro de suas possibilidades, aqueles que sofriam o amargor da repressão.

Não só a Igreja, despertara tardiamente. Muitos segmentos da sociedade civil que haviam apoiado a Revolução o fizeram na certeza de que os militares, após a "arrumação" da casa e o afastamento do perigo comunista, transmitir-lhes-iam, imediatamente, a direção do Estado, como ocorrera anteriormente, em 1939, 1945, 1955. Sentiam-se, pois, traídos e muitos não coadunavam com a forma arbitrária com que era conduzido o País, apesar de que, como afirma Basbaum<sup>(37)</sup> "em todo o período militar, o importante era conservar o formalismo democrático, a aparência de democracia e liberdade com que se enfeitava o governo e o tornava consumível, não só internamente, como também para atender às exigências internacionais, que acusavam Castelo Branco de exercer uma ditadura militar". Para tanto, ou seja, para a fachada da democracia ser convincente, conservava-se o Congresso funcionando, e a Justiça em plena ação, como se fossem fatores suficientes à representação democrática.

A oposição teve, pois, em razão da força armada representada pelos militares e não obstante todas as denúncias de arbitrariedades cometidas pelos mesmos, que acatar não só a imposição deste Ato Institucional, que mantinha a eleição do Chefe da Nação pelo Colégio Eleitoral, mas uma série de outros atos que foram, pouco a pouco, desestruturando o já defasado sistema eleitoral brasileiro. Raimundo Pereira<sup>(38)</sup>, tratando sobre o assunto, esclarece que "através de uma série de sucessivas legislações, que se iniciaram com o bipartidarismo e suspensão das eleições

(37) BASBAUN, 4. v. op. cit. p. 170.

(38) PEREIRA, Raimundo (outros). Eleições no Brasil pós 64. S.P. Ed. Global, 1984, p. 21.

diretas para a presidência, o aprimoramento nas regras eleitorais promovidas pelos golpistas de 1964 significou, pura e simplesmente, o seguinte: menos eleições, piores eleições".

Assim é que, para garantir vitórias eleitorais, o executivo passou a baixar inúmeros atos complementares, regulamentando a filiação partidária dos candidatos, a forma em que se realizariam as eleições e a perda de mandatos municipais, estabelecendo a fidelidade partidária, impedindo que qualquer parlamentar votasse em candidatos de outros partidos nas eleições para os governos de Estado ou para a Presidência da República.

Foi editado, neste mesmo sentido, o Ato Institucional nº 3, datado de 05 de fevereiro de 1966, que estendeu as eleições indiretas aos governadores de Estado que passaram, a partir de então, a ser eleitos pelas Assembléias Legislativas, como forma de garantir ao Governo sua vitória sobre as oposições, sendo isso possível graças à manipulação de recursos que eram controlados pela União. Este mesmo ato determinou que seriam igualmente de forma indireta as eleições para os prefeitos das capitais e das cidades consideradas de segurança nacional.

Todos estes instrumentos monopolizavam o controle do Governo nos processos eleitorais, e a representatividade tornou-se praticamente nula, levando-se, em consideração ainda, conforme traz Maria Helena Moreira Alves<sup>(39)</sup>, que a "eleição indire-

(39) MOREIRA ALVES, op. cit. p. 100.

ta dos governadores por parte das assembleias Legislativas, permitiam maior controle dos Executivos Estaduais, sem os agravos à legitimidade que a intervenção direta acarretaria".

Desta forma, com a famosa fachada da legalidade plenamente funcionando, o Executivo utilizava-se dos mais variados instrumentos para controlar o processo eleitoral e, conseqüentemente, o próprio Executivo estadual, à medida que manipulava, de fora, os resultados que ocorreriam lá dentro, principalmente, como já dito, através da liberação de verbas, possibilitando, por fim, que os candidatos situacionistas tivessem vitórias sobre as oposições.

Os vitoriosos, por pertencerem ao Governo, seriam elementos que coadunariam com a política governamental e, conseqüentemente, passariam a formar parte dos grupos ditos "aliados".

A autora citada levanta também questionamento no que diz respeito ao poder de fogo das oposições, a esta altura, quase nenhuma, uma vez que "a representação política foi constantemente limitada pela cassação de mandatos eleitorais das oposições"<sup>(40)</sup>, chegando o MDB a aventar a possibilidade da sua extinção.

Com a aproximação do final de seu mandato, Castelo Branco quis, com certa insistência, colocar um sucessor que pudesse lhe garantir a permanência de seu grupo no poder. Contou,

(40) NOREIRA ALVES, op. cit. p. 100.

entretanto, com a oposição, principalmente da linha dura das Forças Armadas que, não concordando com a política implantada por seu Governo, oferecem candidato próprio: o Marechal Costa e Silva, então Ministro da Guerra.

Na seqüência dos fatos, já em maio de 1966, a convenção da ARENA confirmou a escolha feita pelos militares linha dura e lançou oficialmente o nome do Marechal Arthur da Costa e Silva para a presidência da República, bem como o nome do político mineiro da UDN, Pedro Aleixo, como candidato à vice-presidência. Apesar de desnecessário, em razão de estar a eleição no Congresso praticamente assegurada, Costa e Silva passou a fazer uma campanha ostensiva, percorrendo todo o País, além de viajar por vários países da Europa, Ásia e África. A finalidade destas viagens externas era, basicamente, tornar-se conhecido internacionalmente.

Ao comentar as razões para se ter como certa a vitória de Costa e Silva, Basbaun<sup>(41)</sup> apresenta três motivos: primeiro seria o de que o "Congresso se encontrava totalmente desmoralizado perante a opinião pública e perdera o próprio respeito, e a possibilidade de uma resitência às Forças Armadas era uma coisa muito remota. A ordem era eleger um militar e, assim seria. Por outro lado, só havia um candidato, pois o MDB, cujo papel era fingir de oposição, decidira à última hora "em sinal de protesto" não apresentar candidato. Finalmente, havia um terceiro motivo: o Congresso representava o poder civil, isto é, as classes e cama

(41) BASBAUN, op. cit. 4. v., p. 179.



das sociais que dominavam o País, a burguesia financeira, industrial, comercial e agrária. E nenhuma dessas classes se encontrava satisfeita com a política econômica implementada pelo governo de Castelo Branco".

Confirmando as expectativas, a 03 de outubro de 1966 o Congresso Federal elegeu o Marechal Arthur da Costa e Silva, presidente da República, com um total de 295 votos contra 41 votos, estes, na grande maioria, do partido oposicionista, o MDB, tomando posse o presidente eleito, no dia 15 de março de 1967.

Antes de deixar o poder, e como forma de permanecer nele, Castelo Branco elabora uma nova Constituição que tem como uma das suas principais características o fortalecimento do poder Executivo, tendo como contrapartida a diminuição do poder Legislativo. A ela são incorporados os Atos Institucionais nº 1 e 2, o mesmo ocorrendo com os demais atos complementares que estabeleciam as regras eleitorais, como a Lei das Inelegibilidades e a regulamentação dos partidos políticos. Trazia a Constituição, em seu bojo, a garantia dos direitos individuais, apresentando instrumentos como o "habeas corpus" e a imunidade parlamentar, afastando, desta forma, a possibilidade de uma cassação automática dos mandatos legislativos. Pela nova redação da Constituição, qualquer membro do Congresso Nacional ou das Assembléias Legislativas só poderia perder seu mandato caso houvesse a permissão da casa legislativa a qual pertencesse.

Ironicamente, foi este dispositivo constitucional que proporcionou a edição do mais cruel e antidemocrático de todos os atos institucionais, o Ato Institucional nº 5.

Na realidade, o Ato Institucional nº 5 nada mais foi do que a resposta do Executivo e, conseqüentemente, dos militares "linha-dura", a liberalização democrática da sociedade, delineada através do movimento das massas, como as greves de Contagem e Osasco, e as passeatas realizadas pelos estudantes, em protesto contra o controle político e social da sociedade brasileira, mantida pelo Governo. Esses movimentos acabaram por contagiar o próprio Congresso Nacional que, como reflexo dos anseios populares, passaram a apoiar a crescente onda de protestos, tornando-se instrumento de denúncias, principalmente dos atos repressivos cometidos pelo Executivo.

Maria Helena Moreira Alves<sup>(42)</sup> ao relatar este momento da política nacional, esclarece que "parlamentares alternavam-se na tribuna para denunciar políticas e abusos do Executivo, registrando-se nos anais do Congresso". Foi exatamente um destes discursos, proferidos por Márcio Moreira Alves que funcionou como a gota d'água. O regime já de há muito se encontrava temeroso de que estes movimentos de protestos pudessem se generalizar e provocar um levante incontrolável, tendo os militares a plena convicção de que precisavam agir com mais rigor, para manter a ordem e principalmente o poder.

(42) MOREIRA ALVES. Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984, cit. p. 129

O discurso de Márcio Moreira Alves caiu como uma luva. Este, político eleito pelo MDB do Estado da Guanabara, tendo em vista a aproximação do "7 de setembro", instigou a população a não comparecer ao desfile como forma de boicotar o governo militar, bem como sugeriu às mulheres que se recusassem a "namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou que participassem ativamente de violências cometidas pelo Estado". Foi o grande pretexto para a crise política. Os militares reproduziram o discurso e distribuíram em todos os quartéis do País. A reação não se fez esperar e passou-se a exigir a cassação de Moreira Alves.

Como estava em vigor o dispositivo constitucional que só permitir cassar um parlamentar caso houvesse a prévia autorização da Casa a que o mesmo pertencesse, o processo teve que seguir os trâmites legais, sendo o requerimento de cassação encaminhado à Comissão de Justiça da Câmara, seguindo para debate em plenário, procedendo-se a votação em sessão conjunta das duas Casas, que concluiriam ou não pela suspensão da imunidade parlamentar. Estes, por um total de 216 votos contra 141 negaram a suspensão da imunidade parlamentar, o que significou uma vitória estrondosa das oposições e uma derrota vergonhosa do governo militar, cuja reação não se fez esperar. Apenas 24 horas após a votação pelo Congresso Nacional do pedido de suspensão da imunidade do Deputado Moreira Alves, o governo edita o Ato Institucional nº 5, datado de 13 de dezembro de 1968.

O Ato Institucional nº 5 não marcava prazo para sua vigência, concedendo ao Presidente da República poderes inúmeros,

tais como: fechar o Congresso Nacional, assembléias estaduais e câmaras municipais; cassar mandatos de parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; demitir, remover, aposentar ou colocar em disponibilidade funcionários federais, estaduais e municipais; demitir e remover juizes; suspensão do "habeas corpus" em crimes contra a segurança nacional; julgamento de crimes políticos pelos tribunais militares; legislar por decreto e expedir outros atos institucionais ou complementares; proibição de exame pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados por pessoas acusadas por meio do Ato Institucional nº 5.

Juntamente com o Ato Institucional nº 5, foi promulgado o Ato Complementar nº 348 que colocou em recesso, por prazo indeterminado, o Congresso Nacional. Ambos os instrumentos, seguidos por uma série de outros mais que foram sendo promulgados paulatinamente pelo governo, propiciaram os anos mais negros da história do Brasil, no que diz respeito ao exercício da cidadania e, conseqüentemente, da democracia. A liberdade de expressão, de locomoção, de pensamento foi estritamente controlada pelo Estado, ocorrendo um aumento significativo da manipulação do executivo e dos militares sobre os cidadãos. Skidmore<sup>(43)</sup> relata que "o Congresso foi expurgado, primeiro de 37 deputados da ARENA, depois de outros 51 parlamentares, começando com Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. Carlos Lacerda, um dos aliados da Revolução, foi igualmente privado dos seus direitos políticos. Muitas assem-

(43) SKIDMORE, Thomas. Brasil. De Castelo à Tancredo. 1964-1985. 2. ed. R.J., Ed. Paz e Terra, 1988, p.166

bléias estaduais, inclusive as de São Paulo e Rio de Janeiro foram fechadas".

Moreira Alves<sup>(44)</sup>, ao concluir sobre os reflexos da implantação do Ato Institucional nº 5 e suas conseqüências, apresenta que, desde a sua promulgação, em 1968, até sua revogação em 1979, o mesmo serviu de justificativa legal para a punição de 1681 pessoas. Isto, logicamente, levando-se apenas em consideração os casos oficiais em que as pessoas foram julgadas "legalmente", ficando de fora um universo até hoje não calculado com precisão, sobre o número de cidadãos que foram presos ilegalmente, torturados e mortos, ou aqueles que, "simplesmente desapareceram".

O Ato Institucional nº 5, foi portanto, um instrumento utilizado largamente por Costa e Silva, como substituto do poder político que o mesmo perdera no decorrer do seu governo, restando-lhe apenas, lançar mão da força armada, garantida através de normas consideradas ilegítimas, se analisadas sobre o prisma da democracia e da liberdade.

Com os sérios problemas de saúde que afetaram o presidente Costa e Silva, em agosto de 1969 precipitam-se as lutas pela sucessão. O cumprimento da Constituição e a imediata posse do vice-presidente Pedro Aleixo é hipótese imediatamente descartada e após sérias rodadas de conversações, assume o Executivo uma

(44) MOREIRA ALVES, op. cit., p. 174.

Junta Militar, formada por Lyra Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica, que permanece no poder de 31.08.69 a 30.10.69, quando é "eleito" o General Emílio Garrastazu Médice, como Presidente do Brasil.

Para que os ministros militares pudessem formar a junta governativa e passar a governar o País, foi baixado, em 31.08.69, o Ato Institucional nº 12, que os autorizava a assumir o Poder Executivo. Esta mesma junta militar foi a responsável pela edição, no dia 17 de outubro de 1969, da Emenda Constitucional nº 1, que passou a ser rotulada, desde então, como Constituição. Esta Emenda concedia poderes extraordinários ao Presidente da República, cabendo a ele a iniciativa de leis que dispunham sobre, entre outros assuntos, matéria financeira; criação de cargos, funções ou empregos públicos ou aumento de vencimentos ou da despesa pública; fixação ou modificação dos efetivos das forças armadas; concessão de anistia relativa a crimes políticos, ouvidos o Conselho de Segurança Nacional; sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução; vetar projetos de lei; exercer o comando supremo das forças armadas; determinar medidas de emergência e decretar o estado de sítio e o estado de emergência; decretar e executar a intervenção federal.

Com a temporariedade da Junta Militar e o agravamento das condições de saúde de Costa e Silva, foi aberto o processo sucessório, sendo formado, então, um colégio eleitoral extra-oficial, composto por 104 generais, que receberia sugestões sobre os

possíveis candidatos, estando claro que o mesmo deveria advir das fileiras do Exército. Os nomes apresentados seriam examinados por um colégio eleitoral menor, composto por 10 generais, que escolheriam três nomes. Estes nomes seriam apreciados por sete generais, que promoveriam a escolha final. Logicamente, muitos conflitos foram gerados até o momento da apresentação da lista final, pois que não havia um consenso entre as Forças Armadas, sobre qual seria o melhor nome, além de que muitos candidatos se apresentaram à disputa. Coube ao Alto Comando do Exército articular-se de forma a conseguir apoio suficiente ao seu candidato, o General Médice, que não aceitava, ele próprio, sua indicação como candidato, bem como conseguir o apoio da Marinha a apresentação deste nome, o que só ocorreu graças à intervenção do ministro da Marinha, Rademaker, que concorreu, para a vice-presidência.

Na lista final dos candidatos militares apresentados, constavam os seguintes nomes: em primeiro lugar, o General Médice, seguido dos nomes de Orlando Geisel, em segundo, Muricy, em terceiro e Syzeno Sarmiento em quarto.

Com a comunicação dos médicos de Costa e Silva de que ele não tinha a mínima chance de retornar à Presidência, o Alto Comando das Forças Armadas reuniu-se nos dias 08 e 09 de outubro e escolheu o nome do General Médice para presidente e de Rademaker para a vice-presidência. Em seguida através do Ato Institucional nº 16, data de 14 de outubro, declarou vago o cargo do Executivo Federal e estipulou a duração do novo mandato que se estenderia até 15 de março de 1974, bem como estabeleceu as re-

gras para a eleição do próximo presidente. O Congresso deveria reunir-se novamente e os partidos apresentarem seus candidatos. Seguindo este Ato, foi baixado o Ato Institucional Nº 17, que fortalecia o poder do Presidente para reprimir a indisciplina militar. Era a fórmula adequada para conter a oposição interna, realizada dentro dos quartéis.

No cumprimento das determinações legais, o Congresso Nacional reaberto, procedeu a "eleição" do novo mandatário do País, e, em 25 de outubro, o General Emílio Garrastazu Médice foi "eleito" pelo voto indireto de 293 deputados e senadores, com a abstenção de 79 votos, dos parlamentares pertencentes ao MDB, e a ausência de outros nove.

Em 30 de outubro de 1969, Garrastazu Médice assume o cargo de Presidente da República, encerrando seu mandato no dia 15 de março de 1974. Com a entrada do General no governo, o Brasil vive os seus piores dias de repressão, acompanhado do dito "milagre econômico" que, em realidade, serviu apenas aos propósitos políticos dos militares, no sentido de justificar externamente sua permanência no poder, uma vez que as reais condições de vida da população, a partir da implementação de sua política econômica, foram se tornando paulatinamente, insuportáveis.



### 2.3 - O Bipartidarismo

Ao tratarmos do problema da representatividade e, conseqüentemente, da democracia, é necessário nos atermos à importância dos partidos políticos no sentido de serem os mesmos os instrumentos legais para a realização da "ponte" entre a sociedade civil e o Estado. Cabe a ele, através de suas atividades, captar os anseios sociais, traduzí-los e provocar sua concretização através da viabilização legislativa desses desejos.

Logicamente esses partidos fazem parte de toda uma estrutura em que o sistema da representatividade é regulamentado através de leis eleitorais. Essas leis, para que haja um mínimo de segurança, devem ser estáveis e constantes a fim de que a sociedade sinta a mais absoluta segurança, no momento de, através do voto, formar o alicerce concreto em que se fundamentará a progressiva consecução dos seus interesses.

Entretanto, pode-se afirmar que, a partir da implantação do regime militar no Brasil, todo o desenvolvimento democrático que vinha acompanhando a estruturação dos partidos políticos sofreu um corte em suas profundezas, haja vista que houve, com certeza, uma regressão na legislação eleitoral que, se não podia ser considerada perfeita, mantinha, até então, uma tendência progressista no sentido de viabilizar a representatividade dos mais diversos grupos sociais.

O Governo que assumiu o País, pós 64, porém, como forma de possibilitar sua manutenção no poder e um total controle sobre a sociedade, principalmente sobre aqueles que lhe eram oposição, passou a impor uma alternância constante das leis eleitorais, a tal ponto de serem elaboradas leis específicas para eleições específicas.

Raimundo Pereira<sup>(45)</sup> declara que, após a implantação do regime militar, " a legislação eleitoral deixou de ser estável e cada eleição teve praticamente uma legislação exclusiva ". Segundo ele, não houve estabilidade nem mesmo quanto às regras do Colégio Eleitoral que funcionava como órgão responsável pela eleição do Presidente da República, uma vez que, a cada nova eleição, novas regras eram estabelecidas e a ratificação dos "candidatos gerais" obedecia leis feitas unicamente para cada uma das ocasiões.

Neste sentido é que várias normas foram sendo baixadas, procurando proporcionar um maior controle do regime sobre os elementos condutores da democracia. Dentre elas, no decorrer do período militar, o mais duro golpe desferido veio sob a forma do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que, no seu art. 18 determinava a extinção de todos os partidos políticos existentes e autorizava a organização da ARENA - Aliança Renovadora Nacional e do MDB - Movimento Democrático Brasileiro, implantando o bipartidarismo no Brasil.

(45) PEREIRA, op. cit., p. 11.

Foi este, sem dúvida, um ato que veio como resposta imediata do governo militar, às derrotas eleitorais sofridas nas eleições realizadas em 03 de outubro, onde os candidatos de oposição saíram vitoriosos em estados importantes da Federação, tais como Minas Gerais, Guanabara, Mato Grosso e Santa Catarina. Para Ferreira Neto<sup>(46)</sup> "a extinção dos partidos políticos, tais como se organizavam naquele momento, via Ato Institucional, recurso de autoridade do Executivo, era uma resposta no sentido de ordenar as forças políticas e talvez visasse descaracterizar a força das legendas e seu significado junto ao eleitorado". Estas medidas, segundo o mesmo autor, pretendiam cercar o poder central de todas as proteções possíveis, a fim de que o aparato governamental não fosse devassado por propostas políticas outras de candidaturas não comprometidas com os militares e com os grupos poderosos que os apoiavam.

Neste momento, é preciso analisar que, com o fechamento de todos os caminhos possíveis de oposição ao Governo, tais como os movimentos sindicais, estudantis e profissionais, restou um só instrumento passível de servir como termômetro da aceitação ou negação ao governo: as eleições. Estas de mecanismo de escolha de representantes para o legislativo e o executivo se transformaram em instrumento de rejeição ao "status quo", apresentando-se como a maneira encontrada pela população de expor, publicamente, a sua "antipatia" ao regime e às condições antidemocráticas impostas, através da força armada, ao País. Apareceram, pois, como a forma

(46) FERREIRA NETO, Edgard Leite. Os partidos políticos no Brasil. S.P., Contexto, 1989, p. 66

de negar a validade do regime militar e de demonstrar sua insatisfação com o mesmo. Os partidos de oposição, em virtude destas considerações, passaram a receber apoio através do voto, o que possibilitou vitórias, principalmente nos estados urbanizados, onde a politização era muito maior e melhor do que nos estados do Norte e Nordeste, onde vigorava, ainda, uma estrutura agrária, fundamentada no fisiologismo e no mandonismo dos proprietários locais, que reviviam de forma um pouco diferenciada o voto de cabresto e os currais eleitorais do início do século, ao bancar transporte, comida e dinheiro para a compra do voto.

Com a implantação do Ato nº 2 e a consequente extinção dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo, proporcionou-se uma considerável desarticulação dos partidos de oposição, que deveriam, a partir de então, apresentarem-se como uma forma de "oposição responsável" a quem caberia a proposição de "críticas construtivas" ao Governo.

### 2.3.1 - A extinção dos Partidos Políticos

Com a edição do Ato Institucional nº 2 e a criação do bipartidarismo, foram considerados extintos todos os partidos políticos existentes no Brasil, a grande maioria deles criados a partir da redemocratização de 1945, onde a queda de Getúlio Vargas propiciara novamente à sociedade, a possibilidade de expressar-se livremente, no que dizia respeito a sua representatividade

partidária.

Através desta Ato, completamente permeado de arbitrariedades, aboliu-se o Partido Social Democrático - PSD; a União Democrática Nacional - UDN; o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; o Partido Trabalhista Nacional - PTN; o Partido Social Trabalhista - PST; o Partido Republicano Trabalhista - PRT; o Movimento Trabalhista Renovador - MTR; o Partido Republicano - PR; o Partido Social Progressista - PSP; o Partido Democrático Cristão - PDC; o Partido de Representação Popular - PRP; o Partido Libertador - PL e o Partido da Boa Vontade - PBV.

Ao analisar este momento, Skidmore<sup>(47)</sup> traz que para os militares a revisão, mais uma vez, do sistema eleitoral, tinha o objetivo de "reiniciar a atividade política abertamente, porém em termos mais responsáveis, pois que os mesmos culpavam o sistema multipartidário, como o originário da crise política brasileira". Para eles, devido às inconsistentes alianças firmadas entre os diversos partidos existentes, os políticos acabavam por cuidar dos seus interesses pessoais, em detrimento dos assuntos nacionais, o que contribuía, para o agravamento da crise, tornando, plenamente justificável, a extinção do sistema partidário, da forma como o mesmo se apresentava.

(47) SKIDMORE, De Castelo à Tancredo, cit, p. 105.

Na seqüência deste Ato, foi editado o Ato Complementar nº 4, datado de 30 de novembro de 1965, onde se estabeleciam as regras para a formação dos novos partidos políticos. Por elas, para se criar um novo partido, este deveria ter, no mínimo, 120 deputados e 20 senadores, não podendo, de forma alguma, usar nomes, símbolos ou siglas das antigas organizações, dificultando, sobremaneira, principalmente as regras referentes ao número de representantes, a criação dos partidos. Tais dificuldades foram agravadas em razão da manipulação e do aliciamento dos organizadores das agremiações favoráveis ao governo, ou seja, embora o Congresso fosse composto por 406 deputados federais e 66 senadores, o que em tese daria para formar três partidos, os governistas conseguiram agrupar em torno de si um total de 250 deputados e 40 senadores, o que determinou a formação de somente mais um partido, e mesmo assim, mais fraco.

Para Raimundo Pereira<sup>(48)</sup>, entretanto, esta nova legislação apenas proporcionou um novo realinhamento dos partidos, "uma vez que continuaram existindo dentro das couraças em que foram artificialmente encaixados". Para ele, a "lei nada mais fez do tapar o sol com a peneira".

Já Maria Helena Moreira Alves<sup>(49)</sup> considera que "o fim dos partidos políticos desarticulou consideravelmente a oposição, permitindo ao governo Castelo Branco aprofundar medidas destinadas a institucionalização definitiva do novo Estado". Através

(48) PEREIRA, op. cit, p. 25

(49) MOREIRA ALVES, op. cit, p. 95

desta normatização, eliminava-se as antigas estruturas e se construía novas, de acordo com as exigências da Doutrina da Segurança Nacional.

### 2.3.2 - A criação da ARENA e do MDB

Com a extinção dos partidos políticos e as exigências do Ato Complementar nº 4, o sistema partidário brasileiro resumiu-se a dois partidos: a ARENA eo MDB, herdeiros dos principais blocos parlamentares existentes.

A ARENA - Aliança Renovadora Nacional, foi consolidada como o partido governamental, sendo composta pela maioria dos políticos que pertenciam a UDN e ao PSD, este em menor número. Também se agruparam à ARENA, deputados e senadores do PTB, PSP e PDC, contando, ainda, com minorias pertencentes ao PTN, PST, PRT, PSB, PR, PL e PRP.

O MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição, acabou agremiando dentro de suas fileiras os políticos que discordaram do golpe de 64, em especial aqueles que advinham do PTB, seguidos de pedessistas. Ainda faziam parte do MDB, representantes da UDN, PDC, PSP, PTN, PST e PSB, estes últimos em menores quantidades.

Analisando a ARENA, pode-se observar que sua criação configura um desejo antigo de unificar a UDN e o PSD que há muito já eram considerados como partidos que lutavam por interesses comuns. Seu discurso, em tese, era permeado de ambigüidade, afirmando, desde logo, ser o seu objetivo fundamental "a vigência dos direitos públicos subjetivos civis, políticos e fundamentais da pessoa humana, começando por estruturar o Estado de Direito". Wamireh Chacon<sup>(50)</sup> comentando tais objetivos, rebate que o mesmo "implicava evidentemente em admitir não haver, então, o tal Estado, nem vigir os "direitos públicos subjetivos civis". A respeito da área social, a ARENA pregava a retomada das propostas do Partido Democrata Cristão, inspirado na democracia alemã, de forma a se estabelecer uma "reforma estrutural da empresa brasileira, de sorte a nela integrar-se o trabalhador, fazendo-o participar de seus lucros e excepcionalmente na sua gestão", o que nunca chegou ao menos a se transformar em projeto-lei para, então, virar realidade.

O mais interessante no discurso da ARENA era sua preocupação com as Forças Armadas, a quem caberia "a execução da política de segurança nacional", devendo, para tanto, ocorrer a sua "reequipação e modernização, através, especialmente do incentivo à pesquisa científico-tecnológica, dirigida em favor da indústria de armamentos a ser igualmente estimulada". Em regra, e seguindo Chacom, pode-se afirmar que as metas da ARENA nada mais eram do que as próprias metas do governo militar que, por

(50) CHACON, Wamireh. História dos Partidos Políticos - discursos e práxis de seus programas. 2. ed. Brasília, Ed. UNB, 1985, p.191.



seu intermédio, busca estabelecer uma fachada de democratização e participação popular no governo. Era como um teatro montado em que deputados e senadores nada mais faziam do que representar o papel a eles propostos.

A atuação da ARENA, em termos eleitorais, iniciou da forma mais brilhante possível, graças, basicamente, às manipulações eleitorais e aos atos arbitrários que eram baixados constantemente para garantir a vitória dos políticos pertencentes à esfera governista, o que não permaneceu por muito tempo, haja vista, a ascensão do partido oposicionista, o MDB.

Contrariamente à ARENA, o MDB trouxe um discurso que procurava ser mais de uma frente ampla do que partidário, fundamentando-se na Declaração dos Direitos do Homem, firmado pelo Brasil em 1948, perante a Organização das Nações Unidas. Adiantava-se à ARENA ao propor pura e simplesmente a revogação do Ato Institucional nº 5 e de todos os instrumentos que limitavam a liberdade do indivíduo. Reivindicava a supremacia da sociedade civil sobre o Estado, expressando-se a primeira sob a forma da comunidade de base, tais como, a escola, bairro, empresa, município, igreja, sindicato, associação, cooperativa, etc. Pregava, ainda, a defesa de melhor distribuição vertical de renda, entre as classes, e horizontal, entre as regiões, com especial atenção as regiões pobres do Nordeste.

A partir de sua criação, o MDB teve sua participação nas eleições por muito tempo limitada. Isto se devia a inúmeros fatores, entre eles a cassação de seus representantes e as articulações eleitorais, onde se estabeleciam normas que favoreciam em grande monta os políticos pertencentes ao partido do Governo. Sua pequena participação devia-se, também, a sua própria incapacidade de organizar-se em vários Estados, em decorrência do cancelamento do registro de muitos dos seus candidatos, uma vez que a Lei de Inelegibilidades, autorizava o impedimento da candidatura de todo aquele considerado contrário aos objetivos da "Revolução". Não se pode esquecer, também, que tinha o MDB contra si, as restrições estabelecidas pela censura prévia, o que coibia em muito todos os discursos a serem prolatados por ele.

Além dessas dificuldades, a partir da edição do Ato Institucional nº 3, a representação política tornou-se estritamente limitada no que dizia respeito aos políticos de oposição, uma vez que o referido ato permitia a cassação de seus mandatos eleitorais. Eli Diniz<sup>(51)</sup>, corroborando tal pensamento, destaca que "as restrições legais e os sucessivos lances de recrudescimento dos instrumentos coercitivos, tornaram particularmente difícil o caminho do MDB, para afirmar-se como partido oposicionista", o que levou seus membros, por várias vezes, a discutir sua dissolução. No entanto, apesar de todos estes fatores contrários, o MDB só não saiu vitorioso, como já era de se esperar, nas eleições realizadas em 1966 e 1970, vencidas por políticos pertencen-

(51) LIMA JR. O Balanço do Poder, cit, p. 77.

tes à ARENA.

Nas próximas eleições de 1974 até a extinção do bipartidarismo, o MDB se projeta como o partido mais votado para o Senado, mantendo uma disputa acirrada contra a ARENA para os cargos da Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Esse crescimento do MDB deveu-se, entre outros fatores, a transferência para seus candidatos, dos votos brancos e nulos, antes tidos como votos de protestos, e agora, segundo Diniz<sup>(52)</sup>, "valorizados como o instrumento capaz de alterar a ordem política em vigor". Igualmente, detectou-se um crescimento do MDB a partir da proposição de uma anticandidatura, em 1973, quando da escolha do sucessor do Presidente Médice.

Esta anticandidatura foi um ato pelo qual, mesmo sabedor da derrota, em razão de pertencer a maioria do Colégio Eleitoral à ARENA e, portanto, favorável à indicação feito pelo regime, o MDB propôs-se, na figura de Ulysses Guimarães, como candidato a presidente e Barbosa Lima Sobrinho, como vice-presidente, a denunciar publicamente a "anti-eleição imposta pela anticonstituição, que homiza o A.I. nº 5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo "habeas corpus" e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a Nação pela censura

(51) O Balanço do Poder, cit. p. 77.

à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema".(Revista Veja, 21.10.92,p.23).

Mesmo perdendo as eleições presidenciais, o MDB, através da campanha da anticandidatura, colheu os frutos um ano depois, quando conseguiu eleger onze senadores, começando uma ascensão que determinou a extinção do bipartidarismo, em 1979.

### 2.3.3 - Os senadores "biônicos"

O crescimento contínuo do partido oposicionista e o medo de uma derrota nas eleições para governadores em 1978 levou o Governo Militar a buscar instrumentos capazes de garantir-lhe, não só a governabilidade, como também vitórias eleitorais, a nível municipal, estadual e federal, mantendo a supremacia da ARENA sobre o MDB.

Tais instrumentos vieram, como não poderia deixar de ser, sob a forma do autoritarismo, onde o Governo Geisel, utilizando-se do pretexto de uma Reforma Judicial que não fora aprovada pelo MDB, imbuído do poder que lhe conferia o Ato Institucional nº 5, fechou o Congresso Nacional, a 01 de abril de 1977 e baixou uma série de reformas constitucionais conhecida como "Pacote de Abril", onde se alteraram principalmente as regras eleitorais.

Na forma de Emenda Constitucional nº 8, datada de 14.04.77, modificou-se o art. 19 da "Constituição" de 1969, que estabelecia que cada estado teria três senadores, com mandatos de oito anos, realizando-se eleições para o Senado de quatro em quatro anos, para a escolha alternada de dois terços e um terço de seus membros. Pela alteração proposta, criavam-se os senadores "biônicos", ou seja, um terço deles seria escolhido pelo Colégio Eleitoral e não mais pelo voto direto e secreto como determinava a Constituição, norma agora aplicável a somente dois terços dos senadores. Desta forma, a cada oito anos, um dos senadores deixaria de ser eleito diretamente e passaria a ser indicado pelo Colégio Eleitoral, de forma bastante artificial. Se o candidato já era escolhido pela maioria do Colégio, a cerimônia da eleição se transformava numa mera encenação teatral.

A denominação "biônico" conforme explica Moreira Alves<sup>(53)</sup>, foi uma expressão criada pelos humoristas, pois "sintetizavam a idéia de serem os mesmos" invencíveis e artificialmente fabricados".

Também por este "pacote" se estabeleceu que as emendas constitucionais exigiriam apenas maioria simples; que todos os governadores seriam eleitos em 1978 pelo voto indireto dos colégios eleitorais estaduais; que os deputados federais teriam o seu número fixado de acordo com à base da população e não do total de eleitores registrados. Assim, a proporção de deputados em relação

(53) MOREIRA ALBES, op cit, p. 195

à população foi reduzida, da proporção de um representante por meio milhão de habitantes, para a de um deputado para um milhão de habitantes. Era a fórmula encontrada para reduzir a influência das Assembléias Estaduais no Colégio Eleitoral.

O "Pacote de Abril" trouxe ainda alterações no que diz respeito à Lei Falcão que regulamentava o uso de televisão e rádio pelos candidatos nas campanhas, determinando que os mesmos não mais poderiam se expressar, ficando apenas permitido que aparecessem no horário eleitoral o nome e o partido do candidato, proibindo-os de promoverem debates ou críticas ao Governo. Ainda trazia a Emenda Constitucional a alteração do mandato presidencial que passava de cinco para seis anos.

Com todas estas alterações, em especial a criação dos senadores "biônicos", tornou-se muito mais difícil ao MDB sua tarefa de fazer oposição, haja vista que grande parte dos seus atos eram de imediato tolhidos pelos tais senadores que, em razão da nova normatização, transformaram o partido governista em uma maioria quase que impossível de ser suplantada, impossibilitando a aquisição do número de assinaturas necessárias para as aprovações legislativas.

Entretanto, apesar de todos os empecilhos "legais" instituídos pelo governo militar, a oposição tornou-se ainda mais crescente, talvez porque ficasse difícil a uma grande parcela da população acreditar no espírito democrático do governo federal, quando, para proporcionar a sua permanência o poder, o mesmo não

se intimidava em lançar mão de instrumentos facilmente detectados como arbitrários e ilegítimos. Para os cidadãos mais politizados, os senadores "biônicos" não passavam de mais um artifício que feria a inteligência do povo brasileiro.

### 3 - A REDEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

#### 3.1 - A distensão e a abertura

O processo de transição política conhecido como ABERTURA, iniciou-se a partir de 1972, quando discussões começaram a se realizar com o intuito de estabelecer a forma com que a repressão poderia ser desarticulada em favor de um sistema aberto. Participaram dessas discussões o Chefe do Gabinete Civil do Governo Médice, Leitão de Abreu, o influente líder católico e cientista político, Cândido Mendes de Almeida, e o professor Samuel Huntington, cientista político de Havard e especialista em políticas de países em desenvolvimento e em regimes militares.

A necessidade de que a transição ocorresse e que houvesse o rompimento do imobilismo político fez com que o Ministro Leitão de Abreu buscasse respostas para as seguintes perguntas :  
" Como pode ocorrer a descompressão em sistemas políticos autoritários e Qual o melhor modelo para o Brasil a esse respeito<sup>(54)</sup> ?

Essas respostas vieram sob a forma de um documento elaborado por Samuel Huntington, intitulado " Abordagem da Descompressão Política ", onde o mesmo estabelecia prioridade máxima à

(54) SKIDHORE, Thomas. Brasil. De Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 323.



institucionalização pelo governo brasileiro que deveria estudar atentamente o sistema de partido único do México quanto à administração de uma sucessão tranquila, apontando ainda a fragilidade dos partidos políticos brasileiros.

A partir deste trabalho, várias discussões surgiram, sendo que em 1973, Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político com estágios na Universidade de Stanford, apresentou num seminário realizado em setembro, base sofisticada para um processo gradual e altamente controlado de libertação política, sob a forma do documento "Estratégias de Descompressão Política". Ao contrário de Samuel Huntington, este defendia como metas primordiais a restauração de seis princípios que, em ordem decrescente de importância, assim se apresentaram: independência do judiciário; liberdade de expressão e de imprensa; "habeas-corpus" e outros direitos individuais; liberdade de organização em apoio de idéias políticas; regras relativas à disputa do poder político; procedimentos legais bem definidos para o uso da coerção.

As posições de Wanderley foram combatidas por diversos setores da oposição, pois a política do mesmo, que determinava a "gradualidade" da abertura era tida como benéfica aos interesses daqueles que justificavam o autoritarismo político. Faziam parte dos opositores, entre outros, políticos como Ulysses Guimarães, Presidente do MDB, que exigia o completo e imediato retorno à democracia e ao império da Lei, e Marcos Freire, senador pernambucano pertencente, igualmente, ao MDB, que considerava estratégia ideal a estabelecida na redemocratização de 45-46, quando Vargas

foi deposto, e convocada, imediatamente, um Assembléia Constituinte que trouxe ao país à normalidade institucional.

A tendência dos militares em favor da "abertura" aconteceu, segundo Walder Góes<sup>(55)</sup>, em razão da problemática que passara a envolver as Forças Armadas após a tomada do poder e a disputa interna pelo mesmo, um vez que o exercício direto do poder político afeta a funcionalidade dos valores corporativos e desestabiliza o sistema como um todo, haja visto uma permanente disputa pelo poder.

Esta disputa tomara forma a partir da doença do General Costa e Silva, em 1969, e a conseqüente abertura para sua sucessão que proporcionou a "partidarização" das Forças Armadas. Walder de Góes explica que a transformação da Presidência da República em posto de provimento militar dependente de votação entre oficiais significava a tácita autorização para que se formassem, dentro das Forças Armadas, blocos políticos - ou partidos - para disputar o poder, e isso configurava a hipótese de Samuel Finer, para quem "toda força militar tende a se dividir quando exerce diretamente o poder político, pois passa a abrigar, em seu bojo, nessas condições, a luta típica dos partidos políticos"<sup>(56)</sup>.

(55) CAMARGO, Aspásia. O drama da sucessão e a crise do Regime. R.J.. Ed. Nova Fronteira, 1984, p.129.

(56) CAMARGO, op. cit. p.128.

O problema aprofundou-se com o aumento das atividades repressivas exercidas pelos setores linha-dura das Forças Armadas que combatiam diuturnamente o "inimigo interno", qualificados como tais todos os opositores ao regime. Este segmento que, a princípio, contara com o apoio dos demais comandos do Exército, Aeronáutica e Marinha, como órgão competentes no combate e repressão das atividades terroristas, posteriormente, dado principalmente à autonomia que foram alcançando, a radicalização ideológica e, conseqüentemente, a violência com que passaram a tratar o assunto passaram, paulatinamente, a ser discriminados e combatidos, uma vez que, em razão da postura adotada, transgrediam os princípios fundamentais que norteiam a Instituição militar tais como, a hegemonia, a disciplina e a hierarquia, comprometendo, assim, a Instituição como um todo, refletindo uma fragilidade, que passou a ser percebida como altamente prejudicial à manutenção do poder.

Tinha-se, pois, dois segmentos bem distintos dentro das Forças Armadas: as Forças Armadas regulares e a Comunidade de Segurança e Informação, determinando a fragmentação da Instituição. Essa fragmentação significava para o General Golbery<sup>(57)</sup> "uma dupla ameaça aos militares brasileiros. A primeira delas era o perigo à fragmentação e argentinização, ou, pior ainda, de "centro americanização" dos militares brasileiros. A outra ameaça era o distanciamento, cada vez maior, entre as forças fundamentalmente

(57) STEPAN, Alfred. Os militares. Da abertura à Nova República. 3. ed. R.J., Ed. Paz e Terra, 1986, p. 44.

moderadas da sociedade brasileira e os militares brasileiros, se a comunidade de segurança permanecesse dominante".

Este estado de coisas, por sua vez, já era perceptível desde meados de 1970, quando Médice, no poder, tentara reduzir as rivalidades e as diferenças, ao estabelecer para o Exército o comando do CODI e DOI, aparelhos que trabalhavam com a repressão aos "inimigos do regime".

Além de todas estas considerações, envolvendo problemáticas nas próprias Forças Armadas, não se pode esquecer que, por melhor que fossem os índices de crescimento e desenvolvimento, dando suporte ao governo militar, o autoritarismo, a partir de um determinado momento se exaure e a necessidade da volta à normalidade democrática se torna premente.

Desta forma, as pressões das oposições de certa maneira, também podem ser consideradas como fatores que levaram à busca de uma descompressão política e, em seguida, à tão propalada abertura. Porém não resta dúvida de que ela, a ABERTURA, ocorreu em razão da necessidade que o alto escalão via de conter o papel político dos militares como forma de manter sua unidade como Instituição, e isto só se tornaria viável com a normalização política, ou seja, o retorno dos civis ao comando do governo e, consequentemente, a volta dos militares ao quartel.

Logicamente, este retorno deveria ser gradual, evitando, assim, um choque brusco de interesses que inviabilizasse a redemocratização e proporcionasse a volta de um autoritarismo muito mais repressivo. Tem-se, então, a "abertura lenta, gradual e irrestrita" do General Geisel, sendo que a sua própria eleição foi articulada em razão do seu comprometimento com o aperfeiçoamento do regime político no país.

A afirmação, entretanto, de que Geisel tenha sido eleito com o propósito específico de promover a abertura, recebe várias contestações, uma delas do próprio Alfredo Stepan<sup>(58)</sup> para quem "não há evidências de que Geisel tenha sido escolhido para realizar uma mandado de abertura", opinião não seguida por Walder de Góes<sup>(59)</sup>, quando o mesmo destaca que a percepção na Alta hierarquia de que havia em razão das situações debatidas, um comprometimento da unidade das Forças Armadas, e que este somente seria eliminada mediante a contenção do papel político dos militares, criaram condições propícias à candidatura presidencial do General Ernesto Geisel.

A posse de Geisel inaugurou, segundo Moreira Alves<sup>(60)</sup>, uma nova etapa na instituição do Estado brasileiro. A primeira, durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, estabeleceu o Estado de Segurança Nacional exemplificado na Constituição autoritária de 1967. A segunda fase, ocorrera de 1969 a 1973, com

(58) STEPAN, op. cit. p. 45.

(59) CAMARGO, op. cit. p. 130.

(60) MOREIRA ALVES. Estado e Oposição, cit. p. 185.

o desenvolvimento do modelo econômico e o Aparato Repressivo, ampliando o quadro legal da repressão e coerção.

Neste período, procurava-se uma nova base de legitimidade, "estritamente vinculada a instituições corporativas flexíveis, o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico".

Havia, pois, por parte do Presidente Geisel, a proposta de um "gradual e seguro aperfeiçoamento democrático".

Para René Dreifus<sup>(61)</sup> "a transição processou-se de forma lenta e gradual (assim definida pelo então Presidente Geisel), além de segura - para as elites dominantes. Durou doze longos anos e passou por vários estágios: descompressão, (1975-1977), distensão (1978-1979), abertura (1980-1984) e presidência civil tutelada (1985 em diante). Traz o autor, ao comentar a abertura, o parecer de Hélio Pelegrino, onde o mesmo destaca : "afirmar que no momento da abertura estava ocorrendo uma democratização no Brasil é, no mínimo, um despaupério a galope, uma vez que na realidade o que ocorreu foi uma anistia exígua, mas preocupada em garantir a impunidade dos torturadores do que promover uma democratização segura, o mesmo sucedendo com a liberalização da imprensa, que, na prática, já ocorria. Foi, segundo ele, nada mais do que uma "certo clima de desafogo consentido" que permitiu ao

(61) DREIFUS, René Armand. O jogo de Direita. R.J., Vozes, 1989, p. 43.

movimento social exprimir-se com mais vigor e combatividade", sendo a soberania popular mantida sob o comando militar. Para Hélio Pellegrino, "se democracia é regime do povo pelo povo e para o povo, na qual todo poder emana dele e em seu nome é exercido, não há legitimidade democrática senão através de eleições, por intermédio do qual, o mesmo, realmente, se pronuncia".

Em termos gerais, a política do governo Geisel dita de "distensão" correspondia a um conjunto de medidas de liberalização cuidadosamente controlada, correspondendo à política oficial de "continuidade sem imobilidade". Moreira Alves<sup>(62)</sup> explica que a "continuidade" significava uma política de fiel obediência às linhas-mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido pela Doutrina de Segurança Nacional e, sem imobilidade, exprimia-se no plano governamental de dar uma passo adiante na liberalização progressista para um retorno à democracia.

Assim sendo, a distensão seria conseguida através de caminhos bem delimitados : primeiramente, a suspensão parcial da censura prévia, seguida de discussões e negociações com as oposições, sobre a forma de como seriam delimitados os tratamentos dos direitos humanos. A seguir, se procediria a uma reforma eleitoral, visando melhorar o nível de representatividade, bem como, em ato contínuo, revogadas as medidas coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5, instrumento primaz da repressão.

(62) MOREIRA ALVES, op. cit. p. 186.

A idéia final a ser atingida com todas essas ações era possibilitar o que Geisel denominava de "democracia relativa" ou "democracia forte". Na democracia relativa, apesar da liberalização, o Estado manteria instrumentos capazes de lhe instrumentar em situações de emergência, suspendendo, então, as garantias e os direitos individuais, dotando, ao mesmo tempo, as instituições políticas de uma participação limitada no processo decisório. Procurava-se, nesta fase, acatar algumas exigências da oposição de elite, buscando a ampliação das bases de sustentação do Estado. Moreira Alves<sup>(63)</sup> apresenta, ainda, que "uma das características da institucionalização do Estado em sua fase de distensão era a busca de uma maior legitimidade pelo fortalecimento eleitoral".

Esse processo de liberalização, entretanto, não foi nada fácil nem contínuo. As pressões contra a redemocratização, vindas principalmente das próprias camadas militares, através da facção denominada de "linha-dura", detentores do aparelho repressivo, bem como das derrotas do governo no plano eleitoral, fizeram com que contrapassos ocorressem e a transição política se estendesse por um período extremamente prolongado.

Um dos principais contrapassos veio com a vitória eleitoral do MDB nas eleições de 1974. A idéia de que o crescimento econômico e a performance da ARENA em 1970 se repetiriam, garan-

(63) Estado e oposição, cit. p. 186.



tindo ao governo os mesmos resultados positivos, fez com que o Estado baixasse sua guarda.

O acesso do MDB aos meios de comunicação, utilizados agora como instrumentos de campanha, possibilitou ao mesmo que chegasse às grandes massas e levasse, de forma direta, sua mensagem de repúdio ao autoritarismo. A campanha pelo voto nulo que havia pautado às eleições de 1970, agora se constituía, segundo Evaldo Vieira, "na luta pela vitória do Estado de Direito e as garantias constitucionais"<sup>(64)</sup>. A agressividade desta campanha eleitoral do MDB fez com que vários outros setores de oposição viessem em seu apoio, proporcionando, no final das eleições, um significativo aumento de sua representatividade no Congresso Nacional. Pela primeira vez, desde o golpe de 1964, o MDB ficava com o voto da maioria do eleitorado para o Senado.

O governo teve que, para garantir a manutenção do poder, pois se a mesma não fosse controlada a oposição poderia sair vitoriosa nas próximas eleições, comprometendo o equilíbrio do Colégio Eleitoral, tomar medidas arbitrárias que surgiram como retrocesso ao processo de democratização.

Após pesquisar e descobrir que a vitória eleitoral do MDB tinha muito a ver com a liberalização dos meios de comunicação que proporcionara ao mesmo a possibilidade de debater ardua-

(64) VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira 1964-1984. S.P., Ed. Moderna, 1985, p.43.

mente os aspectos falhos do regime em vigor, tais como, o autoritarismo, a repressão, a agressão aos direitos individuais, numa ação extremamente arbitrária, baixou o governo o Decreto Lei nº 6639, intitulado de Lei Falcão, em razão de ter sido elaborada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão. Tal normatização restringia a utilização do rádio e da televisão pelos partidos políticos, estabelecendo que, a partir de então, só seria permitido a exposição da denominação do candidato, seu número e seu currículo, com a apresentação de uma fotografia, no caso dos programas de televisão. Estava feito o recuo.

Sofreu, ainda, a transição vários outros golpes vindos dos próprios aparelhos repressivos do Estado. Destaca-se, em primeiro a morte do jornalista Vladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, de São Paulo, que, após torturado nas dependências do DOI-CODI do II Exército, foi assassinado no dia 25 de outubro de 1975. A justificativa apresentada pelas autoridades repressoras de que o mesmo teria se suicidado em sua cela, com o cinto do macacão, não conseguiu credibilidade junto à sociedade civil que tinha plena consciência do que ocorrera. Herzog havia sido assassinado porque era tido como um "inimigo interno" do regime, à medida que, como jornalista da TV Cultura, participava ativamente das denúncias contra as arbitrariedades que diuturnamente ocorriam.

Sua morte suscitou enorme mobilização popular, iniciando uma nova fase da luta do povo em prol da democracia. Uma semana após a morte de Herzog, setores combativos das sociedades par-

ticiparam de um culto ecumênico em sua memória, celebrado na Catedral da Sé, centro de São Paulo. Mais de oito mil pessoas fizeram a primeira manifestação pública depois do Ato Institucional nº 5, superando o medo e desafiando os órgãos repressivos. Estes nada sofreram de imediato, a não ser a repreensão de Geisel e sua afirmação de que não mais toleraria este tipo de atitude, sem o seu prévio conhecimento. Para a maioria das oposições, o processo de ABERTURA estava totalmente comprometido. A ratificação da versão do "suicídio" de Herzog levava a crer que tudo estava acabado, e a "regressão da transição" confirmada.

Outro fato, entretanto, igualmente bárbaro, veio abalar novamente a sociedade. Menos de quatro meses após a morte de Herzog, outra pessoa é assassinada nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Tratava-se do operário metalúrgico e militante sindical Manoel Fiel Filho que, após preso e torturado, foi eliminado pelo órgão de repressão, que apresenta, em sua defesa, a mesma tese do suicídio.

Desta vez, entretanto, Geisel toma uma atitude inesperada, e cumprindo o que prometera, no sentido de não admitir mais este tipo de ação, demite sumariamente, sem ao menos consultar o ministro do Exército, o General Eduardo D'Avila Mello, comandante do II Exército e o substitui pelo General Dilermando Gomes Monteiro, militar contrário à excessiva autonomia dos aparelhos de repressão. A luta entre os linhas-duras e os que tentavam implementar a redemocratização assume a partir daí, proporções dramáticas. O conflito entre o poder constituído, representado pelo

Presidente Geisel e as forças que comandavam a repressão, chegara a um impasse, onde todos os planos da transição, lenta, gradual e irrestrita, teriam obrigatoriamente, de ser colocados a limpo para que a credibilidade da sociedade civil não se esvaísse.

Entretanto, conforme destaca Skidmore<sup>(65)</sup>, "esta demonstração de força de Geisel dentro dos meios militares teve um prego. Para manter o apoio da oficialidade, ele agora tinha de demonstrar, no meio político civil, a mesma dureza contra a corrupção e a subversão, como os castelistas a definiam", e esta veio sob a forma de uma série de "pacotes" que foram sendo baixados e que, mais e mais foram "amarrando" as ações dos setores progressivos e oposicionistas da sociedade.

Também os militares "linha-dura", cientes da necessidade de demonstrar que ainda existia um "inimigo interno" a ser combatido para que pudessem manter sua dominação e poder, modificaram sua forma de ação e passaram a atacar pessoas isoladas e entidades que se identificavam com posturas mais progressistas.

Desta forma, várias bombas foram atiradas contra a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e contra a ABI - Associação Brasileira de Imprensa, ambas no Rio de Janeiro. Em São Paulo, os atentados foram contra a sede do CEBRAP : Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Foi assassinada, ainda, no mesmo ano de

(65) SKIDMORE, op. cit. p. 349.

1975, em um atentado terrorista, camuflado de acidente de automóvel, a estilista Zuzu Angel, mãe de um desaparecido político Stuart Edgard Angel Jones. Também foi sequestrado, em 20 de setembro, o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, árduo defensor dos direitos humanos da Região de Nova Iguaçu que, após ser torturado, foi abandonado nú, sendo seu carro explodido na frente da sede da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, órgão que primeiro se posicionou contra as atrocidades que passaram a ser cometidas pelos aparelhos repressivos do Estado Militar, lutando a favor das garantias dos direitos individuais dos cidadãos.

Todo este acúmulo de ações coercitivas, vindas ao mesmo tempo do poder constituído e dos aparelhos repressivos, fizeram com que o povo brasileiro vivenciasse um dos períodos mais negros de sua história, no que diz respeito à liberdade e garantias individuais. Tal situação levou a que vários setores da sociedade civil passassem a exercer pressões sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre o Presidente Geisel. Este, conforme relata Evaldo Vieira<sup>(66)</sup> proclamava que não aceitaria pressões, e caso persistissem, estas seriam respondidas com repressão. Em suas declarações à imprensa, em agosto de 1975, Geisel chamava de "indisfarçável saudosismo" os pedidos de extinção do Ato Institucional nº 5 e do Decreto Lei nº 477 que estabelecia o controle sobre as Instituições Educacionais, apontando, ainda, as infiltrações

(66) VIEIRA, op. cit. p. 44.

comunistas na imprensa, nos sindicatos, na administração pública e nos partidos políticos.

A partir de 1977, com o "Pacote de Abril" começam a se alastrar pelo país inteiro, críticas ao regime e a não realização da abertura prometida por Geisel. Destacam-se, neste momento, a Ordem dos Advogados do Brasil, que, em maio de 1978, publica a Declaração do Advogado, onde relaciona suas exigências para a mudança da organização jurídica e política do Brasil; a Igreja Católica que, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, combate a violência e a tortura, passando a ser " a voz dos que não têm voz "; a Associação Brasileira de Imprensa, órgão denunciador contumaz das arbitrariedades relativas ao controle da livre manifestação do pensamento e os estudantes que, apesar da repressão enérgica da polícia, promoveram protestos múltiplos, exigindo a redemocratização do país. Estes, de acordo com a descrição de Edgard Luiz de Barros<sup>(67)</sup>, podem ser considerados como "um dos setores mais importantes nesse renascimento da vida política autônoma. O movimento Estudantil em São Paulo, Rio, Brasília, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e todos os demais centros populacionais expressivos ressurgiu com vigor, redobrado na luta pelas Liberdades Democráticas.

(67) BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. S.P. Contexto, 1991, p. 84.

Superando o massacre de 1968, os universitários saíram novamente às ruas, em grandes atos públicos e passeatas, promovendo "Dias Nacionais de Luta", "Semana da Anistia" e o "III Encontro Nacional dos Estudantes", com a finalidade de reconstruir a UNE. Também o Comitê Brasileiro pela Anistia, formado principalmente por parentes de presos políticos, por denunciar os "desaparecimentos" e a necessidade de se promover a anistia dos militantes, colaborou, principalmente, a nível de pressão externa para que a Lei da Anistia fosse aprovada, sendo que estas denúncias incomodavam sobremaneira o governo, uma vez que "denegriam", a nível internacional, a imagem de democracia que o Estado Militar pretendia passar, principalmente através de sua tática de manter a realização de eleições periódicas para todos os cargos do Executivo, mesmo que a maioria delas, de forma indireta e totalmente manipuladas por legislações escusas e tendenciosas.

Esta forte oposição, sofrida nos mais diversos flancos do Estado e promovida pelos variados segmentos sociais, estabeleceu a necessidade de o Estado dialogar com a sociedade, vindo este diálogo na forma de uma série de encontros com líderes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e da ABI - Associação Brasileira de Imprensa, e também com representantes da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde o Presidente Geisel se comprometia a desativar os instrumentos sustentadores do autoritarismo.

Desta forma é que, em outubro de 1978, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 11, que tinha, entre sua principal determinação a extinção do Ato Institucional nº 5, eliminando a possibilidade do chefe do Poder Executivo de fechar o Congresso, cassar parlamentares ou privar os cidadãos dos seus direitos políticos. A Emenda restabelecia o "habeas corpus" para as pessoas detidas por motivos políticos, suspendia a censura prévia para o rádio e a televisão e abolia as penas de morte e a prisão perpétua. Restaurava a independência do judiciário, através da garantia do exercício do cargo e pela despolitização das decisões sobre os salários dos juizes e as atribuições dos tribunais, voltando as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade.

Entretanto, com afirma de Barros<sup>(68)</sup>, "o anteprojeto das reformas suprimia instrumentos mais nitidamente discricionários da legislação vigente, sem alterar, no entanto, a face autoritária do regime", uma vez que era preservada a Lei de Segurança Nacional e mantidas as dezenas de Atos Institucionais e Complementares que perderiam apenas os dispositivos que "contrariassem a Constituição", não revogando o Pacote de Abril, nem a Lei Falcão, criando, ainda, uma nova figura discricionária, ou seja, nos Arts. 155-158 da Emenda, o Executivo adquiria amplos poderes para decretar "medidas de emergência", "estado de sítio" ou "estado de emergência", medidas estas que podiam ser renovadas por mais de

(68) BARROS, op. cit. p. 92.



120 dias sem aprovação legislativa. Esses novos instrumentos possibilitavam ao governo a suspensão das garantias legais, nomeação de governadores, imposição de censura.

Novamente sofreu o governo as críticas contumazes da oposição, e num novo ato de reconciliação política, revogou, no final de 1978, os decretos de banimentos de mais de 120 exilados políticos, excluindo, entretanto, os políticos mais famosos, como Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes.

Já ao final de seu mandato e, buscando criar condições para que a "transição política" fosse mantida e que a política da abertura lenta gradual e irrestrita continuasse seu rumo sobre trilhos previamente delimitados, Geisel tratou de fazer seu sucessor, cuidando disso pessoalmente. Escolheu para tal, o General João Baptista de Figueiredo, no que sofreu a oposição no Ministro do Exército, General Sílvio Frota, que se identificando com as oposições, almejava o posto de presidente. Novamente Geisel fez valer sua autoridade sobre a instituição castrense e demitiu Frota que, não contando com o esperado apoio militar, simplesmente amargou na reserva sua frustração.

Além da pressão interna sofrida com a candidatura do General Frota, o governo teve que debelar a indicação, pelo MDB, de um candidato de oposição que, para concorrer com o General Figueiredo, apresentou o nome do também General Euler Bentes Monteiro, conhecido como liberal e nacionalista, demonstrando que, mesmo dentro das Forças Armadas, ainda continuavam a existir con-

flitos, obrigando, segundo constava Vieira<sup>(69)</sup>, "muitos deles a caminhar para o lado das oposições". Esta candidatura não chegou, porém, a abalar a sucessão preparada por Geisel. Com um Congresso totalmente solícito, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo foi eleito presidente do Brasil, tomando posse, juntamente com seu vice, o civil Aureliano Chaves, no dia 15 de março de 1979, assumindo em seu discurso inicial o compromisso de "assegurar uma sociedade livre e democrática". Tinha a incumbência de acelerar a flexibilidade política e promover reformas sem abalar as Forças Armadas. Era a missão deixada por Geisel, e o motivo pelo qual o mesmo havia sido eleito.

O primeiro passo rumo à ABERTURA da era Figueiredo veio com a Lei da Anistia. Mandada ao Congresso sob a forma de projeto no dia 27 de junho, foi aprovada dois meses depois em uma votação apertada de 206 votos contra 201, pois contava com a oposição do MDB que a considerava muito longe da proposta de anistia ampla, geral e irrestrita almejada pela população, isto porque, apesar de ter sido, de acordo com Maria Helena Moreira Alves<sup>(70)</sup>, "o resultado de intensas negociações entre o governo e as oposições", a referida lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada, assim como aos presos políticos condenados segundo a Lei de Segurança Nacional por tentar reorganizar um partido político ilegal. O mais grave de tudo era que a lei continha um perdão incondicional aos integrantes do aparato repressivo, res-

(69) VIEIRA, op. cit. p.53.

(70) MOREIRA ALVES, op. cit. p. 268

ponsáveis, segundo Skidmore<sup>(71)</sup>, "pelo sumiço de 197 brasileiros, que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964". Com isso, eliminava-se a possibilidade de virem os mesmos, no futuro, a responder pelos atos violentos praticados contra os milhares de brasileiros que foram perseguidos pelo regime.

Apesar de restrita e de apresentar-se longe das aspirações dos vários grupos pró-anistia que foram sendo criados não só no Brasil como também no exterior, durante todos os anos que se seguiram ao Golpe de 1964, com a finalidade de libertar os presos políticos e os exilados, devolvendo-lhes o direito de cidadão brasileiro, a Lei da Anistia permitiu a volta ao Brasil de inúmeros exilados, inclusive Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves e outros políticos de renome e de extrema importância para a vida política do país, dando-lhes, ao devolver seus direitos políticos, a oportunidade de mais tarde candidatarem-se, como o que aconteceu com Brizola que, em 1982, é eleito governador do Rio de Janeiro. Representou, assim, um avanço, pois significou a possibilidade de reabilitação de milhares de brasileiros e o retorno ao país de centenas de exilados.

Outro passo político importante de Figueiredo foi a reforma partidária que estabeleceu a extinção do bipartidarismo instituído pelo Ato Institucional nº 2, de novembro de 1965.

(71) SKIDMORE, op. cit. p. 424

Através da Lei nº 6767/79, eram extintos a ARENA e o MDB, e se estabelecia a nova forma de reorganização dos partidos. Em tese, tratava-se de um artifício criado por Figueiredo para evitar novas derrotas eleitorais.

Com a extinção do MDB e a criação de uma série de exigências para construir-se um novo partido político, o governo esperava desestruturar o MDB e, conseqüentemente, enfraquecer a força da oposição. Era a forma de articular a montagem do Colégio Eleitoral, garantindo a manipulação do órgão que elegeria seu sucessor.

Apesar disto, entretanto, a reforma partidária possibilitou a entrada no cenário político de novas frentes de oposição, como o caso do Partido dos Trabalhadores, fundado pelo líder metalúrgico, Luiz Inácio da Silva, e aglutinador das forças de esquerda, representadas pelas comunidades eclesiais de base, sindicatos, estudantes.

Sofreria, entretanto, a abertura de Figueiredo, tantos contrapassos quanto o projeto de distensão de Geisel, uma vez que, mesmo controlada pelo Planalto, através de uma infinidade de mecanismos criados pelo governo, era vista como excessiva pelos militares "linha-dura" e seus aparelhos repressivos que, com o objetivo de reverter o processo, promoveram do final de 1979 até início de 1981, uma série de atentados que atingiram em cheio o projeto democratizante almejado pelo país.

Estes atentados iam, desde a explosão de bancas de jornais, onde os proprietários comercializavam periódicos independentes, até atos de autêntico terrorismo, como o que atingiu a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mutilando o funcionário José Ribamar, tio de um vereador oposicionista. Entre as ações mais graves, no entanto, encontram-se a explosão de uma bomba na sede carioca da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, ocorrida em 27 de agosto de 1980, onde foi assassinada a secretária do então presidente Seabra Fagundes, Lyda Monteiro, e o atentado ao Rio Centro, também no Rio de Janeiro, em que, na noite de 30 de abril de 1981, dois agentes do DOI-CODI, o sargento Guilherme Pereira Rosário e o capitão Luiz Chaves Machado, instruídos pelo Centro de Informação do Exército - CIEX, tentaram explodir um bomba durante a realização de um show em comemoração ao 1º de maio com uma platéia de, aproximadamente, 20 mil pessoas.

A intenção era promover a explosão e culpar elementos pertencentes a grupos guerrilheiros, aventando-se, assim, a necessidade de que os aparatos repressivos, anti "inimigo interno" retornassem suas missões salvadoras. Um erro de cálculo fez com que, ao manusear a bomba, ainda na área oficial do ginásio, o sargento Guilherme viesse a explodí-la, morrendo na hora, ficando seu acompanhante, o capitão Wilson, seriamente ferido. Mesmo com as várias explicações oficiais, ficou mais que claro a sociedade brasileira que os atos agressivos partiram do CIEX, versão esta confirmada pelo próprio presidente Figueiredo que, dez anos após o episódio, comentaria: "Dizem que foi o SNI, mas o Rio Centro foi coisa do CIEX".

### 3.2 - As eleições de 1982

Apesar de todos os transtornos sofridos por Figueiredo em razão da pressão exercida não só pela sociedade civil, ávida por maior participação política, mas também pela linha conservadora das Forças Armadas que se negavam a deixar o exercício direto do poder, a política de abertura previamente traçada, mantinha-se dentro do Plano Mestre de liberalização controlada, proposto por Golbery e Geisel.

Para que essa liberalização, entretanto, permanecesse dentro dos moldes desejados, necessitava o governo de amearhar para si uma legitimidade, que só poderia vir das urnas, motivo pelo qual, após várias negociações feitas com as frentes oposicionistas durante o ano de 1981, foram marcadas as eleições diretas de 1982, sendo que, pela primeira vez, após a implantação do regime militar, o governo promovia eleições plenamente livres, dela podendo participar todos os partidos políticos que tenham conseguido "vencer" os obstáculos impostos pela reforma partidária e eleitoral.

Nestas eleições, o eleitorado votaria em candidatos para todos os níveis, com exceção do cargo de presidente da República que se mantinha como função do Colégio Eleitoral. Seriam escolhidos desde vereadores, prefeitos municipais das capitais não consideradas de segurança nacional, deputados estaduais, deputados federais, senadores até governadores de Estado. Estes,

eleitos após 16 anos de eleições indiretas.

Retomava, portanto, a sociedade o poder de retornar ao exercício livre de democracia, demonstrando sua vontade através do voto. Entretanto, tal demonstração de liberdade política promovida pelo Executivo era limitada às manobras do próprio Estado que, através de uma série de ações, já previamente instituídas, procurava garantir, de todas as maneiras, a vitória do partido situacionista, o PDS. Estas manobras se evidenciaram na Reforma eleitoral de 1979, promovida por Figueiredo, onde a fidelidade partidária, a proibição de coalizões, o voto vinculado, bem como a regra que estabelecia somente poder o candidato renunciar a sua candidatura caso seu partido se retirasse das eleições, prejudicavam sobremaneira a escolha livre e individual do cidadão. A manipulação ainda era fortalecida com a permanência da Lei Falcão, onde somente era permitido aos candidatos apresentarem seu nome e número nos programas eleitorais gratuitos, diminuindo as chances das oposições de promoverem debates mais amplos, onde pudessem expor a real situação econômica, política e social da sociedade brasileira.

Tais formas de manipulação concretizam a idéia defendida por Raimundo Pereira<sup>(72)</sup> de que "as eleições no Brasil jamais foram livres e limpas", e que a sensação de liberdade que acompanharam as eleições de 1982, nada mais foi do que a mascaração da

(72) PEREIRA, op. cit. p. 89-90

própria realidade. A utilização do voto como sustentador do regime militar foi um artifício amplamente utilizado durante todo o período autoritário, e, em nenhum momento, representou real processo de participação democrática, à medida que foi manipulado, diuturnamente, por sucessivas legislações que eram alteradas de acordo com a necessidade imediata do governo. Destaca o mesmo autor que "o fato das eleições de 1982 terem ocorrido num clima de maior liberdade, deu-se também às causas econômicas e sociais: o regime encontrava-se corroído por uma crise econômica sem precedentes, com dissensões internas sérias e com força apenas para manobras defensivas, tais como o restabelecimento do pluripartidarismo, a anistia parcial e os reajustes semestrais".

Vale ressaltar que o PDS, partido dos situacionistas contava, além das vantagens decorrentes das próprias normas legais, com toda uma máquina governamental, instituída durante o Regime Militar.

Apesar destas dificuldades, das insistentes tentativas de sabotagem da "linha-dura" e também do pessimismo do próprio eleitor, as eleições foram realizadas no dia 15 de novembro de 1982, e contou com a participação de um número expressivo de votantes, totalizando algo superior a 45 milhões de pessoas, que foram às urnas manifestar-se por determinados candidatos. Nem todos, entretanto, puderam votar, pois ainda eram impedidos de fazê-lo os analfabetos e aqueles que residissem nas capitais e nos municípios considerados áreas de segurança nacional.



O resultado das eleições revelaram, imediatamente, apesar de todas as manipulações do governo, uma derrota inevitável do partido governista. O voto, como forma de repúdio a todo o "status quo", consagrou as oposições que saíram vitoriosos nos estados mais populosos e mais desenvolvidos do país. Assim é que o PMDB elegeu os governadores de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará e Goiás. O PDT, de Leonel Brizola, conquistou o governo do Rio de Janeiro, restando ao PDS os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O quadro político do país se alterava, pois, profundamente com a conquista pelas oposições de dez governadores de Estado, totalizando 13.029.332 votos, cobrindo 74,90% do PIB, enquanto o PDS ficava com 7.807.696 votos, correspondentes a 23,90 % do PIB.

Na Câmara dos Deputados, o PDS também se transformava em minoria, elegendo apenas 235 deputados federais, contra 244 das Oposições: PMDB - 200; PDT - 13; PT - 8. No Senado Federal elegeram-se 25 representantes : 15 do PDS, 9 de PMDB e 1 do PDT. Apesar da ampla vitória dos partidos de oposição, o governo federal manteve sua superioridade no Congresso Nacional, em virtude das alterações instituídas pela "Pacote de Abril" editado pelo então presidente Geisel e que estabelecia, entre outras normatizações, uma maior representatividade dos Estados do Nordeste, em razão de um limite mínimo de representantes, independente do nú-

mero de habitantes, bem como a criação dos senadores "biônicos, eleitos indiretamente, através da indicação de um Colégio Eleitoral, obviamente controlado pelo Executivo.

Assim, embora tivesse a oposição recebido 59 % dos votos, não conseguiu fazer uma maioria no Colégio Eleitoral, formado por ambas as casas mais seis representantes do partido majoritário em cada estado, ficando o PDS com um total de 356 representantes contra 330 das oposições reunidas. Estava garantido ao governo o controle sobre o órgão responsável pela indicação do futuro presidente, a maior de todas as preocupações do regime, apesar da agravante de deterem as oposições, a partir das eleições o controle de estados-chaves, como o caso de Franco Montouro em São Paulo, Tancredo Neves, em Minas Gerais, José Richa no Paraná e Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

### 3.3 - A campanha das Diretas-Já

Apesar da ampliação das eleições de 1982, atingindo praticamente todos os cargos eletivos, faltava, ainda, para o restabelecimento da "plenitude" democrática, que pudesse o povo escolher o seu representante maior, o Presidente da República, eleito desde 1964, através de um mecanismo arcaico, antidemocrático e ultrapassado - o Colégio Eleitoral. Este se mantinha como fonte maior da arbitrariedade, à medida que seus componentes eram, na realidade, representantes de uma elite que, acima de tudo, privi-

legiava seus próprios interesses, esquecendo-se de que o Brasil pertencia aos brasileiros.

O voto, exercido por estes componentes, de forma alguma expressava os anseios do que a sociedade exatamente queria, e nada mais significava que a confirmação do nome previamente escolhido pelas Forças Armadas que se autodeterminara, após a vitória da "revolução redentora" a digna representante da vontade e do interesse de toda a população. A eleição para Presidente era, pois, nada mais do que um tristonho teatro, em que, um nome já escolhido pelos militares, era ratificado na hora da "eleição presidencial", por um Congresso cuja composição era amplamente manipulada, uma vez que, graças aos senadores biônicos e a inclusão de seis deputados estaduais por unidade da Federação, do total de 686 componentes, 361 pertenciam ao PDS contra 325 das oposições, isto, apesar de, nas últimas eleições, ter os partidos oposicionistas conquistado 23 milhões de votos contra apenas 17 milhões do PDS. Este seria o Colégio Eleitoral que decidiria o sucessor de Figueiredo, cujo mandato se encerraria em 1984.

Ocorre que toda a crítica situação econômica em que se encontrava a sociedade brasileira, com seus salários corroídos pela inflação e a miséria batendo à porta, atingindo níveis sociais antes inimagináveis, fizeram que uma rejeição ao "status quo" fosse se estabelecendo e a legitimidade do Colégio Eleitoral passasse a ser contestada, vislumbrando-se como única saída, a eleição direta para a Presidência, onde um representante eleito pela maioria dos votos, adquirisse real legitimidade para reali-

zar as transformações necessárias e tão esperadas pela sociedade, legitimidade esta que as eleições indiretas não mais conseguiam sustentar. Não era possível, num país onde se implementava uma política de distensão e abertura, de liberalização e democratização, que se permanecesse escolhendo, via indireta, o chefe do Poder Executivo.

Com o objetivo de alterar esta regra, inteiramente ultrapassada, foi que o Deputado do PMDB, Dante de Oliveira, apresentou, em março de 1983, uma emenda constitucional propondo a realização de eleições diretas imediatas para presidente e vice-presidente da República, por meio de voto popular.

A princípio, tal emenda não mereceu a atenção de mais de meia dúzia de parlamentares, mas foi, paulatinamente aparecendo como a única luz no fundo do túnel. Para Ricardo Kotscho<sup>(73)</sup>, era "a única bandeira que pintava no horizonte, como o primeiro passo para a reconstrução do país, dilapidado, humilhado, torturado, quase dizimado pela ditadura dos últimos 20 anos ...". Essa bandeira passou a ser erguida pelos líderes peemedebistas, a partir do momento em que perceberam que estava recebendo um forte apoio popular e de vários segmentos das oposições, tais como do Cardeal Arns e Dom Ivo Lorscheiter, pertencentes a CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a ABI - associação Brasileira de Imprensa, Jornal Folha de São Paulo que, através de seu

(73) KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil. S.P., Ed. Braziliense S/A, 1984, p.11.

proprietário, Otávio Frias de Oliveira, resolveu dar prioridade a cobertura da campanha das Diretas-Já.

Outros líderes de peso, como Lula, presidente do PT, os governadores Leonel Brizola, Franco Montoro e Tancredo Neves, os políticos Teotônio Vilela, (ex-PDS, e PMDB a partir de 1979) e Ulysses Guimarães, este posteriormente considerado em razão de sua atuação, o "Senhor Diretas", passaram a ver na campanha das diretas, a oportunidade de o Brasil se reencontrar como Nação Democrática.

Assim é que, a partir dos últimos meses de 1983, a campanha pelas "Diretas-Já" tomou forma e corpo, gerando, segundo Skidmore<sup>(74)</sup>, "um ímpeto próprio. Cidade após cidade, o público reagia entusiasmadamente, mobilizado pela oposição que geralmente incluía o PMDB, o PDT e o PT", destacando-se o importante papel dos artistas que nos comícios traziam a cultura como ponte entre o povo e a política, sobressaindo-se entre eles, Fafá de Belém, Chico Buarque de Holanda, Elba Ramalho e outros. Participavam, ainda, das manifestações, entidades como a UNE, CUT, CONCLAT e a Comissão de Justiça e Paz.

A primeira festa-comício foi marcada para o dia 28 de novembro de 1983, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, sendo vista como o lançamento da semente que germinou e se proliferou

(74) SKIDMORE, De Castelo à Tancredo, cit. p.468.

em outros movimentos que foram sendo organizados a partir de então. Neste evento, as palavras de ordem do ato eram "Por eleições livres e diretas para Presidente. Contra o arrocho e o desemprego. Fora o FMI. Contra a agressão dos EUA aos povos da América Latina", demonstrando o alto grau de contestação ao "status quo" por parte dos organizadores, o que, em alguns momentos, dificultou o pleno entendimento das oposições, revelando que uma série de dificuldades e diferenças teriam de ser resolvidas para que os partidos oposicionistas e a sociedade civil pudessem erguer uma bandeira suprapartidária cujo objetivo único fosse exclusivamente as eleições diretas-já.

O lançamento oficial da Campanha das Diretas-Já ocorreu na cidade de Curitiba, onde, sob a coordenação do PMDB, 30.000 pessoas foram às ruas, sendo que na "Boca Maldita", um dos pontos marcantes da cidade, ocorreu uma das maiores manifestações, longe das pressões do Planalto. Participaram desse comício, o Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, do PMDB, revesando-se no palanque políticos e artistas, como Martinho da Vila, Raul Cortêz, Dina Sfat, Elba Ramalho. A estrela política da noite foi Luiz Carlos Quintana, representante da União Cívica Radical, o partido que elegeu Raul Afonsín para presidente da Argentina. O mais aplaudido foi o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que, entre seus pronunciamentos, declarou: "temos que acabar com esta bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral para libertar do calabouço o voto direto".

Para levar as 30 mil pessoas ao centro de Curitiba, o PMDB distribuiu 25 milhões de panfletos, 30 mil cédulas simbólicas, 15 mil cartazes, 3 mil camisetas pró-diretas, estas amarelas, a cor oficial da campanha, e 15 inserções publicitárias na TV Globo durante intervalos do Jornal Nacional, num custo total de 15 milhões de cruzeiros. Com a finalidade de garantir a segurança, o governador José Richa espalhou mais de 1.200 policiais, o que se mostrou inútil, pois tudo correu dentro do planejado, na maior ordem, uma verdadeira festa.

A este comício seguiram-se outros, destacando-se os de Recife, onde 10 mil pessoas em passeata foram à Praça da Independência ouvir a deputada federal Bete Mendes, do PT paulista; no Rio de Janeiro, 40 mil pessoas foram ao ensaio geral do comício marcado para 21.02 e em Belém 60 mil pessoas fizeram a maior concentração que a cidade já viu. Até o território do Amapá integrou-se ao circuito da campanha, com 10 mil pessoas, quase 10% da população de Macapá, para ouvir os líderes da oposição.

Em todas as cidades do Brasil pipocavam passeatas, culminando com o comício monstro realizado no dia 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, onde apesar das expectativas do governador Franco Montoro de colocar 100 mil pessoas nas ruas, preenchendo o espaço livre de 25 mil metros quadrados, aproximadamente 350 a 400 mil pessoas compareceram ao ato. Para conseguir tal intento, várias centenas de sindicatos e outras entidades aderiram oficialmente à campanha, e dezenas de empresas somaram recursos para a divulgação do comício. "A eleição direta está na cabeça dos

brasileiros, e entendemos que é dever de todo brasileiro colaborar nessa campanha", foi a declaração de Paulo Chedid, empresário que se engajou ao movimento. A grandiosidade do movimento impressionou a tal modo, que o comentarista político Carlos Castelo Branco, sustentado em sua experiência profissional, declarou: "Este comício pode mudar a história, desde que seja o ponto de partida para outros iguais"<sup>(75)</sup>, e foi o que se buscou. A partir dele, intensificou-se a campanha popular pelas eleições diretas.

Comandada, entre outros políticos, por Luiz Inácio da Silva, presidente do PT e por Ulysses Guimarães, procurou-se manter o entusiasmo e a participação popular. "É preciso fazer um trabalho de mobilização permanente entre uma manifestação e outra, procurando manter a campanha nas ruas. O povo precisa se sentir participante. Se a gente não fizer isso quem vai tomar conta é o pessoal das eleições indiretas, que está na televisão todos os dias"<sup>(76)</sup>.

Criou-se, a partir de então, com a finalidade de atingir este objetivo, a "caravana das diretas" que, com alegria, passou a percorrer o Brasil levando, por onde passava, mensagens de esperança e vitória. Raros foram os lugares em que a caravana foi insucesso. Em Teresina, no dia 14.02 reuniu 25 mil pessoas, no Maranhão no dia seguinte, também 25 mil pessoas; em Macapá, no dia 16.02, 15 mil pessoas foram as ruas; em Belém, alcançou 60 mil

(75) KOTSCHO, op. cit. p. 38.

(76) Explode um novo Brasil, cit., p. 43



manifestantes. Em Cuiabá, mais de 16 mil pessoas participaram da maior manifestação popular da história. Com ela, segundo Kotscho<sup>(77)</sup>, "a caravana das diretas completava 22 mil quilômetros de viagem, por 15 Estados, reunindo quase um milhão de pessoas".

Também a partir de janeiro, passou a campanha das diretas a contar com as emissoras de TV de São Paulo, que vinculavam mensagens de compositores como Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda, em defesa das "Diretas-Já", "mensagens estas gravadas nos estúdios da Rede Bandeirantes de televisão, cedidas gratuitamente. O laboratório Sintofarma enganjou-se no movimento, mandando imprimir 31 mil adesivos com os dizeres: "Eu quero votar para Presidente".

Com as manifestações tomando conta das ruas e assumindo proporções inimagináveis dentro do contexto político em que ainda se vivia na sociedade brasileira, os meios de comunicação, em sua maioria ausentes no início da campanha, passaram a fazer a cobertura da mesma, incluindo-se até a própria rede Globo, máquina incontestável de manipulação da opinião governista, que, ao perceber estar perdendo importante matéria jornalística, passou a cobrir com ênfase todo o movimento. A campanha atingia pois seu nível máximo. Contando, agora, com toda a imprensa, não se falava em outra coisa no país, a não ser a votação da emenda das "Dire-

(77) KOTSCHO, op. cit, p. 67.

tas-Já". Preparava-se, assim, o terreno para a votação no dia 25 de abril.

Nem tudo, no entanto, eram flores. Nos bastidores do governo, nada lembrava a alegria das ruas e a possibilidade da eleição direta para presidente estava totalmente fora de cogitação, sendo completamente descartada pelos militares. Assustado, com a proporção do movimento, antes considerado insignificante e localizado, Figueiredo, que se mantinha ausente da coordenação de sua sucessão, fugindo à tradição brasileira de que o presidente acompanha de perto o processo sucessório resolve retomá-lo como forma de garantir a continuidade do poder, ameaçado pelo fracionamento do partido governista, em razão da disputa, no seu interior, entre os candidatos à presidência Andreazza, Maluf e Aureliano Chaves.

Em reunião com ministros, presidenciáveis do PDS e os senadores José Sarney e Marco Maciel, Figueiredo demonstrou que retornara a condução de seu processo sucessório, bem como apresentou documentos, onde levantamentos feitos pelos órgãos de informação das Forças Armadas e pelo SNI, sustentavam que "a campanha das Diretas é inspirada pelo PCB - Partido Comunista Brasileiro e que as manifestações promovidas pelas oposições já afetam a segurança nacional, alertando para a necessidade de uma pronta reação das forças políticas leais ao governo em defesa da manutenção do Colégio Eleitoral". O relatório ainda estabelecia que "a eleição direta de forma alguma seria implantada na esteira das pressões populares e sugere que a marcha sobre Brasília onde ma-

nifestações seriam realizadas para pressionar o Congresso a assinar e a aprovar a emenda pró-direta, configura um desafio intolerável à autoridade do governo, que deverá ser neutralizada mesmo que forem necessárias medidas de força"<sup>(78)</sup>. Enviava, assim, o governo, uma advertência contra a eleição direta.

Mas, conforme destaca Skidmore<sup>(79)</sup> "já passara o tempo em que essas estratégias da comunidade de informações desmantelavam os esforços de organização e mobilização dos militantes oposicionistas", e a nível de proibição das manifestações pouco ou nada se pode fazer, vindo resposta imediata na forma de comícios gigantes: Rio de Janeiro, 10 de abril, mais de um milhão de pessoas, Goiânia, 13 de abril, 250 mil pessoas, São Paulo, 16 de abril, 1,5 milhão de pessoas em passeata na reta de chegada.

Segundo Nelson Piletti<sup>(80)</sup>, o país nunca vira, em toda sua história, manifestações públicas tão numerosas, alegres e ordeiras, sem distúrbios, sempre terminando com a entoação do hino nacional". As pesquisas da época mostravam que 90 % dos brasileiros desejavam eleições diretas.

Culminava, dessa forma, a maior mobilização ocorrida no Brasil, abrangendo milhões de pessoas que possuíam em comum a vontade de construir uma sociedade nova, democrática em suas estruturas, dinamismos sociais e sem oscilações políticas.

(78) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.02.84.

(79) SKIDMORE, op. cit., p. 469

(80) PILETTI, op. cit., p. 187

### 3.3.1 - A vitória do Colégio Eleitoral

A grande projeção alcançada pela Campanha das "Diretas-Já" a nível nacional, pegou de surpresa, não só Figueiredo, como também todo o Planalto e parte das elites dominantes, que se viram inerte diante da crescente mobilização popular, que urgia pela volta das eleições diretas como forma de retornar o país a uma democracia legítima. Conforme relata Florestan Fernandes<sup>(81)</sup> "pela primeira vez em vinte anos, a ditadura não só foi virada do avesso, posta no pelourinho e desafiada por milhões de cidadãos conscientes e dispostos a tudo - foi batida dentro do campo da ordem ilegal que ela forjou". A luta pelo fim do Colégio Eleitoral, em que a escolha do presidente seguia trâmites nem sempre considerados legais, era a bandeira defendida e desejada por quase a totalidade dos brasileiros, como esperança real de dias melhores.

Entretanto, nenhum, desses elementos foram considerados em sua essência.

Utilizando-se de instrumentos arbitrários, novamente procurou o governo assegurar a permanência do "status quo", buscando a derrota da emenda Dante de Oliveira e a consequente manutenção do Colégio Eleitoral, formado, em sua maioria, por ele-

(81) FERNANDES, Florestan. Que tipo de República? S.P., Brasiliense, 2. Ed., 1986, p. 182.

mentos atrelados ao poder constituído, representado pelos parlamentares pertencentes ao PDS, partido governista. O primeiro deles veio sob a forma de uma proposta de Emenda Constitucional, apresentada na véspera da votação, em que se estabelecia o retorno das eleições diretas a partir de 1988. Era a forma encontrada pelo governo, de buscar o voto dos parlamentares do PDS, que simpatizavam com o movimento e tendiam a votar nas diretas-já. Outro instrumento utilizado foi a edição, pelo Presidente Figueiredo, em 18 de abril de 1984, do Decreto nº 89.566, que estabelecia Medidas de Emergência sobre Brasília e alguns municípios do Estado de Goiás por um período de 60 dias. Tais medidas proibiam as concentrações públicas, ou reuniões mesmo que em recintos fechados com participação de entidades ilegais; determinavam a censura prévia, a "busca e apreensão em domicílio", a "intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais".

A execução de tais medidas ficou a cargo do general de divisão Newton Araújo de Oliveira Cruz, comandante do Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar que, entre outros, estabeleceu não poder entrar ou sair ninguém de Brasília sem ser revistado por suas tropas, passando as comunicações de Brasília com resto do país a ser censuradas e controladas pelo governo, ficando proibidas todas e quaisquer informações a respeito do andamento da votação da emenda. Instituíam-se sobre Brasília um clima de terror que lembrava os piores dias do regime militar, em que a perseguição aos ativistas políticos era prioridade dos aparelhos de repressão.

Foi sob este clima que se chegou à votação da Emenda do Deputado Dante de Oliveira, marcada para o dia 25 de abril de 1984 e, apesar das medidas impostas pelo General Cruz, vários esquemas foram armados para que a população pudesse acompanhar, nos diversos estados do país, a votação diretamente do plenário do Congresso Nacional. Como a Câmara Federal era composta de 479 membros, era necessário que 320 deputados votassem a favor da emenda para que a mesma fosse aprovada e isto parecia impossível, pois que, o PDS, controlava quase metade das cadeiras, num total de 235 dos 479 deputados, e bem mais da metade do senado, onde tinha 46 das 69 cadeiras.

Finda a votação, a emenda conseguiu 298 votos, 22 a menos do que o necessário, contabilizando, 243 votos das oposições e 55 do PDS a favor e 65 contra, com 3 abstenções e 112 ausências de deputados do PDS e um da oposição, o deputado Mendonça Falcão, do PTB de São Paulo. Frustrava-se, assim, mais uma tentativa do povo brasileiro de ter de volta o retorno a plenitude democrática, deixando para trás, um passado de luta, pautado pela fé de um Brasil melhor.

Saía vitorioso o Colégio Eleitoral, símbolo de uma elite ultrapassada, que não conseguira vislumbrar no movimento a necessidade da liberdade plena que todo país desejava. Seus componentes não podem ser chamados de congressistas. São meramente

representantes de si mesmos, "espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura"<sup>(82)</sup>. Eram os donos do sistema que não pretendiam largar de forma alguma. O regime militar lhes fora complacente e lhes acenara com o ganho farto e fácil, conseguido através da espolição do povo, que a partir do golpe de 64 fora cada vez mais explorado e oprimido.

#### 3.3.1.1 - Da sucessão de Figueiredo à posse de Sarney

A sucessão presidencial de 1985 pode ser considerada como um fato político extremamente importante para o entendimento das estruturas brasileiras, ditas "democráticas".

Fazendo parte do contexto implantado pelos militares, desde o Golpe de 64, as eleições foram mantidas como sinônimo de democracia, mesmo se desconsiderando, logicamente, a legitimidade do órgão eleitor e a forma indireta em que as mesmas eram realizadas.

Não representavam, pois, em hipótese alguma, mesmo que remotamente, a plenitude da vontade e do pensamento da maioria da população brasileira, restringindo-se a um instrumento que, hipocritamente, buscava demonstrar, principalmente a nível interna-

(82) Folha de São Paulo, 26.04.84.

cional, que o Brasil vivia não sob uma ditadura, mas sob um regime democrático, mesmo que relativamente considerado.

Esta relatividade vinha, através de leis extremamente arbitrárias que eram impostas através da força e que foram sendo implantadas no decorrer dos anos, subtraíndo da sociedade civil os seus mais inerentes direitos, tais como a suspensão das garantias individuais, a liberdade de expressão, a capacidade de livremente optar por determinada ideologia ou pessoa. Esta limitação proporcionava, em tese a ilegitimidade dos eleitos, pois que os mesmos, pela forma com que as eleições eram conduzidas, representavam, apenas, a vontade e o interesse de uma minoria, que através de sucessivos processos conciliatórios, chegavam a um denominador comum que pudesses atender substancialmente a todos que pertenciam, logicamente, a esta mesma minoria.

As eleições presidenciais nunca fugiram a isso. Ao comentar as eleições de 1985 Walder de Góes<sup>(83)</sup> destaca que "ao se estabelecer que o futuro presidente emergirá de um Colégio Eleitoral que, separado dos fluxos dinâmicos da vida civil e social, tem o singular poder de colocar no Palácio do Planalto, se quiser, alguém deserdado de qualquer apoio dos cidadãos e das próprias elites nacionais, este provavelmente será um presidente ilegítimo, tornando incerto, mais uma vez, o futuro brasileiro".

(83) CANARGO, op. cit. p. 115.



Assim é que, com a rejeição da emenda das "Diretas-Já", mais uma vez se sujeitava o país a escolher o seu representante máximo, através do Colégio Eleitoral, órgão, agora mais do que nunca repudiado pela maioria dos brasileiros como símbolo, não só da ditadura militar, mas também daqueles que viam no Brasil apenas uma fonte inesgotável de privilégios.

Composto por 686 integrantes, dos quais 356 pertenciam ao PDS, partido governista, parecia claro que, novamente, o governo militar manteria a tradição de simplesmente "nomear" o candidato de sua preferência, e aguardar ser esta nomeação ratificada plenamente pelos membros do Colégio Eleitoral.

Acentua-se, portanto, após a rejeição da proposta de eleições diretas, as articulações entre os membros do próprio PDS, no sentido de obter o apoio e simpatia, primeiro do Presidente Figueiredo, responsável tradicionalmente pela indicação de seu sucessor e também de todas as elites atuantes no processo político, composta pelos militares, tecnocratas, empresários e os políticos tradicionais, estes definidos por Góes<sup>(84)</sup> "como aqueles que militam nos partidos".

Vários foram os candidatos do PDS que se apresentaram como "candidatáveis" à presidência, destacando-se, entre eles, Aureliano Chaves, vice-presidente da República, civil, mineiro, formado em engenharia; Mário Andreazza, ministro do Interior, 65

(84) CANARGO, op. cit., p.197.

anos, militar e Paulo Salim Maluf, civil, 52 anos. Ainda aspiravam ao cargo, se bem que com chances remotas, o Deputado federal Marco Maciel, o oficial de Exército, José Costa Cavalcanti, o ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, além do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães e o Ministro da Educação, Rubem Ludwig.

Desta maneira, apesar de ter o Brasil lutado desde o final de 1983 até abril de 1984 pelo direito de escolher diretamente o Presidente da República, os políticos, longe de representarem esta aspiração, negam-na e articulam-se nos bastidores, procurando viabilizar suas possibilidades eleitorais via Colégio Eleitoral.

Logicamente, em razão da diversidade de candidatos, todos oriundos de um mesmo partido político, e pleiteando o mesmo posto, ou seja, o de Presidente da República, desencadeou-se um processo extremamente tumultuado, que teve entre suas consequências, a fissura do próprio PDS e o nascimento da Frente Liberal, esta composta pelos dissidentes do partido governista, tais como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, José Sarney e outros.

A dissidência e o "racha" do PDS, deveu-se entre outros fatores, aos próprios "candidatáveis", pois, que dentre eles, nenhum possuía condições suficientes para atender as necessidades do partido na articulação da sucessão. Aureliano Chaves, pela condição de vice-presidente, via-se incapaz de criticar aberta-

mente o sistema e o apoio que havia dado ao movimento das diretas-já, tornara seu nome indesejável junto aos militares e lhe destruiu o apoio que Figueiredo lhe prometera e que era substancial na convenção do PDS, que iria indicar o nome do candidato do partido à sucessão. Sofria iguais dificuldades, o Ministro do Interior, Mário Andreazza. Por pertencer ao governo tinha que silenciar em suas críticas, e apesar de a imprensa da época noticiar constantemente de que ele teria o apoio de Figueiredo, este apoio não apareceu efetivamente e Andreazza foi a convenção sem deter prestígio suficiente para ter seu nome aprovado pelos convencionais.

Ao contrário de seus adversários, Paulo Maluf, apesar de não conseguir o apoio de Figueiredo e não contar com a mínima simpatia junto aos círculos militares, bem como junto à Executiva do seu próprio partido, seguia firme em sua campanha. Buscava, diuturnamente, o compromisso do Presidente Figueiredo de, se não o apoiasse, pelos menos não atrapalhásse, demonstrando publicamente sua preferência e não indicando nome junto à Convenção.

Em razão do poder econômico que detinha, oriundo de sua fortuna particular, Maluf contava com uma equipe muito melhor equipada e articulada, e, no processo sucessório, aplicou, mais uma vez, os métodos a que já estava habituado: promessas generosas de loteamento de cargos públicos, a partir do momento em que se tornasse governo. Segundo Skidmore<sup>(85)</sup>, Maluf "procurava pro-

(85) SKIDMORE, op. cit., p. 482.

jetar a imagem de um líder forte, alguém que podia organizar a eternamente desorganizada cidadania". Conseguia, entretanto, com sua conduta peculiar, desagradar a todos, desde a esquerda, até os próprios componentes do PDS, que o viam como um perigo ao processo de democratização pelo qual passava o País. Apesar de todas as contestações e correntes contrárias, Maluf conseguiu vencer a convenção do PDS, realizada em setembro de 1984, e teve seu nome indicado como o representante do partido para concorrer à presidência da República.

Neste momento, entretanto, o PDS já se encontrava dividido e seus dissidentes articulavam, uma candidatura que pudesse fazer frente a Maluf. Figueiredo, como houvera prometido, manteve-se fora do processo sucessório, justificando que esta era a conduta compatível com o momento político de abertura pelo qual passava o país. Dificultava, assim, a disputa eleitoral, pois fugia aos fundamentos do regime militar vigente no país, que inaugurou padrões originais de intervencionismo e que foi seguido desde a implantação do regime, onde os militares, através do Alto Comando das Forças Armadas estabeleciam quem seria o presidente sucessor, dando segurança e garantia da manutenção do "status quo" as elites dominantes.

A impressão de que a sucessão pudesse transcorrer aleatoriamente, sem a tutela do Estado e que o Colégio Eleitoral viabilizasse um candidato não comprometido com os interesses desta mesma classe, causavam apreensão, fazendo com que se partisse em busca de um nome conciliatório. Alguém que, em razão do momento

político, atendesse não só aos interesses das classes dominantes, aí incluídos os militares, os tecnocratas, os empresários e os políticos tradicionais, como também representasse os anseios de toda uma Nação que se frustrara com a derrota sofrida com a rejeição da emenda das "Diretas-Já", e que, além desta derrota, sofria no dia-a-dia a pressão econômica causada pela inflação crescente que deixara para trás a imagem do Brasil desenvolvido dos primeiros anos do regime militar.

Grandes eram as pressões da sociedade civil pelo restabelecimento da ordem constitucional e da plena democratização, e isto só viria a curto prazo, caso o presidente eleito fosse o representante legítimo da sociedade como um todo.

A dificuldade inicial de se encontrar um nome que pudesse ser palatável aos militares, principalmente os linhas-duras que rejeitavam a idéia de entregar o país a um civil e ao mesmo tempo agradar a sociedade como um todo, foi logo superada com a indicação de Tancredo Neves, do PMDB, como candidato à Presidência.

Mineiro, advogado, com uma habilidade política incomparável, Tancredo Neves, 74 anos, iniciou sua carreira no final da década de 30, como vereador. Em 1945 filiou-se ao PSD. Foi Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, ocupando o cargo de 1953 a 1954, pertenceu a diretoria do Banco do Brasil, de 1956 a 1958, durante o mandato do presidente Juscelino Kubitschek e foi Primeiro Ministro, de João Goulart, em 1962. Em 1982, foi eleito governador

de Minas Gerais, cargo que renunciou em 14 de agosto de 1984, para concorrer à Presidência da República, encabeçando a chapa formada pelo Aliança Democrática, sustentada pela união do PMDB com a Frente Liberal, composta pelos dissidentes do PDS. Trazia, com vice-presidente, o Senador José Sarney, antigo militante da UDN e um dos grandes representantes do PDS.

Considerado um político conservador e, portanto, altamente confiável, Tancredo passou a ser apresentado pela mídia como único nome capaz de proporcionar a transição democrática tão almejada por toda sociedade.

Defendia-se, mais uma vez, a tese da "conciliação", tese rejeitada principalmente pelo PT e setores sociais mais avançados, que não tiveram forças suficientes para demonstrar à sociedade que o abandono da luta pelas "diretas-já" e o deslocamento das decisões políticas ao recinto fechado do Colégio Eleitoral significava nada mais que um novo acordo elitista, uma vez que líderes civis, tutelados pelas Forças Armadas, substituíram o regime militar, determinando que se repetisse a velha estratégia, onde a classe dominante exercia a "democracia" no lugar do povo.

Tese contrária defendia Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, líder do PDT na Câmara, que em suas declarações<sup>(86)</sup> argumentava que "as diretas, para ele, era algo impossível, e pressionar para que ela ocorresse levaria ao risco de entregar o poder ao adver-

(86) Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, edição 11.01.84, p. 6.

sário. Era pois necessário um mandato "tampão". Declarava que, caso não fosse aprovada a emenda das Diretas - como não foi - "apostava na imaginação criadora e na competência de Tancredo Neves", julgando que ele saberia encontrar uma fórmula aceita pelo país, inclusive no plano econômico".

Aparecia pois Tancredo Neves como o político conciliador, capaz de, através de negociações, levar o país ao desejado estado de democracia. Criava-se, assim, a figura do "Salvador de Pátria", daquele que, independente de todas as dificuldades, possibilitaria ao País ressurgir das cinzas.

Ficava longe do conhecimento da maioria da população que a vitória de Tancredo significaria a manutenção no poder, da mesma elite que o vinha exercendo há mais de vinte anos.

Com a vitória de Maluf sobre Andreazza na Convenção do PDS, estavam determinadas as candidaturas ao pleito eleitoral de 1985. De um lado, representando o partido governista Paulo Salim Maluf; do outro, aparecia Tancredo Neves, o homem da conciliação e da esperança de um Brasil melhor.

Maluf, em seus discursos de campanha, oferece como plano de governo um maior policiamento e mais ação das secretarias de Ação Social. Chamando a atenção para a necessidade de se oferecer mais empregos à população, pois isto evitaria que os carentes se transformassem em marginais. Sustenta também, em seus comícios, que o grande prejudicado pela política econômica em vigor

são os empresários, pressionados com as altas taxas de juros impostas pelo governo e considerada um das mais altas do mundo. Diz, ainda, que não pretende romper com o FMI, pois que o mesmo oferece empréstimos mais baratos que os bancos comuns. Quanto à convocação de uma Assembléia Constituinte que se responsabilizaria pela elaboração da nova Constituição, Maluf afirma que, em tese "ninguém sabe o que é isso", optando por compor uma comissão com representantes dos partidos, das igrejas, e dos sindicatos, da OAB, que teriam a competência de elaborar o anteprojeto da Constituição, que seria votado pelo Congresso.

Por seus posicionamentos, Maluf conseguiu de imediato a antipatia da população em geral, contando apenas com o apoio esporádico de alguns políticos do PDS, insuficientes para garantir sua vitória no Colégio Eleitoral.

Tancredo Neves, por sua vez, desde o lançamento de sua candidatura no dia 14 de agosto de 1984, já dispara como o candidato favorito. Contando com o apoio de Ulysses Guimarães, o "Senhor Diretas", arrebanhou para si não só os votos dos membros do PMDB no Colégio Eleitoral, mas também dos dissidentes do PDS, tais como Aureliano Chaves, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, que, na Frente Liberal, passaram a apoiar o candidato oposicionista. Também passou a contar com o apoio do grupo dos Andreazzistas que, com a derrota para Maluf, aderiram à candidatura Tancredo. A Aliança Democrática, aos poucos, ia se tornando imbatível em número de votantes no Colégio Eleitoral, e, a nível de sociedade civil, dia após dia, amealhava a simpatia popular, pois



que, toda a mídia continuava trazendo a figura de Tancredo como o bom pai, que independente de quaisquer circunstâncias e condições saberá cuidar bem de seus "filhos", no caso, os brasileiros.

Em seus discursos, Tancredo Neves defendia a renegociação da dívida externa de forma realista, e ainda uma política agressiva na área da exportação. Esclarecia que, em seu modo de pensar, o crescimento econômico de um País deve fundamentar-se , principalmente, no capital nacional, mas sem deixar de lado a participação do capital estrangeiro, complemento da iniciativa privada. Tinha como metas de governo o apoio à agricultura, por que, através dela, o País deverá conseguir os alimentos suficientes para acabar com a fome, bem como garantir subsídios suficientes para arcar com o ônus da dívida externa. Declarava ainda, pretender maior autonomia política e financeira aos Estados e Municípios. Buscava, assim, em seus discursos, agradar as forças conservadoras e o tão propalado "centro", assegurando uma mudança-continuidade, isto visível na composição da comissão responsável pela elaboração dos planos de seu governo, onde se encontram pessoas pertencentes aos governos de Costa e Silva e Figueiredo, além de empresários e banqueiros.

Aos militares, tranquilizava suas apreensões ao se comprometer, através de sólidos acordos, a impedir inquéritos sobre torturas, desaparecimentos de presos políticos e escândalos financeiros, isentando de culpa qualquer membro do regime anterior.

Com o vice José Sarney, a campanha de Tancredo já no final de dezembro de 1984, se revestia de pleno sucesso e a vitória parecia inevitável, pois que, os membros da Frente Liberal, somados aos votantes do PMDB, PTB, PDT e dissidentes independentes, garantiam facilmente a vitória da Aliança Democrática. Neste momento, cantava-se uma "Nova República" que eliminaria todo o entulho deixado pelo Regime Militar e possibilitaria a construção do Brasil Novo.

Evaldo Vieira<sup>(87)</sup> traz em seu livro, corroborando esta visão do momento por que passava o país, declarações do próprio Presidente Figueiredo, onde o mesmo "prenunciava a chegada de novos tempos, propondo que nossa sociedade atinja um real estágio de convivência e responsabilidade política, séria, comprometida com os ideais da democracia". O próprio Tancredo não foge a esta linha discursiva ao declarar que "o nosso povo tem tudo para se transformar, a partir de 1985, num grande povo, afirmando que temos todos os elementos suficientes para realizarmos um grande destino de nação".

Confirmando todas as previsões, no dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral se reúne e elege Tancredo Neves o novo Presidente do Brasil. Composto de deputados federais, senadores e parlamentares estaduais, o colégio deu 480 votos a Tancredo Neves, 180 para Paulo Maluf, ocorrendo 17 abstenções e nove ausên-

(87) VIEIRA, op. cit., p. 68.

cias. De todos os partidos políticos, o PT - Partido dos Trabalhadores - foi o único que se negou a comparecer, numa atitude compatível com suas pregações, pois que, desde o começo do processo sucessório denunciara o conchavo que se fazia por trás dos bastidores, tentando demonstrar de todas as formas, a existência de mais uma farsa eleitoral, onde menos de 700 pessoas decidiram o destino de 133 milhões de brasileiros.

Corroborando com o pensamento do PT, o jurista Hélio Bicudo, em entrevista dada a Folha de São Paulo, do dia 25 de janeiro de 1985, declara que "não há a menor dúvida que a eleição de um civil para ocupar a Presidência da República depois de tantos anos é importante, mas a realidade é que ela só dá uma coloração nova ao sistema. E não se pode dizer que os oposicionistas tenham ganho o poder, porque, na verdade, nas instituições existentes, o poder máximo da República continua na mão das Forças Armadas, via Conselho de Segurança Nacional. A mudança nem chega a ser formal: é apenas mudança de pessoas e não de sistema. Não são esperadas alterações nas negociações da dívida externa, nem se fala em punição dos corruptos. A escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral é apenas uma maneira de continuarmos numa democracia relativa, controlada pelas cúpulas militares, com o conformismo das cúpulas partidárias dominantes", termina Hélio Bicudo alegando que "sua posição não é pessimista, mas realista".

Tancredo Neves era, pois, eleito o novo presidente da República, e visto nacionalmente como a personalidade que proporcionaria ao Brasil o seu retorno à plena democracia e desenvolvi-

mento. Sobre ele foram depositadas todas as esperanças daqueles que sentiram na carne, durante mais de vinte anos, o peso do autoritarismo, da violência, da inflação crescente e da conseqüente miséria que despojaria do cidadão, no dia-a-dia, o seu orgulho de ser brasileiro.

A expectativa de dias melhores, entretanto, foi curta. Portador de sérios problemas de saúde, Tancredo Neves, preocupado com a possibilidade de perder o poder, desde sua eleição fizera verdadeira maratona pelo mundo, encontrando-se com líderes de países estrangeiros, buscando apoio internacional ao seu governo, deixando de lado o cuidado com sua saúde. Esperava tratar-se após a posse, quando dono da faixa presidencial não correria mais o risco de ser desbancado da presidência.

Para Edgar Luiz de Barros<sup>(88)</sup>, "este erro de cálculo lhe custou a vida". Contaminado por uma infecção generalizada, causada por um tumor intestinal, Tancredo Neves, após várias intervenções cirúrgicas, primeiro no Hospital de Base de Brasília e depois no Instituto do Coração de São Paulo, veio a falecer em 21 de abril, sendo enterrado, dias depois, em sua cidade natal, São João Del'Rei, Minas Gerais.

(88) BARROS, op. cit. p. 119

Com o falecimento de Tancredo Neves, o país vê, atônito, permanecer na Presidência o vice - José Sarney. Um civil, é certo, mas um civil altamente atrelado ao regime que com a vitória de Tancredo, se esperava eliminar definitivamente. Não resta dúvida de que esta esperança era, no mínimo, uma manifestação de ingenuidade do povo brasileiro, mas significava, em muito, um corte que poderia proporcionar o nascimento da tão propalada "Nova República" que, certamente, evoluiria a níveis cada vez mais democráticos, com o pleno exercício da liberdade, que, possivelmente, o governo de Tancredo proporcionaria.

Assim, de líder do partido governista que lutara com todas as forças contra as mais diversas aspirações nacionais, tais como as "diretas já", Sarney se transforma no representante máximo do Executivo, tendo, ele próprio, infinitas dificuldades para assumir tal papel, uma vez que Tancredo já formara todo o seu ministério e estabelecera um programa de governo, que não sabia Sarney se teria condições de executar.

José Sarney toma posse, no dia 15 de março de 1985, como presidente, cargo onde permanecerá por cinco anos. Segundo Barros (89), "mais uma vez a história brasileira fazia uma penosa viagem redonda voltando ao ponto de partida do primeiro governo golpista de 1964.

Evidentemente, os tempos eram outros, e o governo da Aliança Democrática teria que se apoiar em um bloco social mais amplo, com penetrações nas camadas mais populares. Os novos donos do poder, conservadores, usariam outros meios, bem menos coercitivos e mais consensuais, para controlar os movimentos sociais e praticar seus favorecimentos econômicos".

As medidas mais importantes do Governo Sarney foram tomadas no campo político, pois havia a necessidade de se deixar para trás o ranço da ditadura que estabelecera, no decorrer dos anos, práticas completamente contrárias ao exercício da cidadania, como a capacidade plena do indivíduo de eleger com liberdade total seus representantes.

(89) BARROS, op. cit. p. 120.

Emendas à Constituição foram aprovadas em 08 de maio de 1985, estabelecendo: eleição direta para Presidente da República, em data a ser marcada pela Assembléia Constituinte; eleição direta para prefeito de todas as capitais em 15 de novembro de 1985; eleição direta nos municípios, antes considerados de segurança nacional, e, portanto, impedidos de escolherem seus representantes; eliminação da fidelidade partidária; direito de voto aos analfabetos; liberdade de criação de partidos políticos, tornando possível a legalização dos partidos, beneficiando o Partido Comunista, na ilegalidade há muito tempo; e, também, o direito de representação política aos moradores do Distrito Federal, com oito deputados e três senadores.

Entre as iniciativas de Sarney, entretanto, a mais esperada e desejada era, sem dúvida, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pois, acima de tudo, o próprio Sarney necessitava de confirmações legais acerca de seus poderes como presidente, em razão da forma senão ilegal, ao menos "estranha" com que fora agraciado com a faixa presidencial.

Tinha, segundo Skidmore<sup>(90)</sup> dois caminhos a seguir: ou eleger uma Assembléia Constituinte, separada do Congresso o mais

(90) SKIDMORE, op. cit. p. 496

cedo possível, marcando as eleições ainda para 1985, ou adiar esta eleição, combinando-a com as eleições de 1986. A primeira opção era a defendida pelos partidos mais a esquerda, que desejavam "desmantelar o mais rapidamente possível os remanescentes do autoritarismo; e a segunda, pelo centro e direita do PMDB, assim como o PFL e o PDS. Optou Sarney, logicamente, pela segunda, e, em proposta de apenas três artigos, encaminhou ao Congresso Nacional, no primeiro semestre de 1985, a seguinte mensagem:

"Art. 1º - Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicamente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º - O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º - O projeto de constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte".

Assim, concretizou-se através da mensagem enviada ao Congresso no dia 28 de junho de 1985, o compromisso assumido por José Sarney perante a Nação, propondo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, ato necessário para realizar um "novo pacto social", buscando a democratização do Estado brasileiro.



### 3.3.2 - Constituinte e Constituição

Apesar da eleição de Tancredo Neves/José Sarney ter sido paulatinamente reconhecida como o único instrumento capaz de levar o país ao seu retorno democrático, e ter possibilitado que a eleição indireta recebesse um certo apoio popular, a credibilidade das mais diversas instituições encontravam-se completamente desgastadas, em razão de toda a corrosão sofrida nos mais de vinte anos de regime militar, onde somente prevalecera o interesse de uma minoria, representada pelas classes dominantes, sendo o poder autêntico, oriundo da sociedade, dilapidado diuturnamente, através das retaliações sofridas nos variados campos. Entre eles, destaca-se o do Poder Legislativo, originariamente a instituição responsável pela elaboração de normas que determinariam a real vontade da sociedade: seus anseios, seus desejos, suas expectativas como nação autônoma e soberana e que, com o decorrer dos tempos, transformou-se num órgão sem nenhum tipo de prerrogativa, passando a ser utilizado apenas como instrumento ratificador dos atos do Poder Executivo, ou seja, dos senhores do regime.

Esperava-se, pois, da Nova República, tão decantada e propalada, que a mesma proporcionasse, impreterivelmente, o retorno da credibilidade das Instituições, sendo que, para tanto, havia a necessidade de se varrer o entulho autoritário deixado pelo regime militar, em vigor desde 1964. Que se partisse para a reconstituição do país em bases sólidas, o que somente seria possível através da elaboração de uma nova Constituição, condição

"sine qua nom" segundo Bierrenbach<sup>(91)</sup> para que se "viesse a restaurar a "res pública", onde a livre manifestação do pensamento, a administração racional das divergências e o espaço público, aberto pela palavra e pela ação, pudessem condicionar a atividade política como uma grande dimensão da dignidade humana".

Convoca-se, portanto, a Assembléia Nacional Constituinte.

Cunprindo promessa de posse e seguindo o projeto de Tancredo Neves, José Sarney propõe a convocação de uma Assembléia Constituinte. Entretanto, o ato praticado pelo mesmo recebeu inúmeras críticas e esteve longe, segundo a opinião de muitos políticos e cidadãos comuns, de atingir os reais e esperados objetivos, uma vez que a Assembléia Nacional Constituinte, diferentemente das apirações de grande parte da sociedade brasileira, seria, em razão da forma pela qual foi instiuída, uma prerrogativa do Congresso Nacional. Ou seja, não se teria uma Assembléia Constituinte formada por parlamentares eleitos única e exclusivamente para a função de escrever a nova Carta, mas sim um Congresso Constituinte, onde deputados federais e senadores teriam as "prerrogativas de constituintes, até o momento final de elaboração do texto, quando então, retornariam as suas funções normais de parlamentares<sup>(92)</sup>.

(91) BIERRENBACH, Flávio. Quem tem medo da Constituinte ? R.J., Ed. Paz e Terra S/A, 1986, p. 64.

(92) BIERRENACH, op. cit. p. 11

Para Raimundo Faoro<sup>(93)</sup>, "a proposta para ser legítima, deveria proporcionar o início de um novo capítulo na vida política brasileira. O autoritarismo, não apenas aquele que se expandiu a partir de 1964, mas o autoritarismo com suas raízes seculares, filho de uma sociedade colonial e escravocrata, deveria entrar no lixo da História", e, este objetivo não seria alcançado pela proposta de emenda redigida pelo Poder Executivo, uma vez que seria a Assembléia Constituinte, da forma como foi convocada, um "apêndice" do Congresso Nacional, "fatalmente reproduzindo todo o rastro oligárquico deste".

Também Goffredo da Silva Telles Júnior<sup>(94)</sup>, professor de Direito da Universidade de São Paulo, posicionou-se contrário à forma com que fora convocada a Assembléia Constituinte. Para ele, "o Congresso Constituinte é um produto típico da República do Faz de Conta. Tudo não passa de um mero faz de conta", uma vez que "a Nova República, através de José Sarney faz de conta que convoca uma Assembléia, quando na verdade, apenas convocou o Congresso Nacional e, isso tudo foi feito, sobretudo, para impedir as grandes mudanças, para assegurar que tudo vai continuar como está e para que os donos do poder continuem donos do poder". Segundo ele, "só uma Constituição livre e soberana traçaria rumos para discutir todas as questões que permeiam a possibilidade de democratização da sociedade brasileira, chamando à participação as forças vivas da Nação". Para se escrever uma Constituição como

(93) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, edição 04.02.87, p. 11

(94) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, edição 04.02.87, p. 114

a que resultará do Congresso Constituinte, melhor seria não escrever nada, uma vez do jeito com que está sendo elaborada, no dia seguinte a sua promulgação, forças populares começarão uma nova campanha para a convocação de outra Constituinte, esta livre e soberana".

Florestan Fernandes<sup>(95)</sup>, comentando o assunto, destaca que a "tese da Assembléia Nacional Constituinte foi posta de lado por clara e escandalosa interferência militar e a pouca mobilização popular no sentido contrário, foi insuficiente para modificar a situação, sendo que as pressões vindas do Planalto acabaram por "apagar o facho cívico" que, timidamente despertara, dobrando os políticos profissionais a voz do dono". Esclarece, ainda, que, ao aceitar que a proposta de José Sarney, após exame da Comissão Mista do Congresso Nacional, se convertesse na Emenda nº 26/85, convocando o Congresso Constituinte, a sociedade brasileira perdeu pela segunda vez. A primeira ocorreu quando as maquinções do poder constituído conseguiram, através do processo conciliatório, prática comum da política nacional, substituir o sufrágio universal, bandeira do movimento das "Diretas-Já", pelo Colégio Eleitoral, que garantiu a vitória, via indireta, de Tancredo Neves.

Agora, ao se estabelecer um Congresso Constituinte, perdia-se novamente, uma vez que a Constituição, para atingir aos objetivos do momento, para ser livre e soberana, deveria ser fru-

(95) FERNANDES, op. cit. p. 33

to de uma Assembléia Nacional "exclusiva e autonôma". Para Fernandes, o Congresso Constituinte constituiu-se num passo decisivo na chamada "transição lenta, gradual e segura" do regime da República Institucional para um "Estado de Direito". A omissão dos Deputados e senadores que renegaram a melhor solução, ou seja, uma Assembléia Nacional Constituinte plena, claramente significa que o Congresso está firmemente empenhado nessa forma de transição, e, portanto, na desmobilização do povo na construção da democracia".

Repete-se, pois, mais uma vez neste momento, a prática histórica no que se refere à elaboração das Constituições brasileiras. Em vez de se apresentarem como um "instrumento jurídico destinado a limitar o poder político" tal qual conceitua Harold Laski<sup>(96)</sup>, as Constituições tem, no caso brasileiro servido como instrumento político de manipulação e manutenção do poder. Assim sejam outorgadas, sejam promulgadas, as mesmas acabaram fugindo da essência justificadora de suas existências. Em vez de limitar o poder, transformaram-se, isto sim, em verdadeiros instrumentos de poder.

Exemplos históricos existem muitos. A começar pela Constituição de 1824, iniciada em 1823, através de uma Assembléia Geral Constituinte Legislativa, formada por noventa políticos, eleitos por menos de 1 % da população, estando longe, portanto,

(96) LASKI in BIERRENBACH, op. cit. p. 21

de representar a maioria. Sendo que, esta mesma Assembléia acabou sendo substituída, em razão da vontade de D. Pedro, e com a ajuda das forças militares, por uma comissão de dez juristas que escreveram a primeira Constituição. Para justificar aquela intervenção, D. Pedro declarou que somente desta maneira conseguiria elaborar uma Constituição "digna de mim".

A Constituição de 1937 repete a facilidade com que o Poder Executivo se auto-determina senhor das eleições. Altamente autoritária, serviu de base legal para a ditadura de Getúlio Vargas e foi enfeitada com um "brinde democrático" ao estabelecer, em um de seus artigos, que a mesma seria submetida a um plebiscito que fixaria, entre outros direitos, o período de mandato de Getúlio Vargas, plebiscito que, logicamente, nunca ocorreu. Em 1969, a Constituição ou aquilo que se fez passar por ela, tinha apenas a assinatura de três constituintes, do General Aurélio de Lyra Tavares, do Almirante Augusto Rademaker e do Brigadeiro Márcio de Souza e Mello, integrantes da junta que presidia o Brasil durante o período de anarquia militar instaurada entre setembro e outubro de 1969.

Nestas condições, a convocação de um Congresso Constituinte ao invés de uma Assembléia Nacional Constituinte, dificulta, sobremaneira, qualquer possibilidade imediata para que se considere que o Brasil, em 1988, seguia a passos largos para um processo participativo amplo e eficaz. Ao atrelar os constituintes ao Congresso, deu-se prioridade às forças políticas e econômicas organizadas, um vez que à sociedade civil seria muito mais

difícil articular-se para eleger seus representantes, à medida que a mesma, na correlação de forças, possuía muito menos poder econômico que os primeiros, além de que sofrera nos últimos vinte anos, toda a sorte de repressão, o que tornara seus movimentos quase imperceptíveis, senão nulos.

Tal receio, ou seja, de que o Congresso Constituinte acabasse sendo formado por uma maioria atrelada ao poder dominante, de fato se confirmou, uma vez que, segundo René Dreifuss<sup>(97)</sup> "somente 120 dos 559 constituintes eleitos em 15 de novembro de 1986 podem ser etiquetados como progressistas de fé". Esta composição congressual deveu-se, de acordo com o autor em questão, ao trabalho árduo implementado pela direita, no sentido de articular-se de tal forma a permitir o fortalecimento de sua representação junto ao Congresso, resguardando, a manutenção dos seus interesses.

Assim, de certa forma, as eleições de 1986 produziram um núcleo de congressistas "afinados e disciplinados" com as teses empresariais, o que, para Dreifuss<sup>(98)</sup>, "não significava, entretanto, que houvesse uma garantia de que o fruto do trabalho da Constituinte seria benéfico exclusivamente à composição de forças situadas à direita, representada esta, a princípio, pelos empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais, militares e pessoal técnico-burocrático, isto porque "muitos daqueles que en-

(97) DREIFUSS, René Armand. O jogo da Direita. R.J., Ed. Vozes, 1988, p. 109

(98) DREIFUSS, op. cit., p. 11.

traram pela porta da direita eram representantes de curto alcance: fisiológicos, politiqueiros, clientelistas e carreiristas, com horizontes muito estreitos, apoiados às pressas por um direita preocupada em barrar os progressistas", e que não eram, portanto, altamente confiáveis. Confirmando tais dados, em julho de 1987 foi distribuído entre os presidentes e diretores das Federações da Indústria e do Comércio, lista dos constituintes eleitos que participavam da Comissão de Sistematização da Constituição. Nela, os parlamentares são avaliados em "confiáveis, ou mais ou menos confiáveis", de acordo com os interesses empresariais. Assim, dos 92 parlamentares observados, 44 foram aprovados, 28 receberam um "não", e 18 foram considerados "mais ou menos confiáveis". Três parlamentares receberam somente uma interrogação.

Corroborou também para a instabilidade da situação a desarticulação dos próprios partidos políticos, uma vez que, diferentemente do que se esperava, as eleições de 1986 não conseguiram restaurar o frágil sistema partidário. Os partidos de direita, PDS, PFL, PDC e PL, continuavam fragmentados, e isto impedia a formação de um bloco partidário que desse sustentação às teses levantadas pelos conservadores. Neste mesmo sentido, ainda eram fatores agravantes a falta de um programa partidário efetivo e a manutenção de uma linha ideológica que possibilitasse a fidelidade de grande parte dos constituintes, quando de defesa da tese levantada por seu partido, dificultando, sobremaneira, que se estabelecesse uma linha de ação capaz de apresentar, de imediato, resultados efetivos.



Para superar as dificuldades emergentes na composição das forças necessárias, os grupos dominantes passaram a fazer inúmeras coalizões. A primeira delas veio sob a forma do Centro Democrático, nascido do interior do PMDB e do PFL, e serviu, principalmente, para aprofundar a fragmentação do PMDB. Tinha como pontos a serem alterados, aqueles que diziam respeito ao salário mínimo nacional unificado; a garantia de emprego contra a demissão imotivada; a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; o pagamento em dobro da hora-extra e a redução da jornada de trabalho.

Posteriormente, em agosto de 1987, formou-se o "Grupo dos Cowboys" que pretendia influenciar, essencialmente, nas questões ligadas à terra, procurando evitar que a nova Constituição normatizasse a reforma agrária.

O Centrão veio como a outra forma de coalizão realizada pelas forças conservadoras, coalizão extremamente bem sucedida, à medida que conseguiu aglutinar uma média 280 a 290 votos. Organizado para desarticular as esquerdas como um todo, o Centrão, segundo o Deputado Federal do PL, Guilherme Afif, "nasceu da idéia de reunirmos, sem preocupação conceitual doutrinária, aqueles que se sentiam marginalizados no processo constituinte<sup>(99)</sup>".

(99) GARCIA, Luiz, O Globo, 06.12.1987

Articulado como um verdadeiro partido político, o Centro foi designado de "rolo compressor do empresariado", à medida em que conseguiu, em muitos momentos, votação favorável nos assuntos vitais da Constituição.

Apesar de todas estas intervenções, a Assembléia Constituinte, cuja composição ficou formada por 307 membros do PMDB, 131 do PFL, 37 do PDS, 26 do PDT, 19 de PTB, 16 do PT, 7 do PL, 6 do PDC, 5 do PC do B, 3 do PCB e 2 do PSB, eleitos pelo voto direto de 69 milhões de eleitores, alcança, na história política brasileira, o "status" de ser aquela que positivamente contou com uma legitimidade plena no que diz respeito a representatividade, o que, em tese, não se pode desconsiderar. Entretanto, esta legitimidade, conforme os próprios trabalhos da Constituinte o demonstraram, esteve longe de atingir a autonomia necessária de forma a possibilitar que o documento resultante expressasse, na íntegra, os anseios da sociedade, principalmente daquela parcela que, no decorrer dos tempos, sempre pagara a conta, ou seja, o cidadão comum.

Avanços logicamente ocorreram, o que de forma alguma poderia ser ao contrário, em razão de toda a onda liberalizante de democratização que assolava o país, depois de mais de vinte anos de autoritarismo. Mesmo os parlamentares ditos conservadores, principalmente os pertencentes ao PMDB, votaram medidas que enfraqueciam o poder de polícia e do próprio Estado, dando novas garantias às classes trabalhadoras. Isto não significou, porém, que houvesse um consenso por parte das classes dominantes.

A Comissão de Sistematização, responsável pela elaboração do esboço da Constituição a ser votado pelos constituintes sofreu inúmeras pressões vindas das mais variadas fontes. Destacam-se os proprietários rurais organizados na UDR, União Democrática Ruralista, presidida por Ronaldo Caiado, em sua luta contra a reforma agrária; os banqueiros, contra a modificação da ordem econômica e até o próprio Planalto que, em razão da redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, passou a propagar a "ingovernabilidade do país".

Como fator de pressão psicológica, levanta-se, novamente, a hipótese de os militares retomarem ao poder e a figura dos "urutus" (tanque de fabricação nacional) nas ruas passa a ser uma constante.

Procurou-se, assim, de todas as maneiras, modular não só a opinião pública, como também a dos próprios constituintes, proporcionando a possibilidade de adiamento da votação do projeto constitucional, tido como subversivo, esquerdista.

O presidente José Sarney, corroborando com este estado de coisas, em pronunciamento feito em cadeia nacional, advertiu que, "se fosse aprovada, a nova Carta levaria o país ao caos"<sup>(100)</sup>, reforçando declarações anteriores, onde dizia que "caso fossem aprovadas as eleições diretas para Presidente em 1988, e,

(100) DREIFUSS, O jogo da Direita, cit. p. 203

conseqüentemente, reduzido seu mandato, o país poderia não resistir à crise institucional".

A pressão chegou a tal ponto que o deputado federal Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte<sup>(101)</sup>, teve que se manifestar veementemente contra as críticas recebidas, proferindo discurso em que exaltava o trabalho dos parlamentares, alertando que não permitiria fossem os trabalhos interrompidos ou que os mesmos regredissem. Declarou que "a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade. A fome, a miséria, a ignorância e a doença inassistida são ingovernáveis. A injustiça social é a negação do Governo e a condenação do Governo". A manifestação de Ulysses Guimarães repercutiu de tal forma que garantiu a continuidade dos trabalhos e, por ampla maioria, fosse aprovado o projeto integral da nova Constituição, dando início ao segundo turno de votações, onde se exigia, pelo menos, 280 votos para se obter qualquer alteração.

Encerrada a primeira fase dos debates e apesar das contínuas pressões sofridas, a Constituinte aprova o projeto de uma Constituição com feições moderada e liberalizante, enfraquecendo o Estado ao reduzir parte dos recursos que centraliza e administra, passando-os para os Estados Membros e Municípios, bem como ao limitar seu poder de polícia sobre o cidadão.

(101) DREIFUSS, op. cit. p. 243

Estas modificações e muitas outras garantias que foram sendo asseguradas, principalmente na área social, logicamente sofreram a rejeição do grupo dominante, sendo que estes, entretanto, não conseguiram articular uma forma de evitar, na totalidade, a aprovação dos benefícios. Para José Thomaz Nonô<sup>(102)</sup>, do PFL, presidente da Comissão de Organização do Estado, a Constituição elaborada representará, num contexto geral, "tanto um retrato do Congresso como da Sociedade".

Findos os trabalhos da Constituinte em 19 de setembro de 1988, depois de transcorridos 19 meses desde o início dos trabalhos e de incontáveis conflitos, a sociedade brasileira ganha uma nova Carta Constitucional que, segundo o balanço geral de Nelson Piletti<sup>(103)</sup>, trouxe inúmeras vantagens à classe trabalhadora que, aparentemente, seria a que mais teria ganho com o documento elaborado. Aparentemente, porque só a prática do dia-a-dia poderia demonstrar se os direitos adquiridos teoricamente seriam exercidos efetivamente. De qualquer forma, se alguém saiu vitorioso desta batalha, para o autor em questão este vencedor foram os trabalhadores, "sem dúvidas, os principais responsáveis pelas conquistas alcançadas", destacando-se, entre elas, direitos referentes ao salário, direito de greve, jornada de trabalho, licença-maternidade, aposentadoria e outros.

(102) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 03.06.1987, p. 30

(103) PILETTI, op. cit., p.190

Para Rene Dreifuss<sup>(104)</sup>, o balanço final da Constituição demonstra que também saiu vencedor o empresariado, já que se preservara o essencial, ou seja, o regime da livre iniciativa; a UDR, ou os proprietários rurais, uma vez que não houve avanços relativos à reforma agrária, bem como a classe militar, em razão de que foi mantida a função militar dentro dos termos estabelecidos pela caserna, e garantido o direito de intervir na ordem interna. "O presidencialismo de cinco anos e o longo mandato do Presidente Sarney ficaram assegurados no clima de pressão militar. O Ministério da Defesa não foi criado, nem reformulado o Estado Maior das Forças Armadas. Os cassados por atos administrativos, embora de cunho político (como os marinheiros), ficaram ao relento, e a elegibilidade dos militares - que abriria a possibilidade de filiação a partidos políticos não vingou".

Promulgada no dia 05 de outubro de 1988, a Constituição determinava a realização de eleições diretas para a Presidência da República em 15 de novembro de 1989, e previa plebiscito para a escolha entre o sistema e a forma de governo e a revisão constitucional após cinco anos.

(104) DREIFUSS, op. cit., p. 247

#### 4 - A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DIRETA

##### 4.1 - As eleições presidenciais de 1989

Após um período de 29 anos sem eleições presidenciais, a Constituinte de 1988 resgatou a prática das eleições diretas para presidente, permitindo que o sonho embalado pelo movimento das "Diretas Já" se transformasse, finalmente, em realidade.

Deixava-se para trás, pois, segundo Florestan Fernandes<sup>(105)</sup>, a "prática da democracia restrita (a democracia dos senhores de escravo e das oligarquias), fundamentada na prática do patrimonialismo, do clientelismo, do fisiologismo político, que retiraram do processo eleitoral seu caráter político", adquirindo uma expressão ritual que permaneceu arraigada no tempo: ou eram ganhas a bico-de-pena, ou traduziam uma relação de poder intocável, onde os partidos "não passavam de meros arranjos formais, de processos fechados no seio das elites, no poder das classes dominantes".

Este estado de coisas permaneceu imutável durante a maior parte de nossa história e se fez mais palpável após a "Revolução de 64", quando através de um bem articulado golpe, esti-

(105) FERNANDES, Florestan. A transição prolongada. O período pós constitucional. S.P., Cortez, 1990, p. 142.

mulado pelas elites, os militares se apossaram do poder e, consequentemente, do direito de exercer, em nome do povo, a DEMOCRACIA.

Desta forma, a escolha do Presidente da República, cargo eletivo de maior relevância, principalmente em termos de legitimidade (esta entendida como a capacidade de representar a vontade da maioria) passou a ser uma prerrogativa dos militares que, em conchavos palacianos, decidiam, entre quatro paredes, sem o menor constrangimento, quem seria o sucessor do sucessor, deixando distante do processo, justamente seu ator principal, aquele que deveria estar em primeiro plano, ou seja, o povo.

Assim, ao mesmo tempo em que fixava em cinco anos o mandato do cargo de presidente, a Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988, determinava a realização de eleições diretas, em dois turnos, para a Presidência da República, marcando, para tanto, a data de 15 de novembro de 1989.

Extinguia-se, desta forma, o fantasma do Colégio Eleitoral, órgão que teve a competência (ilegítima), durante o regime autoritário, de decidir quem governaria o País. Tentava-se, pois, definitivamente, fugir dos resquícios deixados pela ditadura, presentes ainda que, com o advento da "Nova República" que de nova exatamente não tinha nada, uma vez que o poder não fora transferido de mãos, e os agentes que o exerciam continuaram a ser os mesmos.



A derrota da emenda das "Diretas Já" e o processo conciliatório entre as elites, comandado pelo PMDB e PF1 e que permitiu a eleição de Tancredo Neves, via Colégio Eleitoral, foram fatos que não conseguiram evitar o desgaste da sociedade como um todo. A posse do vice, José Sarney, como presidente "temporário" que se transformou em permanente com a morte de Tancredo Neves, originou um profundo problema de legitimidade que dificultou, em muito, o andamento de seu governo, trazendo conseqüências já esperadas por todos aqueles que, ao analisarem a situação político-brasileira, vislumbravam a necessidade de algo muito mais profundo do que um simples conchavo político partidário.

Conforme relata Bolívar Lamounier<sup>(106)</sup> "toda a agenda de ações da "Nova República" fora idealizada por Tancredo Neves e sua morte trouxe incertezas que não se sabia como resolver". Além deste aspecto considerado, apesar de ter sido eleito via indireta, Tancredo Neves possuía credibilidade adquirida através da suposição, fartamente divulgada pela mídia, de que era um político sério, honesto e que, sem ele, seria impossível completar-se a tão propalada "transição democrática".

Toda esta contemporização morreu com Tancredo. Seu sucessor, José Sarney, já presidente, por ter pertencido ao partido governista e apoiado os militares durante todo o período autoritário, era visto como alguém altamente comprometido com o regime,

(106) LAMOUNIER, Bolívar. Partidos e Utopias. O Brasil no limiar dos anos 90. S.P., Loyola, 1989, p. 47

o que dificultou, senão impediu, que o mesmo pudesse exercer, com vigor, seu mandato presidencial. Para Lamounier<sup>(107)</sup>, "de abril de 1985 em diante, à medida que Sarney procurava organizar o seu próprio governo - preso, porém, aos compromissos reais e simbólicos que Tancredo tratara de conciliar em seu ministério - o potencial da crise e do desencantamento passou a vir à tona". "Na área econômica, o surto de crescimento de 1984, puxado pelas exportações, entrava em desaceleração, o desemprego aumentava e a inflação recrudesceu" e "no executivo, praticamente todas as áreas político-administrativas eram tomadas de desabridos enfrentamento".

Devido, pois, à inconsistência política do governo José Sarney e às adversidades na área econômica, o País passou a viver um grau de instabilidade profundo, o que gerou aumento das tensões sociais e da pressão sobre o sistema político, deitando por terra qualquer possibilidade de a "Nova República realmente acontecer, uma vez que a mesma "não conseguia dar respostas à altura das expectativas criadas"<sup>(108)</sup>.

Foi dentro deste contexto conturbado da política econômica e social, marcado por níveis de desigualdades sociais jamais vividos, que o Brasil se preparou para eleger o futuro presidente. Sobre ele, como não poderia deixar de ser, foram depositadas, de antemão, todas as expectativas e esperanças de dias melhores.

(107) LAMOUNIER, op. cit. p. 47

(108) LAMOUNIER, Bolívar. Depois da Transição. Democracia e eleições no Governo Collor. S.P., Loyola, 1991, p. 23

Assim, ao se estimar que, aproximadamente, oitenta milhões de brasileiros iriam às urnas para eleger o presidente da República, partia-se do pressuposto de que esta pessoa eleita pela maioria dos votos deteria, em tese, credibilidade e, principalmente, legitimidade, para representar a sociedade como um todo, promovendo ações que viessem proporcionar as mudanças tão esperadas, viabilizando a retomada do crescimento e o retorno aos caminhos da verdadeira democracia, caminhos do qual o país saíra a partir de 64.

Além de todos estes aspectos, vale a pena considerar que as eleições presidenciais de 1989 representavam, neste momento, acima de tudo, pelo menos simbolicamente, o fim de um ciclo, ou seja, o do domínio militar. Isto porque, apesar de civis terem sido eleitos na última eleição para ocupar o cargo maior do Executivo, esta eleição, como visto, esteve eivada de vícios uma vez que foi feita via Colégio Eleitoral, e, acima disto, controlada devidamente pelos detentores do poder, à época, os militares.

Com as eleições diretas, aparentemente este ciclo se findava e se passava toda a responsabilidade da escolha, única e exclusivamente para a sociedade. Aparentemente porque, como é fácil de se observar, o exercício desta responsabilidade, intrínseca no ato de votar, nem sempre foi eficaz e legitimamente exercida, pois a maioria dos setores dominantes, tais como os grandes empresários, banqueiros, proprietários rurais, organizados em instituições fortíssimas como a Confederação Nacional da Agricul-

tura, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira, a União Democrática Ruralista, a Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos, a Federação Brasileira dos Bancos, entre outros, procuraram das mais diversas maneiras, manipular sua condução, de forma a que os resultados pudessem consolidar seus interesses particulares, protegidos, até então, pelo "status quo".

Seguindo-se, esta linha de raciocínio, ao se analisar as eleições de 1989, a primeira realizada após quase três décadas de abstinência eleitoral, pode-se concluir que, se fez com uma infinidade de vícios, muitos deles considerados "naturais" ao exercício político brasileiro habitual, tal como a venda de votos e a troca de futuros cargos por apoio eleitoral.

A falta de participação política efetiva, não só nos anos consecutivos ao "Golpe Militar" de 64, mas em toda nossa história como nação democrática, interfiriu, sobremaneira, no resultado desta eleição que, em tese, como já dito, deveria representar o retorno do País aos trilhos da verdadeira democracia.

Desta forma, na realidade, a interferência exercida pelos grupos dominantes, a manipulação da mídia, a construção de personagens fictícios, embalados por discursos messiânicos, entre outros fatores, levaram a que o resultado atingido ao final das eleições representasse mais a vontade de determinadas classes do que a sociedade como um todo.

Não se pode negar, entretanto, que estas eleições significaram um avanço sem precedentes para as instituições democráticas. Conforme destaca a Revista Veja, edição de dezembro de 1989, as eleições presidenciais de 1989 trouxeram o Brasil para o rol dos países desenvolvidos no que diz respeito ao terreno das instituições políticas". Composto-se de um eleitorado de 82 milhões de votantes, alçou o país o quarto lugar entre as democracias do planeta, estando fundamentado todo o processo numa legislação liberal que permitiu as mais diversas correntes ideológicas, representadas nos variados partidos existentes, saírem concorrentes à presidência, participando, ativamente, do jogo democrático.

#### 4.1.1 - Os candidatos à Presidência

Com as facilidades apresentadas pela Lei Eleitoral vigente, uma infinidade de candidatos apresentaram-se à corrida presidencial, sendo que, entretanto, a determinação dos candidatos oficiais pelos principais partidos, exceção feita a Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, Leonel de Moura Brizola, do partido Democrático Trabalhista, Mário Covas do PSDB e Roberto Freire do PCB com candidaturas previamente definidas, perpassou por profundas articulações e conchavos políticos.

O PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sigla de maior amplitude nacional, foi um daqueles cujos conflitos internos foram de tal monta que dificultaram sobremaneira a definição do seu candidato à sucessão de 1989. A diversidade de concorrentes estabeleceu uma crise que se esperava levar o partido a um processo de "implosão", uma vez que Ulysses Guimarães, dito "candidato natural" não conseguia empolgar grande parte dos caciques poderosos que bombardeavam sua candidatura. Para estes o governador de São Paulo, Orestes Quércia, seria o candidato com maior viabilidade eleitoral, sendo que, a candidatura Ulysses era inviável no sentido de que o mesmo não conseguiria empolgar as massas com discursos populistas e recheados de promessas.

Quércia, por sua vez, apesar de todas as movimentações dos bastidores, insistia em negar sua condição de candidato, dizendo-se fiel a Ulysses, afirmando reiteradas vezes que só seria candidato se Ulysses não o fosse. Tal gentileza atingia a ambos, conforme demonstra reportagem da Revista Veja<sup>(109)</sup>, intitulada "Jogo Paulista", pois fica bem claro o jogo que se estabeleceu entre os dois peemedebistas, um na dependência do outro. "Se você é candidato, eu abro mão", declara Ulysses para Quércia, que responde: "Eu não sou". "Já que você não é, tomo a liberdade de dizer que sou", finalizou Ulysses.

(109) Revista Veja, São Paulo, Editora Abril, 01.03.1989, p. 33

Essa determinação gerou contradições entre os parlamentares favoráveis à candidatura Quércia, vista como a esperança do centro e da direita para enfrentar os candidatos de esquerda, Lula e Brizola. Estes parlamentares insistiam na idéia de que Ulysses era incapaz de alcançar o segundo turno e proferiam declarações, tais como a do deputado Nefi Tales: "Se Ulysses não desistir, vamos para o pau"<sup>(110)</sup>, ou seja, o confronto aberto entre as facções do partido.

Além dessa dificuldade, gerada pelo conflito Ulysses/Quércia, a crise do PMDB era acentuada pela disputa entre os outros presidenciáveis que buscavam a condição de candidato oficial. Eram eles: Irís Resende, Ministro da Agricultura de Sarney e candidato oficial do Planalto, representando a ala dos moderados, e os governadores Alvaro Dias, do Paraná e Waldir Pires, da Bahia, sem contar com os candidatos extra-oficiais, como Tasso Jeressati, e Miguel Arraes.

Todo este impasse e as disputas internas só terminaram, pelo menos superficialmente, com a convenção do partido. Realizada em 1º turno, no dia 29.04.89, Ulysses Guimarães conseguiu 302 dos 908 votos, ultrapassando o governador da Bahia, Waldir Pires, que ficou com 272 votos, seguido de Irís Resende com 251 votos e Alvaro Dias com 72 votos. No outro dia, em segundo turno, após várias composições, dos 825 votos apurados, Ulysses fica com 624, apto, portanto, a enfrentar o maior desafio de sua carreira, a

(110) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 01.03.1989, p. 34

eleição presidencial. Estava definido o candidato peemedebista, e o partido, reunido em torno da candidatura Ulysses, neste primeiro momento, venciu mais uma crise.

A Revista Veja<sup>(111)</sup> ao analisar este momento do PMDB destaca que "o resultado da convenção do PMDB não trouxe maiores surpresas para o eleitorado e apenas reforçou a conhecida capacidade do partido de mergulhar nas piores crises, de dar a impressão de estar a beira do colapso e de acabar saindo da contenda mais ou menos do mesmo jeito que estava antes de entrar nela".

O PMDB chegou à convenção com quatro candidatos e a terminou com Ulysses sagrado candidato oficial da legenda, com 75% dos votos, votos estes fundamentados na crença de que Ulysses "é o homem mais preparado para governar o Brasil", ou, conforme afirmação de Pedro Simon<sup>(112)</sup>, "Ulysses é o melhor político que o Brasil já teve".

Outro partido com problemas para iniciar sua corrida presidencial foi o PFL. Rachado entre um bloco governista e outro que resolveu fazer oposição a Sarney desde que a popularidade do governo começou a cair, vacilou entre o candidato "histórico", o ex-ministro Aureliano Chaves e o senador Pernambuco, Marco Maciel, presidente do partido, cuja candidatura tinha o apoio do grupo dos moderados do PFL, isto depois de ver "ir por água a

(111) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 10.05.1989, p. 76

(112) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 10.05.1989, p. 76



baixo", a fórmula mágica das candidaturas, primeiro de Antônio Ermírio de Moraes e depois do empresário Silvío Santos, dono do SBT - Sistema Brasileiro de Televisão.

Tal qual Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, apesar de ter sido indicado como candidato natural pela Executiva Nacional, teve seu nome contestado abertamente pelo grupo pró-Maciel, comandado pelos senadores Carlos Chiarelli, do Rio Grande do Sul e, Jorge Konder Bornhausen, de Santa Catarina, por o considerarem fraco eleitoralmente, incapaz de fazer frente aos representantes ditos de esquerda, Lula e Brizola. A solução veio igualmente ao do PMDB, ou seja, através de uma prévia, onde 500 mil filiados do PFL foram às urnas e em voto direto e secreto escolheram Aureliano Chaves como o candidato oficial do partido. Estava definido mais um concorrente às eleições de 1989.

Problemas para definir o candidato à sucessão também abalaram o PDS - Partido Democrático Social. Apesar de ter como candidato mais evidente o prefeito de Florianópolis e ex-governador de Santa Catarina, Espiridião Amim, este, apoiado pelo presidente do partido, Jarbas Passarinho, na convenção realizada em 14 de maio de 1989, acabou-se elegendo Paulo Salim Maluf, ex-governador de São Paulo como o seu representante na corrida presidencial. Vencendo Amim por 132 votos contra 101, Maluf passava a ser o candidato oficial do PDS à presidência e conseguia este feito sem contar com o apoio da maioria do grupo que dominava o poder, uma vez que, por sua postura arrogante, se tornara, de certa maneira, dissidente e oposicionista na máquina partidária.

Outras candidaturas foram definidas de forma mais simplificada, com candidatos escolhidos, aparentemente pelo menos, sem grandes dificuldades. O Partido Liberal trouxe Guilherme Afif Domingos. Fernando Collor de Mello inicialmente filiou-se ao Partido da Juventude (PJ), transformou-o no Partido da Reconstrução Nacional (PRN), conseguiu a adesão de outros dois minúsculos partidos, o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e o Partido Social Cristão (PSC) e candidatou-se, tornando-se o maior fenômeno eleitoral depois de Jânio Quadros.

O Partido Nacional (PN) trouxe a mineira Livia Maria Pio de Abreu, primeira mulher na história brasileira a candidatar-se ao cargo de presidente. O líder ruralista e médico goiano Ronaldo Caiado concorreu pelo PSD - Partido Democrático Social; o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, lançou Affonso Camargo; o ex-deputado federal Celso Brant se candidatou pelo PMN - Partido de Mobilização Nacional; José Alcides de Oliveira, o "Marronzinho" pelo PSP - Partido Social Progressista. Eudes Mattar ficou com PLP - Partido Liberal Progressista; Manuel Horta com o PDC - Partido Democrata Cristão; Zamir Teixeira representou o PCN - Partido Comunitário Nacional; Antônio Pedreira, jornalista e autodenominado "representante da raça negra", disputou as eleições, representando o PPB - Partido do Povo Brasileiro; Paulo Gontijo, empresário mineiro pelo PP - Partido do Povo; Fernando Gabeira que, inicialmente tentou ser o vice de Lula, acabou substituindo o militante Herbert Daniel, e concorreu pelo PV - Partido Verde. O cardiologista Enéas Ferreira Carneiro candidatou-se pelo PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacio-

nal, conseguindo notoriedade nacional em razão da velocidade com que apresentava seu programa, terminando-o sempre com a frase: "Meu nome é Enéas".

Fora estas candidaturas oficializadas, dez outros partidos não conseguiram junto ao Superior Tribunal Eleitoral autorização para participar da disputa presidencial. Foram eles: Partido Trabalhista Nacional, de Djanir de Azevedo; Partido Real Trabalhista, de Hercílio Ricarte; Partido Ação Social, de João Ferreira da Silva; Partido Comunitário Solidariedade, de Lázaro Sampaio; Partido da Renovação Moral, de José Júlio do Nascimento; Partido Político Nacional, de Anésio Campos Júnior; Partido Socialista, de Bóris Nicolaevski; Partido da Juventude Brasileira, de Teolino Mendonça; Partido Nacional dos Aposentados do Brasil, de Nildo Martins de Barros e Partido da Nova Era, de João Galvão Leite Neto.

Apesar deste universo imenso de competidores, com o início da campanha eleitoral, somente onze dentre todos os candidatos chegam a figurar nas pesquisas de intenção de votos: Affonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PFL), Fernando Collor (PRN), Guilherme Afif Domingos (PL), Leonel Brizola (PDT), Lula (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (PSD) e Ulysses Guimarães (PMDB). Pela receptividade que apresentavam junto ao eleitorado, possuíam reais condições de chegar ao 2º turno: Collor, Lula, Brizola, Covas, Afif, Maluf e Ulysses Guimarães. Estes, com o decorrer da campanha, foram alterando de posições, com exceção de Fernando

Collor, do PRN, que, desde as primeiras pesquisas, permaneceu na dianteira.

Carioca, 40 anos, formado em Economia, neto do Ministro do trabalho de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Fernando Collor de Mello iniciou muito cedo sua carreira política, sendo prefeito nomeado (biônico) de Maceió, em 1978, com apenas 29 anos de idade. Aos 33 anos, em 1982 disputou sua primeira eleição, concorrendo ao cargo de deputado federal pelo PDS, elegendo-se com a maior votação do Estado de Alagoas. Apresentando-se como um político rebelde, em 1984, desobedecendo as orientações do partido, votou favoravelmente na Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições "diretas-já" para presidente. Essa postura, entretanto, não o impediu de votar em janeiro de 1985, no candidato Paulo Maluf, do PDS, contra a candidatura da Aliança Democrática de Tancredo Neves.

Em 1986 foi eleito governador de Alagoas, um dos menores Estados da Federação, com apenas 2% do eleitorado brasileiro. Após a posse, congelou os próprios salários e, vestindo a camisa de "caçador de marajás", declarou guerra aos funcionários públicos que recebiam altos salários. Disparando um tiro certo de "marketing" político, ascendeu nacionalmente como um candidato viável a presidência, conquistando um país decepcionado com os rumos da "Nova República".

Identificado com o perfil do candidato ideal, talhado pela população brasileira, conforme detectado por pesquisa realizada pela Agência Talent<sup>(113)</sup>, ou seja, branco, rico, casado, poliglota, curso superior, religioso e jovem, Collor buscou, através de um discurso direcionado, fazer oposição ao governo federal, agredindo o presidente Sarney e todos os políticos. Construindo a imagem do candidato "contra tudo e contra todos" e "isso tudo que está aí", ou seja, a situação de mau governo que vinha sendo condenada pelos brasileiros, eleição após eleição. Utilizando-se de uma legenda pré-fabricada, o Partido de Renovação Nacional que, como o próprio nome previa, pregava a renovação do país. Collor assumiu a dianteira nas pesquisas de opinião pública, e ali se manteve durante toda a campanha eleitoral, tornando-se um fenômeno, que segundo a Revista Visão<sup>(114)</sup>, era ao "mesmo tempo surpreendente e contraditório".

Candidato da Frente Brasil Popular, uma aliança que reunia o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Luiz Inácio Lula da Silva foi outro daquele universo de concorrentes à Presidência da República que no decorrer de toda a campanha se manteve, nas pesquisas de opinião pública, nos primeiros lugares, juntamente com Brizola e Collor.

(113) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 03.06.1989, p. 77

(114) Revista Visão, São Paulo, Ed. Visão

Retirante nordestino, nascido em Pernambuco, aos seis anos de idade, Lula trocou sua cidade natal, Garanhuns por São Paulo. Aos quatorze anos, se tornou operário; aos 25, líder metalúrgico; e, aos 41 anos, deputado federal. Sua liderança política emergiu juntamente com a primeira grande greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, no ano de 1978. Presidente do Sindicato de São Paulo, o ex-retirante logo se firmou como o principal representante do "novo sindicalismo" criado na luta contra a política salarial e econômica do governo militar, e também contra a arcaica estrutura sindical corporativa deixada por Getúlio Vargas e ainda vigente. Do sindicalismo para a política, foi um passo. Acostumado a fazer discursos desde muito cedo, Lula consolidou sua posição de político "à esquerda" e, em 1980, junto com a maior parte dos grupos da esquerda comunista, as comunidades eclesiais de base, ligadas à chamada "ala progressista" da Igreja Católica, professores da Universidade de São Paulo e operários metalúrgicos, fundou o Partido dos Trabalhadores - PT.

Baixinho, barrigudo, ex-torneiro mecânico formado pelo SENAI, Lula apareceu como "o único candidato de origem popular com possibilidades reais de subir a rampa do Planalto, com cara, jeito e linguagem de povo"<sup>(115)</sup>. Considerado<sup>(116)</sup> como a "condensação das forças sociais e políticas que se voltaram para a demolição tardia do antigo regime" e alicerçado num programa de governo que "propunha desenvolver uma política democrática que rompesse com o passado, favorecesse os trabalhadores, promovesse o

(115) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 09.08.1989, p. 46

(116) FERNANDES, A transição prolongada, cit. p. 28

crescimento do mercado interno<sup>(117)</sup>, com uma melhor distribuição de renda, "onde toda a população tenha pelo menos um padrão de vida igual a da classe média"<sup>(118)</sup>, Lula emergiu como o representante da classe trabalhadora, bem como daquela camada de intelectuais que se posicionavam contra o "status quo", ou seja, o Brasil resultante da ditadura militar.

Por sua postura, e pelo que representava, Lula de imediato foi rejeitado pela classe dominante, que o viam como um perigo para a instabilidade nacional, sendo a hipótese de sua vitória tida como indesejável, suscitando declarações como a feita por Mário Amato<sup>(119)</sup>, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que anunciou "uma vitória de Lula obrigaria oitocentos mil homens de negócios do País a mudar-se para o estrangeiro", ou a do empresário José Andrade Vieira<sup>(120)</sup>, dono do Bamerindus que insistia em declarar: "A vitória de Lula representará dias negros para o País".

O terceiro candidato que freqüentemente esteve nas pesquisas de opinião pública, como provável dono de uma das vagas do segundo turno, era Leonel de Moura Brizola.

(117) PILETTI, op. cit. p. 192

(118) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 54

(119) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 56

(120) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 53

Engenheiro, 67 anos, Brizola iniciou sua vida política na década de 40, fundando a Ala Jovem do Partido Trabalhista Brasileiro, a qual se filiou aos 23 anos de idade. Em 1948, elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Sul, iniciando uma bem sucedida carreira política. Com a possibilidade do golpe suscitado pela renúncia de Jânio Quadros, Brizola, em 1961, lança a campanha pela Legalidade que exigia a posse do Vice João Goulart, seu cunhado, na Presidência. Posteriormente, luta a favor do retorno ao Presidencialismo, devolvendo plenos poderes ao presidente Goulart. No ano de 1962, visando à sucessão presidencial, candidata-se a deputado pelo Estado da Guanabara, sendo eleito com votação recorde.

O movimento militar de 1964 fez com que Brizola adiasse seus planos presidenciais, obrigando-o a abandonar o País e amargar um exílio que durou mais de quinze anos, um dos mais longos da História. Em 1979, após a abertura política do Presidente Figueiredo, retorna ao Brasil e, em 1983, defendendo a legenda do Partido Democrático Trabalhista - PDT, assume o governo do Rio de Janeiro.

Herdeiro auto-proclamado de Getúlio Vargas, o gaúcho Brizola representa a velha "esquerda" brasileira, nacionalista e populista. Carismático e dono de uma retórica agressiva, Brizola procurou, no exílio, abrandar sua imagem de radical, estabelecendo laços com a Social-Democracia européia, sendo que, desde que retornou ao Brasil, todas as suas ações foram no sentido de preparar sua candidatura à presidência.



Apesar de candidato de esquerda e visto pela classe empresarial como um "projeto caudilhesco-populista"<sup>(121)</sup>, onde seu radicalismo representava para eles, "a forma das velhas e ultrapassadas idéias do socialismo estatizante do século XIX"<sup>(122)</sup>, o nome de Brizola aparecia como mais viável junto às elites que tinham nele, um "adversário" e não um "inimigo" como Lula, passível, portanto, de ser apoiado, na eventualidade de um confronto direto dos dois, no segundo turno.

Outros candidatos que apresentaram bom desempenho na sucessão presidencial foram Mário Covas, do PSDB, Guilherme Afif Domingos, do PL e, Paulo Maluf, do PDS, que se revezaram na disputa das melhores colocações, sem entretanto ameaçar o pelotão de frente, formado por Collor, Lula e Brizola.

#### 4.1.2 - A Campanha Presidencial

A partir da definição dos candidatos à presidência, a campanha eleitoral alçou vôo e, apesar da importância do cargo disputado, esta, como outras campanhas realizadas no Brasil, não se iniciou com um debate profundo de idéias e de programas de governo, atendo-se a uma autêntica guerra eleitoral, onde os partidos disputavam, palmo a palmo, a preferência do eleitorado.

(121) DREIFUSS, René Armand. O jogo da Direita, cit. p.291.

(122) DREIFUSS, op. cit. p.286.

Com discursos que beiravam o trivial - dívida externa, fim da corrupção, das mordomias e, principalmente da inflação, os candidatos buscavam todos os meios possíveis de amealhar votos, independente de apresentar projetos viáveis para o país, impossibilitando, desta forma, os eleitores de se "encaminharem para escolhas decisivas"<sup>(123)</sup>.

Assim, sem um discurso político elucidativo, de princípios, o que se viu, com raríssimas exceções, foi o apelo ao voto pelo caminho mais fácil, o das "fórmulas eleitoreiras"<sup>(124)</sup>. Promessas de soluções mágicas, como a apresentada pelo candidato Collor de Mello, de "em um ano e meio a inflação será de 3% ao mês"<sup>(125)</sup>, se transformaram em lugar comum, deixando para trás a expectativa dos cientistas políticos que haviam colocado a eleição de 89 como a mais importante experiência democrática a ser vivida pelo povo brasileiro nos últimos trinta anos, e que esperavam uma campanha rica em discussões, "com programas de ação e objetivos precisos e escalonada politicamente"<sup>(126)</sup>.

Fernandes<sup>(127)</sup>, comentando a campanha, vai mais longe ainda, e afirma que "os comícios, entrevistas e principalmente os debates de televisão, estão apontando um fato grave: há um abismo entre a "fome de votos" e o que se poderia chamar de vocação pre-

(123) FERNANDES, op. cit. p. 53

(124) FERNANDES, Transição Prolongada, cit. p. 53

(125) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 17.05.1989, p. 4.

(126) FERNANDES, op. cit. p. 67.

(127) FERNANDES, op. cit. p. 70

sidencial dos candidatos", alegando que a "mediocrização da política caminha a par com o fortalecimento das máquinas burocráticas dos partidos e a institucionalização dos lobbies, sendo que a televisão vende "qualquer coisa". Pode-se descobrir, por inquéritos de opinião, a imagem do candidato ideal, selecionar entre os políticos profissionais alguém que corresponda à imagem e "trabalhá-lo" como produto de "merchandising". A partir deste pressuposto, todo o resto fica para trás, não havendo razões para se preocupar com uma ação política efetiva, que venha possibilitar a população a ter opções conscientes sobre os candidatos.

A consistência da campanha fica, desta forma, comprometida, à medida que o alvo principal é esquecido, figurando apenas como mero coadjuvante, ou seja, a população, apesar de desejar escolher alguém que realmente tenha condições de governar o país, de trazê-lo de volta aos trilhos da democracia, se vê na contingência de escolher o candidato que detenha melhores condições "televisivas", ou que consiga ostentar, com maior fidelidade, o perfil antes escolhido como o do presidente ideal. A campanha, pois, chega ao marasmo, com a imposição de discursos frágeis e sem consistência, à medida que, para os candidatos e seus partidos, o mais importante ainda é fazer "política" e obter resultados favoráveis, e não buscar um caminho melhor para a sociedade como um todo.

Utilizando-se dos meios de comunicação, principalmente a televisão, peça-chave desta campanha, de toda a imaginação possível, contando com profissionais especializados em marketing

político, e afeiçoados em sua grande maioria por recursos milionários, os candidatos partiram literalmente para a luta, sendo que os comícios, muitas vezes, se transformaram em verdadeiros campos de guerra, com cenas de violências físicas inquietantes, como a retratada por reportagem da Revista Veja<sup>(128)</sup>, intitulada "O veneno de Niterói".

Nela se demonstra que a violência passou a ser utilizada como uma arma de campanha "pelos candidatos que corriam atrás do prejuízo", no caso específico, Leonel Brizola que não conseguia superar Collor de Mello desde as primeiras projeções ocupando o primeiro lugar na intenção de votos. No tumulto em Niterói, integrantes da tropa de choque brizolista investiram contra a comitiva do candidato do PRN e, "armados de pedaços de pau e pedra, rasgaram cartazes e queimaram faixas, agredindo o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, assessor de imprensa de Collor, que recebeu uma pedrada no nariz", produzindo-se, de acordo com a revista "a primeira mancha de sangue da corrida presidencial".

Outro tipo de violência igualmente utilizada na campanha foi a verbal. Ocorrida durante as apresentações do programa eleitoral gratuito no rádio e na televisão, e nos debates promovidos pelas redes de televisão, buscava desestabilizar os concorrentes, trazendo, muitas vezes, fatos inverídicos que desabonavam a conduta do adversário, ao mesmo tempo em que enfraquecia sua

(128) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 16.08.1989, p. 35

candidatura, sendo, desta forma, alvo de agressão os candidatos que conseguiam os melhores índices nas intenções de votos.

Um exemplo dessa violência foi sofrida pelo candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ao crescer nas pesquisas de opinião, Lula "passou a frequentar as manchetes dos jornais em situações desagradáveis"<sup>(129)</sup>, acusado de usar em sua campanha, propinas que empreiteiras teriam pago à Prefeitura de São Paulo, administrada pelo PT, em troca da aprovação de obras. A denúncia, que ficou conhecida como caso Lubeca, foi feita pelo presidenciável Ronaldo Caiado e acusava a prefeita Luíza Erundina de ter favorecido a aprovação de um projeto de 600 milhões de dólares no bairro do Morumbi, em troca de dois cheques, um no valor de 900.000 cruzados novos e outro de 400.000, que teriam sido doados aos cofres da campanha de Lula.

Tecendo comentários sobre este aspecto agressivo da campanha eleitoral, a Revista Visão<sup>(130)</sup>, em artigo sobre a sucessão presidencial destaca que, "a menos de um mês do 15 de novembro, a campanha esquenta em acusações e outras baixarias. E os eleitores, que mereciam assistir a um debate inteligente, estão confusos", declarando em sua reportagem que, "mais cedo do que se esperava, a campanha presidencial descambou para o tiroteio cerrado entre os principais candidatos ao Planalto - cenário de faroeste classe B no qual sobram agressões verbais e físicas e ou-

(129) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 16.08.1989, p. 35

(130) Revista Visão, São Paulo, Ed. Visão, 25.10.1989, p.16-17

tras modalidade de baixaria; e em que faltam - absolutamente - debates em torno de idéias, princípios e plataformas de governo". Continua, ainda, afirmando que "quando se aproxima o momento decisivo da campanha, aumentam sem cessar, as acusações entre os candidatos e as agressões físicas patrocinadas por militantes dos partidos que disputam a Presidência da República".

Esta, portanto, foi a tônica da campanha de 89. Toda a preocupação com a formulação de programas viáveis não saiu do campo da esperança, onde a "mesmice" dos temas confluía com "a generalidade e a abstração política"<sup>(131)</sup>, sendo que nem mesmo o candidato que assumira a dianteira, Collor de Mello, posicionou-se de forma diferente, "apresentando desde o início do processo sucessório, propostas genéricas e inconsistentes de forma a não comprometê-lo com idéias que checadas em debates com outros presidenciais, pudesse lhe tirar os votos que colhera junto a alguns setores do eleitorado"<sup>(132)</sup>.

Ironicamente, segundo a Revista Visão<sup>(133)</sup>, foi justamente esse tipo de "discurso vazio" apontado como um dos fatores do sucesso de Collor nas sondagens eleitorais.

A campanha eleitoral de 89 foi tumultuada também em razão das incertezas geradas pela falta de uma legislação específica. Prova disto é que, apenas oito meses antes do pleito, ainda

(131) FERNANDES, op. cit. p. 67

(132) Revista Visão, São Paulo, Ed. Visão, 19.07.1989, p.12.

(133) Revista Visão, São Paulo, Ed. Visão, 19.07.1989, p.12.

não se tinha uma normatização capaz de explicar quando e como o futuro presidente seria eleito. Conheciam-se apenas a data do 1º turno, marcada pela Constituição de 88 para o dia 15 de novembro, mas havia incógnitas sobre a data do 2º turno, o funcionamento do programa eleitoral no rádio e na televisão, e o espaço que seria destinado a cada legenda, bem como regras sobre a desincompatibilização daqueles que desejassem disputar a eleição.

Segundo a Revista Veja<sup>(134)</sup>, em reportagem intitulada "Urna sem Lei", "essa maneira desorganizada de fazer eleições já é uma tradição brasileira, segundo o qual cada eleição é disputada com uma legislação eleitoral diferente".

Corroborando esta idéia, basta recordar que "o Presidente Sarney, a cinco meses da eleição, aprovou Lei em que os partidos políticos não precisavam ter registro definitivo ou representação parlamentar para lançar candidatos à Presidência"<sup>(135)</sup>, dando origem, posteriormente, ao fator confusão, denominado Silvío Santos. Este, a apenas 15 dias da eleição, ou seja, 31 de outubro, lança sua candidatura à Presidência, pelo PMB, ocupando o lugar de Armando Corrêa, embaralhando toda a sucessão e gerando perturbações na esfera política, legal e psicológica, uma vez que "nos bastidores da sucessão, a aparição de Silvío Santos, empresário da televisão brasileira, e campeão nacional de audiência nas tardes de domingo, transformou tempora-

(134) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.03.1989, p. 34

(135) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 21.06.1989, p. 17

riamente em poeira tudo aquilo que se pensou, se pagou e se ma-  
quinou ao longo da campanha eleitoral<sup>(136)</sup>. Além disso, num caso  
inédito da história eleitoral do Brasil, caso o pedido de regis-  
tro do candidato Silvío Santos fosse aceito, só às véspera da vo-  
tação é que o cidadão brasileiro saberia com certeza se o mesmo  
concorreria ou não, haja vista que sua candidatura teria de ser  
analisada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sintetizando, pois, podemos afirmar que a campanha  
eleitoral de 89 seguiu a prática brasileira comum. Utilizando-se  
predominantemente da televisão, "veículo que privilegia a imagem  
de quem comunica em vez do conteúdo de sua proposta"<sup>(137)</sup>, como  
instrumento básico, através do horário político do programa elei-  
toral gratuito "compulsório para as emissoras e obrigatório para  
os telespectadores"<sup>(138)</sup>, os candidatos procuraram durante os 59  
dias de sua duração, levar sua mensagem, em geral discursos enfa-  
donhos e sem substância. Na tentativa de conquistar o eleitorado  
e reverter o quadro eleitoral, que, desde o primeiro momento,  
trouxe Fernando Collor de Mello, "o caçador de marajás", como lí-  
der isolado na corrida presidencial, sendo que, nos debates entre  
os presidenciáveis, a situação não foi diferente com os candida-  
tos se atacando mutuamente.

Em razão de toda esta problemática, a verdadeira cor da  
campanha foi dada pelos militantes, cabos eleitorais e pela popu-

(136) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 08.11.1989, p. 35

(137) Revista Isto é Senhor, 02.08.1989, p. 5

(138) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 20.02.1989, p. 46



lação em geral que, apesar de todo o marasmo dos candidatos e partidos, "coloriu" e fantasiou o Brasil com os tons da democracia. Fato que não se pode esquecer, pois a sociedade, a sua maneira e independente dos próprios candidatos fez o seu julgamento e a sua escolha. Valorizando o momento especial pelo qual o país passava, colocou no segundo turno Collor de Mello e Lula, considerados "como o fator nova da corrida presidencial"<sup>(139)</sup>.

Assim, "ao passarem pelas urnas no dia 15 de novembro, na mais ampla e democrática eleição que o país já teve, 82 milhões de eleitores deixaram um recado claro junto com seus votos"<sup>(140)</sup>, levando para a reta final os concorrentes "mais fora do esquadro em matéria de tradição política e de ligações com o poder"<sup>(141)</sup>. Demonstraram, com isso, que "quem não capta os desejos de mudança do povo acaba atropelado - o povo quer mudar muita coisa e rápido"<sup>(142)</sup>. O sinal deste desejo popular veio através da derrocada das máquinas partidárias que, apesar de todo o suporte, não conseguiram eleger figuras como Ulysses Guimarães - o Senhor Diretas -, Mário Covas, Paulo Maluf, Afif Domingos ou Leonel Brizola, políticos que para a visão geral do eleitorado, se encontravam altamente comprometidos com o antigo.

(139) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 48,49

(140) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 49

(141) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 49

(142) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 49

Desta forma, segundo reportagem da Revista Veja<sup>(143)</sup>, "quando o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado final do pleito de 15 de novembro, descobriu-se, 29 anos depois, que todo o sistema político brasileiro, que nasceu junto com a Proclamação da República, atravessou as turbulências do Estado Novo e do regime de 64 dando até a impressão de que poderia sobreviver na UTI do governo do presidente Sarney, se encontrava de pernas para o ar". Assim, a "principal notícia deixada pelas urnas foi a de que os grandes partidos políticos do país nada têm a dizer ao eleitorado, as alianças regionais não passam de pactos sem nenhuma utilidade prática e aquelas personagens que gostam de considerar a si próprias como "formadoras de opinião" não dispõem de plateias interessadas em ouvir suas proposições". O eleitorado, pois, votou em quem quis, quando quis, sem que a opinião de qualquer tipo de cacique tenha conseguido influenciar sua escolha.

Mostra disso é que os dois candidatos que chegaram ao segundo turno, Fernando Collor de Mello, PRN e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, ganharam as eleições sem ter a seu lado nenhuma das estruturas políticas tradicionais. Collor disparou nas pesquisas a bordo de um partido minúsculo e desconhecido, que contava até abril com um único parlamentar no Congresso e venceu o primeiro turno das eleições cercado por um punhado de políticos inexpressivos e governadores de Estados pequenos, como Moacir Andrade, de Alagoas, e Tarcísio Burity, da Paraíba. Da mesma forma,

(143) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 62

Lula chegou ao segundo turno com um partido de apenas dezesseis parlamentares, que se acostumou a perder eleições, considerado o inimigo número um dos governantes que exerceram algum tipo de poder nos últimos anos.

#### 4.2 - A disputa final: Collor X Lula

Com a apuração dos votos dados por 82 milhões de brasileiros, foi confirmada a vitória de Collor e Lula no primeiro turno, ficando ambos autorizados a participarem da etapa final que escolheria, definitivamente, o sucessor do presidente Sarney.

Começava, assim, a campanha para o segundo turno que assumiu, em razão das peculiaridades do cargo disputado e dos adversários envolvidos "a forma de uma batalha com muito nervosismo, na qual os concorrentes passaram a disputar o voto no corpo-a-corpo eleitoral até o último dia"<sup>(144)</sup>. As dificuldades maiores ficaram para o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que Collor chegara à reta final sustentado por um total de 20 milhões de votos, suficientes para colocá-lo na dianteira da corrida presidencial.

(144) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 51

Representando a Força Brasil Popular, uma coligação formada por partidos de esquerda - como o PT, PSB, PC do B - o ex-retirante nordestino Lula, teve como missão principal reverter o quadro favorável em que se encontrava Collor de Mello, que, de acordo com a Revista Veja<sup>(145)</sup> contava em 28.11.89 com 51% da preferência do eleitorado. Para tanto, precisava modificar a imagem de político radical que adquirira no decorrer dos anos, como sindicalista e deputado federal, livrar-se da idéia de que, caso vencesse, o país seria estatizado e de que "800 mil empresários deixariam o país se fosse eleito"<sup>(146)</sup>. Mais do que tudo, pois, Lula precisava convencer a classe empresarial detentora do grande capital e, conseqüentemente, de grande parcela do poder, de que sua vitória não significaria uma ruptura total com a ordem geral das coisas.

Partindo para o embate, Lula buscou aliança com os derrotados, cujo peso eleitoral não poderia menosprezar, procurando, assim, afastar a idéia do radicalismo que perseguia o PT e a si próprio. Nesse intento, submeteu à discussão sua proposta de governo, para que o mesmo passasse pelo crivo dos partidos e das forças políticas. Com isso, revelava segundo Fernandes<sup>(147)</sup> "a toda a Nação, que não defendia uma ambição pessoal, mas um processo longo e contínuo de transformação social profundo do Brasil", emergindo destas articulações, ainda segundo o mesmo autor, "a personalidade política de Lula, onde o seu radicalismo se res-

(145) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 06.12.1989, p. 51

(146) FERNANDES. A transição prolongada, cit, p. 30

(147) FERNANDES, op. cit, p. 30

tringia a "eliminação das iniquidades econômicas, sociais, políticas e culturais, que impedem o país de ser uma Nação e uma República democrática" (148). Lula conseguiu o apoio de lideranças partidárias fortes, como Miguel Arraes e Roberto Freire, e após entendimentos outros, a adesão em sua campanha de Leonel Brizola e Mário Covas.

Todos os acordos, entretanto, não conseguiram reverter a posição privilegiada de Collor, uma vez que a rejeição a Lula foi mantida em vários segmentos da sociedade, fazendo que não houvesse a transferência total de votos de candidatos como Brizola e Covas, necessários para que o candidato do PT promovesse uma virada espetacular e saísse vitoriosos no dia 17.12.89. Possibilitaram, porém, a Lula, diminuir a diferença e se posicionar numa curva ascendente em direção a Collor, de forma que, a menos de uma semana do pleito, a sucessão presidencial passasse a determinar um nervosismo incontido, levado pelas pesquisas de opinião que indicavam a aproximação de Lula, com índices (149), segundo a Data Folha de 49% para Collor e 41% para Lula e de acordo com o Ibope, 49% para Collor e 40% para Lula.

O candidato Collor, por sua vez, apesar de ter vencido o 1º turno com mais de 20 milhões de votos, tornando-se o maior fenômeno eleitoral da história das eleições e liderar por um bom tempo com folga as pesquisas de opinião pública, batalhou durante

(148) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 13.12.1989, p. 47

(149) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 13.12.1989, p. 47

o segundo turno para manter os votos que ganhara na etapa inicial, principalmente, o dos brasileiros mais pobres, o grosso do seu eleitorado. Preocupou-se, também, não só em promover comícios, mas em conquistar alianças regionais, usando como estratégia fechar compromissos apenas com pequenas lideranças do interior - e não com nomes mais conhecidos dos partidos, mantendo assim, a imagem do político apartidário que vendera o tempo todo em sua campanha.

Na verdade, porém, a adesão a Collor foi quase instantânea pelos políticos pertencentes aos grandes partidos - como PFL, PDS, parte do PMDB e do PDT - a partir do momento que os mesmos sentiram a possibilidade real da vitória do candidato alagoano. Aliás, a debandada já ocorrera aos primeiros sinais de que Collor chegaria ao segundo turno. Igualmente, ao contrário do seu discursos, Collor recebeu a adesão da maioria da classe empresarial, detentora do grande capital, que viam com preocupação a ascensão de Lula, considerado por eles como "opção inviável" para o Brasil. As declarações feitas por empresários, como José Andrade Vieira, dono do Bamerindus, o quarto maior banco privado do país, de que "não acredito na vitória do PT, mas, se por acaso o Lula for vencedor, viriam dias negros para o país"<sup>(150)</sup> foram uma constante no final de campanha, intensificando a apreensão na maioria dos homens de negócios, facilitando a revoada de votos em direção a Collor.

(150) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 54

A disputa final foi, desta forma, extremamente acirrada. De um lado, Collor de Mello, digno representante das elites brasileiras, transvestido de apolítico e antipartidário que, sustentado por um orçamento milionário, orçado em mais de 100 milhões de dólares e por um discurso messiânico, de salvador da pátria, conseguiu, com a promessa de acabar com os marajás, com a inflação e com os descamisados, conquistar os votos de uma grande parcela da população carente do país. "Uma semana depois de tomar posse, Collor vai melhorar nossa vida, aumentando os salários e não deixando que as coisas subam de preço"<sup>(151)</sup>, foi a declaração feita por Pedro Manoel Rosário, um limpador de peixes, que bem exemplificou a crença dos eleitores de Collor em relação ao seu governo. Martelando os políticos tradicionais, assumindo uma postura modernista de candidato neo-liberal, sem compromissos ou laços com o "status quo", Collor conquistou, também, parte da classe média, fiel a Covas e a Maluf, e uma parcela significativa da classe "A", enquadrada entre aqueles brasileiros que muito têm, e que temiam com a vitória do candidato petista, a "transformação do Brasil numa Albânia"<sup>(152)</sup>.

Do outro lado, estava Luiz Inácio Lula da Silva, o operário brasileiro que, de retirante nordestino chegou a presidente, sustentado apenas pelo PT, partido que ajudara a fundar na década de oitenta, por pequenas agremiações de esquerda, e pelo exército de 1,5 milhões de militantes, que, vestindo literal-

(151) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 22.11.1989, p. 48

(152) Revista Veja, São Paulo, Ed. Abril, 29.11.1989, p. 54

mente a camisa do candidato, saíram às ruas, trabalhando incessantemente em prol de sua candidatura. Lula, diferentemente de Collor, não teve dificuldades em manter seu eleitorado original, ou seja, a grande massa trabalhadora, a quem seu discurso era dirigido, e a parcela intelectualizada da população, que reconheciam no candidato Collor a construção de uma farsa, evidenciada por seu passado político. Poucos dias após receber 16% dos votos em 15 de novembro, que o colocaram no 2º turno, Lula saltou para 38%, dobrando seu eleitorado, que foi aumentando paulatinamente com a proximidade da eleição e a partir do seu retorno aos palanques. Fazendo comícios na sua forma original - com uma linguagem agressiva e popular, alcançou, a menos de uma semana do pleito, o percentual de 41%, o que o deixou praticamente num empate técnico com Collor de Mello.

Vale ressaltar que todo o desempenho de Lula foi conseguido tendo contra si não só a campanha ferrenha dos adversários, mas também a própria descrença de parte dos componentes do PT e da FBP - Frente Brasil Popular, que não acreditavam na vitória do operário sindicalista, e mais até do que isso, se perguntavam como as coisas ficariam se Lula viesse a vencer, uma vez que batia forte a versão corrente de que o PT "não sabia fazer aliança, não tinha jogo de cintura nem gente competente em quantidade para governar"<sup>(153)</sup>, repetindo os argumentos formulados pelas elites, na justificativa do apoio a Collor, um candidato nitidamente representante da burguesia nacional.

(153) PONAR, Wladimir. Quase lá - Lula, o susto das elites. S.P. Editora Brasil Urgente, 1990, p. 16



Entretanto, mais ainda do que o descrédito dos seus partidários, Lula sofreu durante toda a campanha o ataque deliberado da mídia que, diuturnamente, vendeu a idéia de que sua vitória representaria o caos, o atraso para o país. Assim é que, umas de forma mais sutil, como a imprensa escrita, representada pelos jornais e revistas de circulação nacional e outras mais abertas como a televisão - leia-se em primeira mão Rede Globo - sustentou-se previamente o fracasso que representaria um governo coordenado pelo Partido dos Trabalhadores. Vinculando a imagem de Lula a incompetência e, apoiando, sem restrições, o candidato de direita, postura que Collor obrigatoriamente teve que assumir no segundo turno, apesar de "rejeitar publicamente, tudo o que ela representava".

Cumpria, assim, a grande mídia, principalmente a televisão, o seu papel de defensora das classes dominantes, garantindo a manutenção do "status quo" que representava, sem dúvida a vitória de Collor, afastando, para as elites, o perigo de "socialização do país", que no caso do programa do PT significava, apenas, melhores salários, menos filas, mais emprego e comida para 70% da população brasileira, que sobrevive em precárias condições de existência.

Expondo, pois, suas idéias, criticando sempre a proposta do adversário, Collor e Lula chegaram ao segundo turno, quando, num domingo histórico - 17 de dezembro, a sociedade brasileira novamente foi às urnas para, finalmente, escolher o seu presidente.

#### 4.2.1 - A vitória de Collor

Após nove meses de campanha e uma disputa apertada no 2º turno, a sucessão de Sarney termina como começou - com a vitória do favorito.

Levando um total de 35.089.998 contra 31.076.364 dados a Lula, aos 40 anos, o carioca Fernando Collor de Mello torna-se o mais novo presidente eleito da República, o seu 41º. Saiu quase do zero como governador do pequeno Estado de Alagoas e elegeu-se com o maior apoio eleitoral já visto no País.

Diferentemente dos demais candidatos, como Ulysses Guimarães - o Senhor Diretas, Brizola, que já fora governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Mário Covas, que recebera mais de 08 milhões de votos em 1986 em São Paulo ou mesmo Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, partido que ganhou prefeituras como São Paulo, Campinas, Santos e Vitória, e que eram candidatos conhecidos nacionalmente, contando pois com uma estrutura significativa, Collor de Mello era no início de 1989 um ilustre desconhecido. Sua carreira meteórica foi construída fundamentada no discurso de caçador de marajás, do protetor dos descamisados, do político antipolítico (como se isso fosse possível) e do antipartidarismo.

Colhendo índices de apenas 5% das intenções de votos nas primeiras pesquisas de opinião, Collor elegeu-se Presidente passando literalmente como um rolo compressor sobre seus adversários, deixando-os atônitos diante do fenômeno, que se esperava, iria se diluir a partir do momento que a campanha começasse a "pegar fogo". Contrariando todas as expectativas, com apenas pequenas oscilações, Fernando Collor permaneceu durante quase toda a campanha presidencial, com os 40% de intenções de votos adquiridos no início da corrida à sucessão. Votos estes que foram conseguidos através de uma milionária estrutura organizada pelo candidato e seus companheiros, estrutura esta que só foi possível graças à sólida sustentação econômica que recebeu, principalmente da classe empresarial.

Com o auxílio empresarial, Collor montou uma sofisticada infraestrutura, composta por aparelhagens de sons e iluminação, corpo de segurança, frota de jatinhos e helicópteros, sistema de computadorização e coleta de dados e informações, agência de edição e produção de notícias para jornais, rádios e tevês. Contava, ainda, com o suporte dado pela Rede Globo, uma vez que a emissora de Roberto Marinho, empresário das telecomunicações "se esmerou em transformar o "playboy" em defensor e vingador dos descamisados e vender a imagem de Lula como extremista incompetente e destruidor da sociedade brasileira"<sup>(154)</sup>, promovendo, continuamente, a desestabilização do candidato da esquerda.

(154) POMAR, op. cit. p.77

Para sua organização, Collor contava também com o auxílio do "Instituto Vox Populi" de Belo Horizonte, de propriedade de seu amigo Marcos Coimbra Filho, que produziu e analisou centenas de pesquisas eleitorais para o PRN e que resultavam em orientação de quase todos os passos a serem dados pelo candidato na busca dos votos. Estas pesquisas, aliás, eram elaboradas para Collor desde 1987, quando o Instituto detectou que o mesmo era, naquele momento, o político mais popular entre os eleitores da região metropolitana de Belo Horizonte, o que acendeu a perspectiva de o então governador de Alagoas concorrer à presidência.

Valeu-se igualmente Collor, como já afirmado da mídia, que, com raríssimas exceções elevou-o ao papel de "salvador da pátria", o representante idolatrado do modernismo, tecendo-lhe, via de regra, elogios constantes, enfocando como fatores essenciais para o exercício da presidência, todas as qualidades que o mesmo possuía, como a pouca idade, o porte atlético, o guarda roupa importado, o curso superior, o falar várias línguas.

Dito como irreverente e decidido, o político recém instalado no PRN só mudou sua postura quando, no penúltimo debate na televisão, o candidato Lula começou a avançar em sua direção nas pesquisas de opinião, até chegar praticamente a um empate técnico, momento a partir do qual se tornou muito mais agressivo, procurando identificar Lula com o comunismo, "fazendo um esforço sistemático para transformá-lo num comedor de criancinhas, ateu e

um tanto devasso. Um revolucionário de moral duvidosa" (155).

Utilizando-se daquele que foi considerado o grande golpe baixo de toda a campanha - o depoimento da ex-namorada de Lula, Míriam Cordeiro, que, de acordo com assessores do PRN depois desligados do partido, teria recebido a importância de 200.000 cruzados novos, para ir ao horário político de Collor e denunciar que o concorrente do PT tentara convencê-la a fazer um aborto para impedir o nascimento da filha do casal Luriam. Com isso o candidato Collor conseguiu anular a ascensão de Lula, situação que ficou mais crítica a partir da edição do Jornal Nacional, da Rede Globo, que noticiando o último debate dos presidencialistas, realizado no dia 14 de dezembro, trouxe Collor como o grande vencedor.

Ao comentar este episódio, a Revista " Isto é Senhor" (156), apresenta declarações de dirigentes dos institutos de pesquisas, onde os mesmos admitiam que "a edição do Jornal Nacional de sexta-feira (15.12.89) noticiando o debate dos presidencialistas ocorrido na véspera, influenciou mais no ânimo dos eleitores do que o próprio debate". Ressaltava, ainda, a mesma reportagem que o Jornal Nacional daquele dia promoveu um verdadeiro comício eletrônico collorido (quando o programa político eleitoral gratuito já havia terminado), alcançando em razão da potência da emissora, mais de 45 milhões de brasileiros, que viram Collor co-

(155) Revista Isto é Senhor, 27.12.1989, p. 29

(156) Revista Isto é Senhor, 27.12.1989, p. 63

mo vencedor, prejudicando, sobremaneira, o candidato petista que, em cima da hora, não tinha cacife econômico para entrar em cena na mesma proporção de seu adversário.

Na reta final, Collor continuou a ser favorecido pela tendenciosidade da imprensa que, como formadora da opinião pública, serviu mais uma vez como instrumento da classe dominante na defesa de seus interesses imediatos e futuros. Ao noticiar o sequestro do empresário Abílio Dinis, a grande maioria dos jornais e televisões colocou a versão de que haveria membros do PT envolvidos no delito, procurando demonstrar, mais uma vez, que o PT era composto de radicais e terroristas que não se intimidariam em agir com violência para que os planos do governo da Frente Brasil Popular, sustentadora da candidatura de Lula, viessem a se concretizar. Lula, portanto, só era notícia, só aparecia na imprensa em situações desagradáveis e desestimuladoras. No mais, toda a preocupação de informar estava voltada para o dia-a-dia de Collor.

Para se ter uma idéia da desproporção, Pomar<sup>(157)</sup> trás que o Departamento Nacional de Telecomunicações - Dentel, ao elaborar um levantamento da programação jornalística da Rede Globo entre 27.11.89 a 06.12.89 constatara que o candidato Collor ocupava 64,1% do tempo da cobertura eleitoral da emissora, contra apenas 35,9% dados a Lula. Num único programa sobre eleições,

(157) POMAR, op. cit. p. 95

Collor teve 22 minutos, e Lula nada, exemplo, que segundo o mesmo autor, foi seguido pelo resto da imprensa, mesmo as que se diziam neutras.

A disparidade entre as candidaturas, como se constata, foi enorme, e o resultado, por este motivo, não poderia ser diferente. Ao receber uma proporção extremamente maior de recursos, de apoios estratégicos, de beneméritos da imprensa escrita e falada e de favores das elites dominantes, Collor só podia sair do embate eleitoral como o grande vitorioso.

Entretanto, apesar da eleição de 89 ter sido considerada a mais democrática de todos os tempos, pois em nenhuma outra já realizada a liberdade foi tão ampla e a participação popular tão grande, ficaram algumas perguntas para serem respondidas, em razão de todo o desmembramento em termos de uma participação política efetiva que teve a mesma.

19) Ao colocar seu voto na urna, o cidadão brasileiro elegia conscientemente seu candidato? 20) Ou este candidato, antes de tudo, apenas teria sido construído pelas forças do poder dominante para, na certeza da vitória, manter-se no poder? 30) Os votos foram expressão da vontade livre e espontânea dos eleitores, ou foram devidamente manipulados e articulados pela mídia que, no desespero da manutenção do interesse das elites, trabalhara, de forma tendenciosa, a favor do candidato do PRN, apresentando-o como a única solução viável para o País? 40) As eleições foram, portanto, legítimas, ou ainda desta vez, apesar da

importância que se lhe deu onde, por via direta, se escolheria, depois de 29 anos, o sucessor de Sarney, foram fundamentais para o resultado as estratégias organizadas por aqueles que inviabilizavam a vitória de um candidato atrelado às classes populares?

59) Afastou-se a sociedade brasileira, neste pleito, das práticas calcadas no clientelismo e na patronagem, tão comuns na Primeira República?

Pela análise de todos os aspectos que envolveram esta eleição, parece-nos que não. Apesar de significar um avanço para o país como nação democrática, as condições sociais e culturais vivenciadas pelo Brasil nos últimos anos, impediu, que o cidadão brasileiro, pudesse responder livremente, na hora do voto, sobre o país que queria para si.

Pressionado por suas precárias condições de consciência política, o cidadão brasileiro, com certeza, deu um passo à frente ao quase colocar no Planalto, um representante da massa trabalhadora, comprometido, efetivamente, com as suas necessidades e seus interesses. Entretanto, se observa facilmente, que sua ação sofreu, ainda desta vez, a manipulação dos detentores do poder que, através dos mais variados instrumentos, direcionaram a vontade do eleitor, confundindo-o de forma a fortalecer seu imaginário, levando-o a votar no "velho" representado na peça por um ator "construído" como novo - o salvador da Pátria, Fernando Collor de Mello.



## CONCLUSÃO

De D. João VI a Fernando Collor de Mello, lenta e dolorosa tem sido nossa caminhada na busca da verdadeira democracia, entendida esta como a capacidade de participação política irrestrita do cidadão, independente de sua raça, credo, cor ou nível social.

Com perseverança, avançamos quando derrubamos alguns obstáculos, como aqueles que impediam o exercício do direito do voto ao negro, ao índio, às mulheres, ao analfabeto ou quando se atrelava este direito ao censo.

Entretanto, os poderosos, as oligarquias têm dominado continuamente, revesando-se nos cargos do executivo, legislativo e judiciário, nos planos federal, estadual e municipal, impedindo, a todo custo, que a sociedade se desenvolva politicamente.

Tentando se libertar de tão perniciosa tutela, o povo tem tido alguns momentos de empolgação, conclamando por mudanças efetivas e verdadeiras. Estas mudanças, necessariamente, teriam que abranger o aspecto político do exercício do voto, pois, no momento em que deposita seu voto na urna, o eleitor faz a opção do futuro que deseja para si e para o país.

O que se tem presenciado, no entanto, é virtualmente o oposto, de forma que estratégias sempre foram montadas pelo poder dominante em favor da continuação e manutenção do poder. Tal prática se iniciou com o próprio descobrimento e colonização do país, que teve seu território dividido de acordo com os interesses da família real.

Posteriormente, com a Independência e a possibilidade da elaboração de uma Constituição, o que se viu foi a permanência de postos, cargos e favores que viabilizavam o controle do país pelo poder central. A centralização das decisões nas mãos do Imperador bem demonstram o quanto toda a população perdia em participação e escolha.

Nesse período histórico poucos votavam e estes votos pouco significavam, à medida que as eleições serviam apenas para ratificar escolhas previamente feitas pelos chefes políticos da época, os "coronéis".

Observa-se que, nem as legislações eleitorais nem os partidos políticos existentes conseguiam atender as demandas sociais e apareciam como meros instrumentos das camadas dominantes para permanecer no poder, aproveitando, para tanto, de mecanismos criados pelas próprias condições sociais e econômicas vigentes, estas resultantes da política clientelista e arcaica em vigor.

Continuamente, até 1930 as eleições foram feitas a "bico de pena", ou seja, tudo era decidido na hora do voto e pela caneta do representante da mesa, sendo que o eleito nunca tinha a certeza e a garantia de ser empossado, ficando sua vitória dependente de diplomação.

Na zona rural o que vigorava era o voto de cabresto e o curral eleitoral, delimitados ainda pelo poderio dos senhores da terra, enquanto nas cidades, votar, na grande maioria das vezes, não passava de uma operação de capangagem. Quando o cabo eleitoral não conseguia com suas promessas aliciar o eleitor, o que valia mesmo era a violência, exercida no momento da votação. Em ambos os casos, perdia a população, a quem não era dado condições mínimas para conscientemente efetuar sua escolha.

Apesar da Constituição democrática de 34, com a implantação do Estado Novo, o povo foi mantido, igualmente, longe do poder de decisão, permanecendo nesta situação até a deposição de Getúlio Vargas em 1945.

A redemocratização de 45 alentou os anseios democráticos, entretanto, o exercício do voto nesta época ainda era permeado de sérias incorreções, uma vez que a máquina administrativa criada por Getúlio e o poder de mando dos "coronéis" e das oligarquias estaduais ainda era muito grande e o resultado das urnas, como não poderia deixar de ser, era um retrato fiel destas condições. As leis eleitorais eram obedecidas somente até o momento em que se descobriam mecanismos para burlá-las, e os vícios

retornavam. A prática política se restringia a um exercício figurativo, e o PODER permanecia no PODER.

Na seqüência histórica, os fatos não se modificaram muito, aumentando, inclusive, o cerceamento dos direitos políticos com o advento da "Revolução de 64", dita "REDENTORA", que levou os militares ao poder e implantou no país uma ditadura nos moldes de outras que aconteciam na América Latina. A diferença é de que aqui se mantinha uma democracia de fachada, à medida que as eleições continuaram a ocorrer. Entretanto, tais eleições seguiam o exemplo das vivenciadas no Império e na República Velha, com o agravamento de que a partir de 64 o Governo possuía instrumentos bem mais precisos para limitar este exercício. Os Atos Institucionais que foram largamente utilizados pelos militares, promovendo as cassações de políticos, as perseguições, a tortura e a censura, levaram do cidadão brasileiro o seu direito sagrado de entre as várias opções, manifestar livremente o seu desejo.

Seguindo os seus interesses imediatos, o poder constituído foi paulatinamente se apossando do direito de votar do cidadão. Primeiro suspendeu as eleições direta para a presidência da República, depois para os governos de estado e, finalmente, para as prefeituras das capitais e das cidades enquadradas como de "segurança nacional". Manteve, entretanto, as demais eleições para o Legislativo, como forma de apresentar o Brasil, pelo menos a nível internacional, como um país democrático, independentemente de utilizar os mais variados meios para garantir sua hegemonia no Congresso Nacional e no Colégio Eleitoral, este último, órgão

responsável pela escolha do chefe do Executivo. Para tanto, extinguiu os partidos políticos, implantou o bipartidarismo, criou os senadores "biônicos", censurou os meios de comunicação. Leis eleitorais específicas foram criadas para eleições específicas, facilitando ou introduzindo obstáculos de acordo com o interesse do momento. O que importava era a vitória final e a sociedade quase que unanimemente permanecia longe dos poderes de decisão.

Observando-se, pois, todo este contexto histórico, numa sequência que vai desde o Brasil Colônia até 1989, conclui-se que a participação política do cidadão brasileiro foi restrita ao máximo pelas camadas dominantes, que tentaram através dos vários mecanismos ao seu alcance, garantir a manutenção do poder.

Para tanto, utilizaram-se principalmente das eleições - instrumento essencial ao exercício da democracia - que foi constantemente manipulado, impedindo que alcançasse seu objetivo fundamental, ou seja, o de aprimorar a consciência política da sociedade.

Desta forma, pode-se afirmar que apesar das eleições terem vigorado quase que por toda nossa existência de país "livre e soberano", a mesma serviu continuamente aos interesses das classes privilegiadas, de forma que ao cidadão sobrou apenas o ato quase que mecânico de depositar o voto na urna.

Num contexto generalizado, o ato de votar, pelas comprovações que foram feitas, não significou o exercício de um direito pleno e inalienável, mas constituiu-se, sim, na realização de uma ação previamente delimitada pelo poder constituído que utilizou-as como instrumento voltado ao atendimento de seus projetos e propósitos particularizados, destacando-se entre eles, a permanência no poder.

Fazer eleições se faziam. No entanto, as mesmas eram permeadas de incorreções tão profundas que acabavam por estabelecer privilégios aqueles que se encontravam agregados ao poder retirando ao mesmo tempo do processo o eleitor que votava sim, mas o fazia desestimulado, atendendo apenas a uma obrigação legal, sem se preocupar com os programas e ideais apresentados pelos candidatos.

Contribuíram para tal, entre outros fatores, as leis eleitorais mal elaboradas, os partidos políticos desarticulados, a falta de cultura da sociedade, bem como as precárias condições sociais, políticas e econômicas atingidas pelo Brasil nas últimas décadas.

Desta forma, ao votar embalado por leis que beneficiam certos partidos e regiões, que proíbem os candidatos de exporem livremente suas idéias, que permitem interpretações dúbias, que facilitam a tendenciosidade de determinados meios de comunicação, beneficiando este ou aquele concorrente, o povo, ao chegar à urna, exerce seu direito com raiva, procurando soluções imediatas

que, em muitos casos, acaba por prejudicar a si e a Nação. Exemplo deste fato, foi a eleição de 89, que deu a vitória a Fernando Collor de Mello.

Após 30 anos, aproximadamente, sem exercer, o direito de escolher o seu presidente, o povo brasileiro, sofrido por uma inflação galopante, pela corrupção, pela exploração, pelos mandos e desmandos exercidos pelo poder dominante, vai às urnas e elege um digno representante da burguesia nacional. Privilegiado pelo apoio da classe empresarial, dos políticos conservadores, da mídia em geral, proferindo discursos messiânicos, Collor constrói a imagem do "salvador da Pátria". Prometendo acabar com todos os problemas que afligem a população, conquista o eleitorado, e recebe o maior número de votos da história do país.

Tivesse a sociedade plena consciência do que realmente significa democracia, teria entendido que a candidatura e a vitória de Collor de Mello representaria um retrocesso para o Brasil, à medida que garantia, novamente, o poder àqueles que se encontravam no poder.

Negar que o País tem arroubos de democracia séria é, no entanto, um erro. Tivemos a campanha das "Diretas Já", o "impeachment" de Collor, agora a CPI da Corrupção. Entretanto, estamos longe ainda de exercer o voto de forma livre e efetiva.

Para isso, faz-se mister primeiro que todos os cidadãos tenham garantidas condições dignas de sobrevivência e que se diminua o abismo que separa as classes sociais, quando poucos ganham muito e a maioria nada recebe, o que provoca em variados momentos, a própria instabilidade das instituições. A participação política somente será plena, no momento em que o cidadão brasileiro puder chegar à urna e, soberanamente, efetivar sua escolha, deixando para trás as pressões políticas, sociais e econômicas.

Urge, ainda, um amadurecimento da sociedade através da retroalimentação cultural pelos meios de comunicação de massa, permitindo que se acabe terminantemente, com a negociação do voto ou da pouca valorização deste, deixando-se reconhecer que a consciência, a humanização política do Brasil, em todos os níveis, é imprescindível à consolidação da DEMOCRACIA.

Apesar de a HISTÓRIA ter suas páginas marcadas pelas causas e conseqüências das lides eleitorais, muitas vezes folclóricas, desonestas e incompatíveis com a dignidade do povo brasileiro, ainda é, através do VOTO - e diga-se que o exercício deste é o último momento do processo eleitoral - que teremos um BRASIL à altura das necessidades e do merecimento do POVO BRASILEIRO.



## REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

- 1 - ABREU, Hugo. O outro lado do Poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, 208 p.
- 2 - BANDEIRA, Moniz. A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979, 183 p.
- 3 - BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. São Paulo, Contexto, 1991, 120 p.
- 4 - BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República das origens a 1889. 1. V. 5ª edição. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1986, 284 p.
- 5 - \_\_\_\_\_ . História Sincera da República de 1889 a 1930. 1. V. IV. edição. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1986, 316 p.
- 6 - \_\_\_\_\_ . História Sincera da República de 1930 a 1960. 2. V. 5ª edição. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1985, 252 p.
- 7 - \_\_\_\_\_ . História Sincera da República de 1961 a 1967. 4. V. 4ª edição. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1986, 216 p.

- 8 - BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O governo Jânio Quadros São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, 87 p.
- 9 - BIERRENBACH, Flávio Flores da Cunha. Quem tem medo da Constituinte? Rio de Janeiro, Paz e terra, 1986, 174 p.
- 10 - CAMPOS, Benedito. A questão da Constituinte-uma análise marxista. São Paulo. Alfa-Omega, 1985, 171 p.
- 11 - CAMARGO, Aspásia. O drama da sucessão e a crise do Regime. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 22 p.
- 12 - CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª edição. São Paulo, Campanhia das letras, 1987, 196 p.
- 14 - CAVALCANTI, Themistoles Brandão e outros. O voto distrital no Brasil. Estudo em torno da conveniência e da viabilidade de sua adoção. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1975, 380 p.
- 15 - COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. Momentos decisivos. 4ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1987, 361 p.
- 16 - CHACON, Wamiseh. História dos Partidos Políticos discurso e práxis de seus programas. 2ª edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985, 739 p.

- 17 - DREIFUSS, René Armand. O jogo da Direita. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1989, 294 p.
- 18 - DUVERGER, Maurice. Os partidos Políticos. 3ª edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, 465 p.
- 19 - DIMENSTEIN, Gilberto(coord.) O Complô que elegeu Tancredo. Rio de Janeiro, Editora J.B., 1985.
- 20 - FERNADES, Florestan. Que tipo de República?. São Paulo, Brasiliense, 1986, 250 p.
- 21 - \_\_\_\_\_ . A transição prolongada. O período pós-constitucional. São Paulo, Editora Cortez, 1990, 239 p.
- 22 - FAORO, Raímundo. Os donos do Poder. Formação do Patronato Político brasileiro. 1. V. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1989, 397 p.
- 23 - \_\_\_\_\_ . Os donos do Poder. Formação do Patronato Político brasileiro. 2. V. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987, 401 a 750 p.
- 24 - FERREIRA NETO, Edgard Leite. Os Partidos Políticos no Brasil. 2ª edição. São Paulo, Contexto, 1989, 80 p.
- 25 - FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. As eleições nacionais de 1987. 1. V. Brasília, Editora Fundação Milton Campos, 1979.

- 26 - KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo Brasil. Diário da Campanha das Diretas-Já. São Paulo, Brasiliense, 1984, 151 p.
- 27 - GURGEL, Antônio de Pádua & FLEISCHER, David. O Brasil vai às urnas-retrato da campanha presidencial. Brasília, Thesaurus, 1990.
- 28 - LAMOUNIER, Bolívar(org.) Voto de desconfiança e mudança política no Brasil. 1970 a 1979. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- 29 - LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando H.(coord.) Os partidos políticos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 30 - \_\_\_\_\_ . Depois da Transição. Democracia e eleições no governo Collor. São Paulo, Edições Loyola, 1991, 126 p.
- 31 - HAURIOU, Maurice. Princípios de Derecho Publicoy Constitucional. Tradução de Carlos Ruiz del Castilho. 2ª edição. Madrid, Instituto Editorial Reus
- 32 - LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 5ª edição. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1986, 276 p.
- 33 - LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de(org.) O Balanço do Poder. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1990, 86 p.

- 34 - \_\_\_\_\_ . Partidos Políticos Brasileiros. A experiência federal e regional. 1945 a 1964. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1983, 175 p.
- 35 - LUNGARZO, Carlos. O que são eleições? São Paulo, Brasiliense, 1989, 76 p.
- 36 - MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek. 5ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1988, 105 p.
- 37 - MOREIRA ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil 1964 - 1985. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984.
- 38 - NOVAES, Adauto(org.an.) Rede Imaginária: Televisão e Democracia. São Paulo, Campanhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991, 315 p.
- 39 - OLIVEIRA, Francisco. Collor. A falsificação da Ira. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1992, 162 p.
- 40 - PEREIRA, Raimundo. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global 1984, 126 p.
- 41 - PILETTI, Nelson. História do Brasil. Da pré-história do Brasil aos dias atuais. 12ª edição. São Paulo, Editora Atica S/A, 1991, 239 p.

- 42 - PINTO, José Neumãne. Atrás do Palanque. Bastidpres da eleição de 1989. São Paulo, Editora Siciliano, 1989, 185 p.
- 43 - PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 36ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1988, 364 p.
- 44 - REIS, Fábio Wanderley. Os partidos e o Regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Edições Símbolo, 1978
- 45 - RIBEIRO, Flávia. Direito Eleitoral. 2ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 1986, 620 p.
- 46 - SALES, Campos. Da propaganda à presidência. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, 232 p.
- 47 - SKIDMORE, Thomas. Brasil de Getúlio a Castelo. 1930-1964. 9ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1982, 512 p.
- 48 - \_\_\_\_\_ . Brasil de Castelo a Tancredo. 1964-a1985. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1988, 608 p.
- 49 - STEPAN, Alfredo. Os militares. Da abertura a Nova República. 3ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1986, 115 p.

- 50 - \_\_\_\_\_.(organ.) Democratizando o brasil. Rio de Janeiro. Editora Paz e terra, 1985, 633 p.
- 51 - TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o Golpe de 64. 11ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1991, 123 p.
- 52 - VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. Collor. A cocaína dos pobres. A nova cara da direita: análise do processo eleitoral para presidente da República. São Paulo, Icone, 1989, 96 p.
- 53 - VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. 1964-1984. São Paulo, Editora Moderna, 1985, 72 p.
- 54 - VIEIRA, Roberto Atila Amaral. Crônica dos anos Geisel. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. Centro de Estudos Latino-Americanos, 1987, 386 p.
- 55 - WEFFORT, Francisco C. Por que Democracia? 4ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1986, 133 p.
- 56 - YONG, Jordan M. Brasil. 1954-1964. Fim de um ciclo civil. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1973, 227 p.
- 57 - REVISTA VEJA, Editora Abril, São Paulo, Semanal, anos 1984-1985, 1989-1990.
- 58 - REVISTA ISTO É SENHOR, Anos 1987-1990.

- 59 - JORNAL " A FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 1989.
- 60 - GAZETA MERCANTIL, Curitiba, ano 1989.
- 61 - DIARIO CATARINENSE, Florianópolis, S.C., ano 1989.
- 62 - REVISTA VISÃO, São Paulo, Ed. Visão, ano 1989.
- 63 - NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 29, março de 1991. p. 3-58. São Paulo, Quadrimestral.
- 64 - \_\_\_\_\_, nº 26, março de 1990. p. 5-47. São Paulo, Quadrimestral.